



ANUÁRIO

ESTATÍSTICO 2020

Visite-nos em: www.ine.cv



ANUÁRIO

ESTATÍSTICO 2020

100
90
80
70
60
50
40
30
20
10

ANO DE 2022



Visite-nos em: www.ine.cv

Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	João de Pina Mendes Cardoso
Vice-Presidente	Fernando Rocha
Administradora/Vogal	Annie Pereira Tavares Sanches
Edição	Instituto Nacional de Estatística Rua da Caixa Económica, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Design e Composição	Instituto Nacional de Estatística
Coordenação Técnica	José Carlos Borges
Equipa Técnica	Carlos Craveiro Miranda Cátia Costa Cláudia Varela Ivaldino Gonçalves Joseph Brites João Jorge Fernandes
Revisão	
Data Publicação	Outubro de 2022
Apoio ao utilizador	Divisão de Comunicação, Difusão e Relação Institucionais difusao.ine@ine.gov.cv

ENTIDADES PARCEIRAS

Ministério da Administração Interna (MAI)
Ministério da Educação (ME)
Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (MFFE)
Ministério da Saúde e da Segurança Social (MSSS)
Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)
Banco de Cabo Verde (BCV)
Instituto do Mar (IMAR).
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)
Estradas de Cabo Verde (ECV)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
Direção Nacional do Ambiente (DNA)
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)
Direção-Geral do Trabalho (DGT)
Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)
Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)
Agência de Aviação Civil (AAC)

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Dado não disponível
E	Estimativa
P	Dado Provisório
n/a	Não se aplica
n.e	Não especificado

UNIDADES DE MEDIDA

ECV	Escudo de Cabo Verde
GWh	Gigawatt hora
ha	Hectare
Hab./km ²	Habitante por quilómetro quadrado
Km	Quilómetro
Km ²	Quilómetro quadrado
Kw	Quilowatt
KWh	Quilowatt hora
L	Litros
m	Metro
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TM	Toneladas Métricas
Ton.	Toneladas

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAC	Agência de Aviação Civil
AD	Aeródromo
AIAC	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
AIAP	Aeroporto Internacional Aristides Pereira
AICE	Aeroporto Internacional Cesária Évora
AIPNM	Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
BCV	Banco de Cabo Verde
CAE CV-Rev.1	Classificação das Atividades Económicas - Rev.1
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CSMJ	Conselho Superior de Magistratura Judicial
D.A.	Delegação Aduaneira
DGVSR	Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DNICE	Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia
DR	Distrito de Recenseamento
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENI	Empresas em Nome Individual
FAO	Food and Agriculture Organization
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MSSS	Ministério da Saúde e da Segurança Social
PIB	Produto Interno Bruto
RNDB	Rendimento Nacional Disponível Bruto
SARL	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SPQ	Sociedade por Quota
VAB	Valor Acrescentado Bruto

OSVALDO M. BORGES, Ph.D

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta o Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2020, correspondente à 6ª edição (pós-independência), constituindo, assim, a sua principal publicação de referência, cujo escopo fundamental é o de disponibilizar a informação estatística sobre vários aspetos da realidade cabo-verdiana, à escala nacional e municipal, a todos quantos se interessem pela matéria em apreço.

O INE, enquanto órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional (SEN), Lei n.º 48/IX/2019, de 19 de fevereiro, é a instituição responsável pelo AECV. Não obstante, o AECV-2020 resulta de um trabalho metuculoso, conjunto e articulado que envolve o INE, os demais órgãos produtores de estatísticas oficiais e outras instituições públicas.

Esta publicação, que basicamente resume a produção estatística nacional, contém dados e indicadores estatísticos globais e também específicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relativos a 2020, uma série estatística dos últimos 5 anos e, em alguns casos, uma desagregação por sexo, grupo etário e ilha/município. Neste sentido, o AECV-2020 fornece, de forma quantitativa, uma visão geral das tendências de desenvolvimento alinhadas com as agendas para o Desenvolvimento Sustentável, permitindo, desta forma, apoiar com maior regularidade os processos de seguimento e avaliação dos objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, 2017-2021 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico, 2017-2021), regional (Agenda 2063) e mundial (Agenda 2030).

A referida publicação inclui as melhorias prometidas nos anuários anteriores, sobretudo nos conteúdos e na configuração, de modo a responder cada vez mais e melhor às necessidades dos utilizadores. No âmbito do projeto de Literacia Estatística, o AECV 2020 é apresentado às instituições de ensino e investigação, públicas e privadas. Assim, com esta presente publicação, o INE prossegue a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, a informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana e, conseqüentemente, a esforços não se poupará no sentido de ajudar os governos, os parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil a tomarem as melhores decisões possíveis.

O AECV 2020 é divulgado com um ligeiro atraso em relação à data prevista, devido sobretudo à pandemia da COVID-19. Como o âmbito temporal desta publicação é 2016-2020, a mesma inclui informação estatística relativa à crise provocada pela pandemia que se alastrou o mundo e, particularmente Cabo Verde, afetando os mais diversos setores da economia.

O INE agradece a todas as instituições nacionais e internacionais pelas suas importantes contribuições no AECV 2020. Deixa aqui uma palavra de apreço, reconhecimento e valorização a todos os profissionais que, de forma direta e indireta, contribuíram para a materialização desta publicação. Finalmente, expressa a sua total abertura e disponibilidade para acolher críticas, sugestões e contribuições dos utilizadores do AECV-2020.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a nova edição do Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2020, trazendo informação estatística de referência produzida pelos diferentes órgãos que integram o Sistema Estatístico Nacional (SEN), assim como outras instituições que, embora não fazendo parte do SEN, produzem informações estatísticas que, validadas pelo INE, devido à sua relevância, foram compiladas e disponibilizadas neste documento.

O AECV-2020, ora apresentado, fornece uma visão geral das tendências de desenvolvimento alinhadas com a nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assim sendo, com o intuito de apoiar os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam nesse compromisso, esta edição encontra-se organizada em dezassete temas, tendo em conta os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para cada tema, apresenta-se uma breve descrição dos dados, de modo a auxiliar o utilizador na leitura, permitindo uma melhor compreensão das informações apresentadas. Os temas subdividem-se em duas partes: na primeira, são mostrados os indicadores dos ODS produzidos no país e, na segunda, apresentam-se outros indicadores e/ou informações relevantes e que dizem respeito aos assuntos abordados no respetivo tema.

As tabelas apresentam dados estruturados em série temporal, com ênfase nas informações mais recentes, privilegiando a desagregação por sexo, grupo etário, ilha, concelho e meio de residência.

A presente publicação está redigida em consonância com as normas do novo Acordo Ortográfico.

ORGANIZAÇÃO DO CONTEÚDO

O INE pretende que os Anuários Estatísticos estejam alinhados com os objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional, regional e mundial. Assim sendo, com o intuito de apoiar os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam nesses compromissos, este anuário encontra-se organizado em 17 temas, a saber:



ÂMBITO TEMPORAL

O âmbito temporal desta publicação situa-se entre 2016 e 2020. Alguns temas apresentam dados de anos anteriores a 2016. Embora o período de referência não seja uniforme para alguns temas, devido sobretudo à disponibilidade dos dados, envidaram-se esforços no sentido de disponibilizar a informação estatística a mais recente possível para cada tema.

FORMAS DE ACESSO

Além da versão impressa, o AECV-2020 pode também ser consultado/importado através da versão digital (PDF), disseminado no portal oficial do INE – de livre acesso (<http://www.ine.cv>), em qualquer ponto do globo e a qualquer hora, tendo assim o utilizador acesso facilitado, desde que tenha uma conexão da internet.

Na biblioteca do INE, é possível consultar, de forma presencial e gratuita, a versão impressa do Anuário, assim como diversos outros documentos publicados tanto por ele, como por outros organismos nacionais e internacionais.

MISSÃO

A missão do Instituto Nacional de Estatística (INE) é a de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade (fiável, atual e pontual), necessária ao conhecimento objetivo de uma sociedade em mudança que ajude os cabo-verdianos a conhecer melhor o seu país, a sua população, os seus recursos, a sua economia, a sua sociedade e a sua cultura.

VISÃO

O INE procura ser reconhecido como uma instituição estatística de referência:

- Como produtor e fornecedor de informação estatística oficial de qualidade;
- Como organização tecnicamente independente e credível;
- Pelo contributo para a promoção da literacia estatística;
- Pelo empenhamento e eficácia na cooperação internacional.

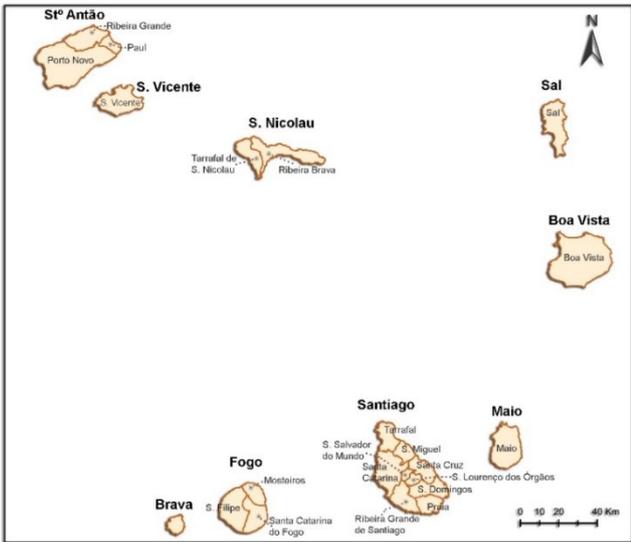
VALORES

O INE pauta a sua ação pelos seguintes valores:

- Profissionalismo: A ação dos funcionários é orientada por princípios exigentes de caráter profissional e ético que regulam a atividade estatística oficial nacional;
- Compromisso na Qualidade dos produtos e serviços estatísticos oficiais, sabido que a atividade de cada um dos técnicos concorre para a produção de serviços de qualidade, definida pelos critérios de pertinência, precisão, atualidade, pontualidade, acessibilidade, clareza, comparabilidade, coerência e abrangência;
- Orientação para os Utilizadores: corresponde à noção de que os atuais e potenciais utilizadores da informação estatística oficial são a razão da existência do INE, o que implica a atribuição de um valor muito elevado às necessidades dos utilizadores e à utilidade de um trabalho conjunto no sentido de corresponder às suas expectativas;
- Abertura à Sociedade: disposição para prestar uma atenção constante às transformações da sociedade no sentido de adequar e, sobretudo, antecipar os produtos e serviços estatísticos oficiais às novas necessidades dos utilizadores;
- Eficiência: gestão baseada no princípio da análise custo/benefício, implementando processos técnicos e metodológicos suscetíveis de otimizar efetivamente a utilização de todos os recursos disponíveis;
- Respeito pelos Fornecedores da Informação Primária: elevada consideração pelos inquiridos que fornecem os dados individuais para a produção das estatísticas oficiais, encontrando soluções técnicas que permitem responder às necessidades crescentes de informação estatística oficial de qualidade e minimizando a carga estatística sobre os inquiridos;
- Motivação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos: O INE orienta os processos e as decisões de gestão com base na atribuição duma elevada consideração pela motivação e valorização profissional dos seus técnicos;
- Inovação: O INE valoriza e incentiva a atividade de reflexão cognitiva que desafie convenções, no sentido de melhorar continuamente os métodos, os processos, os produtos e os serviços estatísticos oficiais, de forma eficiente e eficaz.

O TERRITÓRIO DE CABO VERDE.....	13
ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA	24
ODS 2 – ERRADICAR A FOME	40
ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE	47
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	65
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO.....	88
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS.....	92
ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO	99
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS.....	121
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES	132
ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	141
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA (ATUALIZADO RELATÓRIO ODS 2019).....	149
ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA	152
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE.....	157
ODS 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	162

CABO VERDE

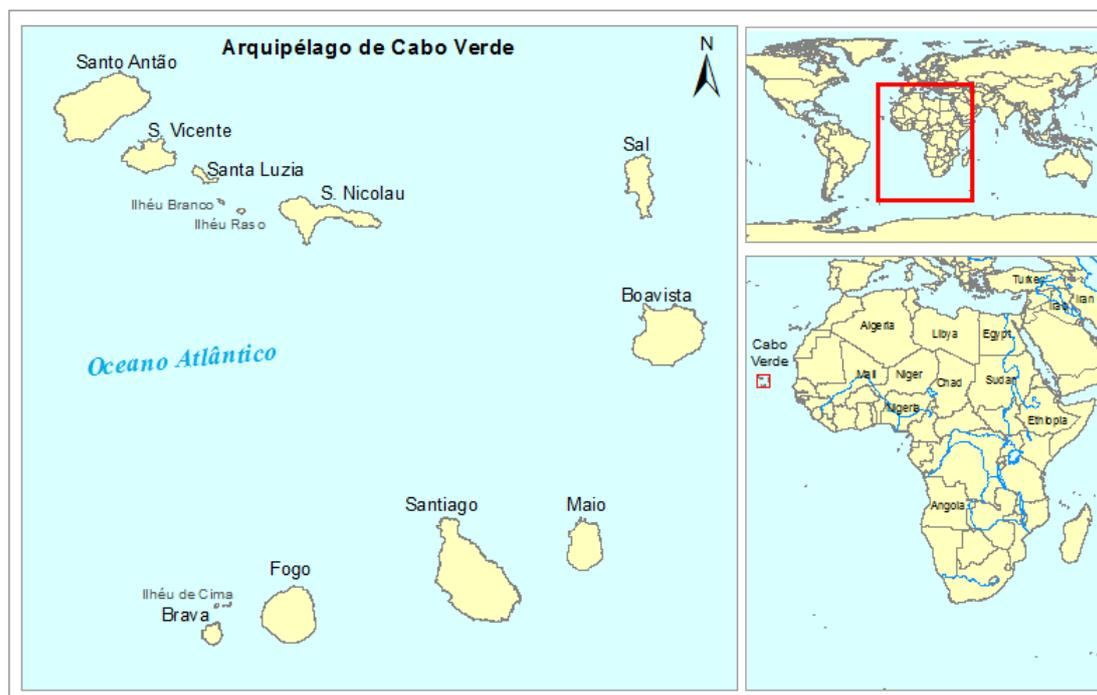
Nome Oficial	República de Cabo Verde	
Superfície (Terrestre)	4 033 km ²	
Bandeira		
Composição das ilhas	10 Ilhas e 5 principais ilhéus	
Data Descoberta	1460	
Data Independência	5 de julho de 1975	
Divisão Administrativa	22 Concelhos distribuídos pelas seguintes ilhas:	
Santo Antão	Ribeira Grande Paul Porto Novo	
S. Vicente	S. Vicente	
S. Nicolau	Ribeira Brava Tarrafal de S. Nicolau	
Sal	Sal	
Boa Vista	Boa Vista	
Maio	Maio	
Santiago	Tarrafal	
	Santa Catarina	
	Santa Cruz	
	Praia	
	S. Domingos	
Fogo	S. Miguel	
	S. Salvador do Mundo	
	S. Lourenço dos Órgãos	
	Ribeira Grande de Santiago	
Brava	Mosteiros	
	S. Filipe	
	Santa Catarina do Fogo	
Brava	Brava	
Cidade Capital	Praia	
População (2020)	556 857	
Esperança de Vida à Nascimento (2020)		
	Homens	73,4 (Anos)
	Mulheres	80,7 (Anos)
Língua Oficial	Português	
Língua Nacional	Crioulo (Cabo-verdiano)	
Moeda	Escudos Cabo-Verdianos (ECV)	
PIB a Preços de mercado (2017)	173 097	(Milhões de ECV)
PIB per capita (2017)	321 945	(ECV)



O TERRITÓRIO DE CABO VERDE

Este tópico expõe os principais dados/indicadores sobre os aspetos físicos do território, sobre a divisão administrativa, sobre as infraestruturas de transportes, assim como traz a lume informações sobre a ocupação humana (ocupação e densidade populacional).

Figura 1 - Enquadramento/Localização de Cabo Verde



Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico, formado por dez ilhas - Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava - e cinco¹ principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima), totalizando uma superfície aproximada de 4.033 km². Está situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.

Ilhas atlânticas, de origem vulcânica, Cabo Verde dista cerca de 500 km do promontório do Senegal, de onde lhe adveio o nome. Em termos geomorfológicos, compõe-se, essencialmente, de dois grupos de ilhas: um formado por ilhas montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), onde predominam as paisagens montanhosas e relevos bastante acidentados, com altitudes que alcançam até 2.829 metros, e um outro grupo constituído por ilhas planas (Sal, Boa Vista e Maio), caracterizadas pela quase inexistência de relevos montanhosos, onde marcam presença as extensas praias de areia branca, banhadas pelo azul-turquesa do atlântico.

Sendo o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W – ilha de Santo Antão), as ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura

¹ Mencionaram-se aqui 5 ilhéus, mas existem outros que, devido a suas menores dimensões, não foram referidos.



e, devido à sua localização geográfica (integra o grupo de países do Sahel), têm um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade. Nelas podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca, de dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho o de transição).

Descoberto entre 1460 e 1462, por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal, por um período de 513 anos, (1462-1975), tendo servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdianos.

A 5 de julho de 1975, o país tornou-se independente e, desde então, tem feito um percurso virado para o desenvolvimento, tendo efetuado diversas conquistas em diferentes frentes, o que lhe permitiu estar hoje colocado entre os Países de Rendimento Médio.

ASPETOS FÍSICOS DO TERRITÓRIO

O arquipélago de Cabo Verde, fruto da sua origem vulcânica e da sua natureza insular, é composto por dez ilhas, sendo nove habitadas. A ilha de Santiago, sendo a maior, com 991 Km², representa cerca de 24,6% do território nacional, seguindo-se a de Santo Antão com 19,3% do território. A menor é a da Santa Luzia, com cerca de 35 Km² (0,9%).

O ponto mais alto do arquipélago encontra-se na ilha do Fogo, onde o pico do vulcão atinge a altitude de 2.829 metros.

A Ponta de Chão de Mangrande, na ilha de Santo Antão, é o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W).



Quadro 1 – Localização e altitude máxima das principais elevações (montanhas) de Cabo Verde

Ilhas	Designação (Monte)	Situação Geográfica		Orientação Predominante	Altitude (m)
		Latitude	Longitude		
Santo Antão	Tope da Coroa	17° 02' 05" N	25° 18' 00" W	Noroeste-Sueste	1 979
S. Vicente	Monte Verde	14° 52' 01' N	24° 65' 31" W	Norte-Sul	774
S. Nicolau	Monte Gordo			Noroeste-Sueste	1 304
Sal	Monte Grande			Nordeste-Sudoeste	406
Boa Vista	Santo António			378
Maio	Monte Penoso			Leste-Oeste	436
Santiago	Pico de Antónia	15° 02' 52" N	23° 38' 42" W	Nordeste-Sudoeste	1 392
Fogo	Pico do Fogo	14° 56' 52" N	24° 21' 11" W		2 829
Brava	Fontainhas	14° 50' 54" N	24° 42' 54" W	Leste-Oeste	976

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

Tabela 1 - Comprimento e largura máximos e superfície, por ilha/ilhéu

Ilha/Ilhéu	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Superfície Km ²
Santo Antão	42 750	23 970	779
S. Vicente	24 250	16 250	227
Santa Luzia	12 370	5 320	35
Ilhéu Branco	3 975	1 270	3
Ilhéu Raso	3 600	2 770	7
S. Nicolau	44 500	22 000	343
Sal	29 700	11 800	216
Boa Vista	28 900	30 800	620
Maio	24 100	16 300	269
Santiago	54 900	28 800	991
Fogo	26 300	23 900	476
Brava	10 500	9 310	64
Ilhéu Grande	2 350	1 850	2
Ilhéu Luís de Carneiro	1 950	500	0
Ilhéu de Cima	2 400	750	1

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PAÍS

Herdada do período colonial, a divisão administrativa do país tem conhecido algumas alterações ao longo dos anos, em especial após a independência. De referir que, em 1975 (ano da independência), em termos da divisão administrativa, o país encontrava-se estruturado em 14 concelhos, tendo sido criados os dos Mosteiros em 1991, de São Domingos em 1993 e de São Miguel em 1996. Em 2005, foram criados 6 novos municípios, designadamente: Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau (fruto da divisão do concelho de São Nicolau); São Salvador do Mundo; São Lourenço dos Órgãos; Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina do Fogo, perfazendo, assim, os atuais 22 concelhos que compõem o país.



Quadro 2 - Divisão administrativa de Cabo Verde (1975-2005)

	1975	1991	1993	1996	2005
	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande
	Paul	Paul	Paul	Paul	Paul
	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo
	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente
	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	Ribeira Brava
	Sal	Sal	Sal	Sal	Tarrafal S. Nicolau
	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Sal
	Maio	Maio	Maio	Maio	Boa Vista
	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Maio
	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Tarrafal
	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Catarina
	Praia	Praia	Praia	Praia	Santa Cruz
	Fogo	Mosteiros	S. Domingos	S. Domingos	Praia
	Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel	S. Domingos
		Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel
	----	----	Brava	S. Filipe	S. Salvador do Mundo
	----	----	----	Brava	S. Lourenço dos Órgãos
	----	----	----	----	Ribeira Grande de Santiago
	----	----	----	----	Mosteiros
	----	----	----	----	S. Filipe
	----	----	----	----	Santa Catarina do Fogo
	----	----	----	----	Brava
N.º Concelhos	14	15	16	17	22

Nota: Os nomes dos concelhos, destacados a negrito, indicam a sua criação na data indicada.

DIVISÃO ESTATÍSTICA (DISTRITOS DE RECENSEAMENTO)

No contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN) e perseguindo fins meramente estatísticos, o Instituto Nacional de Estatística (INE) recorre à codificação das unidades administrativas do território, estabelecendo, a partir desta hierarquia, unidades territoriais de menores dimensões, edificando a divisão estatística ou os Distritos de Recenseamento (DR), cuja estrutura apresenta uma codificação de 6 dígitos, representando 4 níveis hierárquicos, a saber: no 1º as ilhas, no 2º os Concelhos, no 3º as Freguesias e, por fim, os DR.

Atualmente, para fins estatísticos, o país encontra-se dividido em 1.345 DR, encontrando-se a ilha de Santiago com cerca de 49,1%, seguida de S. Vicente com 16,1%, Santo Antão com 8,9%. A Brava é a que tem menor proporção de DR (1,8%).



Quadro 3 - Número de Distritos de Recenseamento (DR), por ilha e concelho (2019)

Ilha	Concelho	N.º DR's
Santo Antão	Ribeira Grande	52
	Paul	19
	Porto Novo	49
S. Vicente	S. Vicente	216
S. Nicolau	Ribeira Brava	26
	Tarrafal de S. Nicolau	22
Sal	Sal	99
Boa Vista	Boa Vista	46
Maio	Maio	22
Santiago	Tarrafal	55
	Santa Catarina	100
	Santa Cruz	49
	Praia	336
	S. Domingos	31
	S. Miguel	38
	S. Salvador do Mundo	17
	S. Lourenço dos Órgãos	15
	Ribeira Grande Santiago	20
Fogo	Mosteiros	28
	S. Filipe	67
	Santa Catarina do Fogo	14
Brava	Brava	24

Fonte: Base de dados geoespacial do INE

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES

Em termos de rede rodoviária (entendam-se as estradas classificadas como Estrada Nacional-EN), em 2020 o país registava cerca de 1.238 Km de extensão, 38,6% dos quais na ilha de Santiago, 18,4% na de Santo Antão, apresentando a Brava a menor proporção (2,3%). Note-se que a distribuição da rede rodoviária mostra uma certa proporcionalidade em função do tamanho da superfície de cada Ilha.

Em relação às infraestruturas aeroportuárias, o país conta, atualmente, com quatro (4) aeroportos internacionais, situados nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente. As demais ilhas, excetuando Santo Antão, Brava e Santa Luzia, têm um aeródromo para voos domésticos.

Quanto a infraestruturas portuárias, à exceção de Santa Luzia, que não é habitada, todas as outras ilhas possuem-nas.



Rede Rodoviária Nacional

Tabela 2 - Extensão (em Km) e classificação da rede rodoviária nacional, por ilha (2020)

Ilha	Extensão (km)	Classe/Categoria (em Km)			
		1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	Rurais
Total					
Santo Antão	228,39	83,594	0,000	119,815	24,981
S. Vicente	60,326	8,578	25,847	20,382	5,519
S. Nicolau	104,697	25,956	4,996	71,245	2,5
Sal	29,434	21,833	0,000	7,601	0,000
Boa Vista	77,776	29,7	0,000	48,076	0,000
Maio	50,429	0,000	0,000	50,429	0,000
Santiago	477,267	167,406	0,000	234,681	75,18
Fogo	180,648	82,265	1,25	70,133	27
Brava	29,014	0,000	0,000	22,645	6,369

Fonte: Estradas de Cabo Verde (ECV - E. P.E)

Tabela 3 - Extensão (em Km) da rede rodoviária nacional, por ilha (2015-2019)

Ilha	2015	2016	2017	2018	2019
Total	1 130,200	1 130,200	1 147,903	1 149,08	1 149,08
Santo Antão	216,29	216,29	216,29	217,471	217,471
S. Vicente	60,33	60,33	60,326	60,326	60,326
S. Nicolau	102,2	102,2	102,197	102,197	102,197
Sal	29,43	29,43	29,434	29,434	29,434
Boa Vista	71,48	71,48	71,482	71,482	71,482
Maio	48,43	48,43	48,429	48,429	48,429
Santiago	417,39	417,39	435,085	435,085	435,085
Fogo	155,65	155,65	155,646	155,646	155,646
Brava	29,01	29,01	29,014	29,014	29,014

Fonte: Estradas de Cabo Verde (ECV - E. P.E)

Infraestruturas Aeroportuárias Nacionais

Quadro 4 - Identificação, classificação, localização e tamanho da pista (comprimento e largura) dos Aeroportos e Aeródromos de Cabo Verde

Ilha	Designação	Classificação	Localização		Pista (em metros)	
			Latitude	Longitude	Comprimento	Largura
S. Vicente	Aeroporto Internacional Cesária Évora	Internacional	16° 50' 01" N	25° 03' 17" W	2 000	45
S. Nicolau	Aeródromo de Preguiça (S. Nicolau)	Doméstico	16° 35' 17" N	24° 17' 03" W	1 400	30
Sal	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	Internacional	16° 44' 15" N	22° 57' 00" W	3 000	45
Boa Vista	Aeroporto Internacional Aristides Pereira	Internacional	16° 08' 14" N	22° 53' 19" W	2 100	45
Maio	Aeródromo do Maio	Doméstico	15° 09' 21" N	23° 12' 49" W	1 200	30
Santiago	Aeroporto Internacional Nelson Mandela	Internacional	14° 56' 28" N	23° 29' 05" W	2 100	45
Fogo	Aeródromo de S. Filipe	Doméstico	14° 53' 06" N	24° 28' 48" W	1 350	30

Fonte: Agência de Aviação Civil (AAC)

Infraestrutura Portuária Nacional

Quadro 5 - Identificação e localização dos portos de Cabo Verde

Ilha	Concelho	Designação	Localização	
			Latitude	Longitude
Santo Antão	Porto Novo	Porto Novo	17° 01' 1.65" N	25° 03' 31.94" W
S. Vicente	S. Vicente	Porto Grande	16° 53' 27.05" N	24° 59' 46.09" W
S. Nicolau	Tarrafal de S. Nicolau	Porto do Tarrafal	16° 33' 59.35" N	24° 21' 35.77" W
Sal	Sal	Porto da Palmeira	16° 45' 17.33" N	22° 58' 58.73" W
Boa Vista	Boa Vista	Porto de Sal Rei	16° 10' 40.88" N	22° 55' 26.40" W
Maio	Maio	Porto Inglês	15° 08' 30.93" N	23° 13' 9.23" W
Santiago	Praia	Porto da Praia	14° 54' 38.41" N	23° 29' 55.85" W
Fogo	S. Filipe	Porto Cavaleiros Vale	14° 55' 13.40" N	24° 30' 15.20" W
Brava	Brava	Porto da Furna	14° 53' 16.49" N	24° 40' 41.07" W

Fonte: ENAPOR

DENSIDADE POPULACIONAL

Considerando o número da população residente (projeções demográficas 2010 – 2030), no que se refere à densidade populacional, regista-se um aumento paulatino. Neste último ano, registou-se o valor de 138,08 habitantes/km², ao nível do país.

Ao nível das ilhas, em 2020, destaca-se a disparidade de valores por ilha, tendo a de São Vicente registado a maior densidade populacional de Cabo Verde (374,29 hab./Km²), seguida de



Santiago (316,31 hab./km²) e do Sal (190,37 hab./km²). No contexto nacional, estas ilhas apresentam-se como as mais atrativas e as que têm registado maiores ganhos em termos de população residente. Por outro lado, muitos desafios se lhes apresentam, em especial no que respeita ao ordenamento e gestão do território, devido à forte pressão exercida pelas populações sobre os recursos disponíveis.

A ilha da Boa Vista, a menos densamente povoada, tem registado, nos últimos anos, um rápido crescimento populacional, consequentemente, um significativo aumento da densidade populacional, passando de 25,05 hab./Km², em 2016, para 32,06 hab./Km², em 2020.

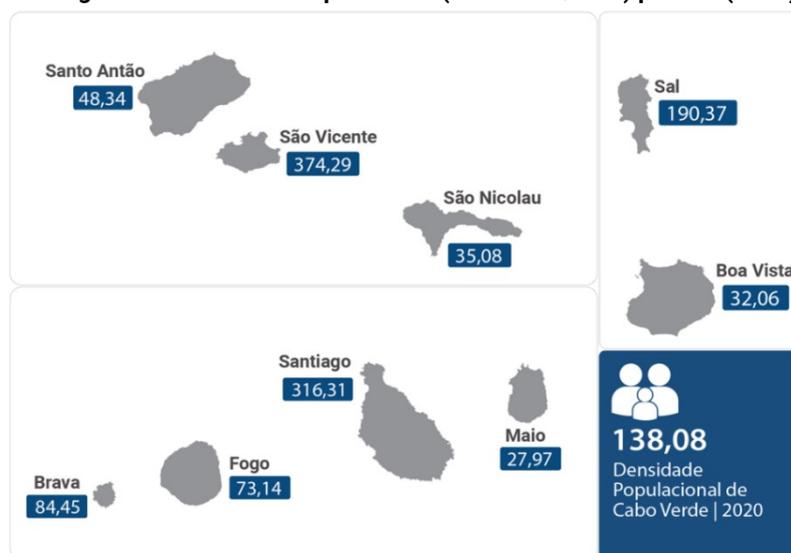
Contrariamente, as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava apresentaram uma redução da população residente e, consequentemente, da densidade populacional, fruto, essencialmente, do processo migratório (interno e externo) que nelas se regista.

Tabela 4 - Densidade Populacional (Habitantes/Km²), por ilha (2016-2020)

	Superfície (Km ²)	Densidade Populacional				
		2016	2017	2018	2019	2020
Cabo Verde	4 033	131,72	133,32	134,91	136,49	138,08
Santo Antão	779	51,25	50,48	49,74	49,03	48,34
S. Vicente	227	360,63	364,23	367,70	371,05	374,29
S. Nicolau	343	35,98	35,74	35,52	35,30	35,08
Sal	216	163,28	170,23	177,06	183,78	190,37
Boa Vista	620	25,05	26,81	28,56	30,31	32,06
Maio	269	26,15	26,43	26,82	27,33	27,97
Santiago	991	300,73	304,64	308,55	312,45	316,31
Fogo	476	74,83	74,40	73,98	73,56	73,14
Brava	64	88,09	87,17	86,27	85,36	84,45

Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030

Figura 2 – Densidade Populacional (habitantes/Km²) por ilha (2020)



Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010



AS CIDADES E VILAS EM CABO VERDE

Até ao primeiro semestre de 2010, o país contava com 6 cidades (Praia, Mindelo, Assomada, S. Filipe, Porto Novo e Cidade de Santiago de Cabo Verde). Com a entrada em vigor da Lei nº 77/VII/2010 (B.O. nº 32, de 23 de agosto de 2010), passou então a contar com 24 cidades, em que cada concelho abriga uma, com exceção de Ribeira Grande de Santo Antão e do Sal, com duas cada um, ou seja, 9 cidades em Santiago, 4 em Santo Antão, 3 na ilha do Fogo, 2 na ilha do Sal, 2 em São Nicolau e 1 em cada uma das restantes ilhas.

Recentemente, com a aprovação do Decreto-lei nº 45/2015, 19 localidades, em todas as ilhas, à exceção de São Vicente, passaram a ostentar a categoria de Vila.

Quadro 6 - Identificação e designação das Cidades de Cabo Verde (2020)

Ilha	Concelho	Designação
Santo Antão	Ribeira Grande	Cidade de Ponta do Sol
		Cidade de Povoação
	Paul	Cidade das Pombas
	Porto Novo	Cidade de Porto Novo
S. Vicente	S. Vicente	Cidade de Mindelo
S. Nicolau	Ribeira Brava	Cidade da Ribeira Brava
	Tarrafal de S. Nicolau	Cidade de Tarrafal de S. Nicolau
Sal	Sal	Cidade dos Espargos
		Cidade de Santa Maria
Boa Vista	Boa Vista	Cidade de Sal Rei
Maio	Maio	Cidade do Porto Inglês
Santiago	Tarrafal	Cidade de Tarrafal
	Santa Catarina	Cidade de Assomada
	Santa Cruz	Cidade de Pedra Badejo
	Praia	Cidade da Praia
	S. Domingos	Cidade da Várzea da Igreja
	S. Miguel	Cidade da Calheta de S. Miguel
	S. Salvador do Mundo	Cidade de Achada Igreja
	S. Lourenço dos Órgãos	Cidade de João Teves
	Ribeira Grande de Santiago	Cidade de Santiago de Cabo Verde
Fogo	Mosteiros	Cidade da Igreja
	S. Filipe	Cidade de S. Filipe
	Santa Catarina do Fogo	Cidade de Cova Figueira
Brava	Brava	Cidade de Nova Sintra

Fonte: B.O n.º 32 – I Série (Lei nº 77/VII/2010)



Quadro 6.1 - Identificação e localização das Vilas de Cabo Verde (2020)

Ilha	Concelho	Designação
Santo Antão	Ribeira Grande	Vila de Chã de Igreja
		Vila de Coculi
	Porto Novo	Vila de Ribeira das Patas
S. Nicolau	Ribeira Brava	Vila de Fajã de Baixo
		Vila de Juncalinho
	Tarrafal de S. Nicolau	Vila de Praia Branca
Sal	Sal	Vila da Palmeira
Boa Vista	Boa Vista	Vila de Rabil
Maio	Maio	Vila da Calheta
		Vila de Barreiro
Santiago	Tarrafal	Vila de Ribeira das Pratas
		Vila de Achada Tenda
	Santa Catarina	Vila de Chã de Tanque
		Vila de Achada Falcão
		Vila de Ribeira da Barca
S. Miguel	Vila de Achada do Monte	
Fogo	S. Filipe	Vila de Ponta Verde
		Vila de Patim
Brava	Brava	Vila de Nossa Senhora do Monte

Fonte: B.O n.º 55 - I Série (Decreto- lei n.º 45/2015)



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



1 ERRADICAR A POBREZA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA

A erradicação da pobreza é entendida como ponto central para toda a estratégia de desenvolvimento sustentável. Para isso, é necessário focalizar nas populações mais vulneráveis e no aumento do acesso a recursos básicos.

Indicador 1.1.1. Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional (definida como US\$1.90 por dia), por sexo, grupo etário, condição perante o trabalho e meio de residência.

Estima-se que em 2020, 13,1 % da população em Cabo Verde vivia abaixo da linha da pobreza internacional. Dessa população, 8,2% encontrava-se no meio urbano e 24,3% no meio rural.

Tabela 5 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por sexo, grupo etário, situação perante a atividade económica e estatuto na migração (%).

	2016	2017	2018	2019	2020
CABO VERDE	18,0	13,7	11,1	12,7	13,1
MEIO RESIDÊNCIA					
Urbano	8,1	7,3	5,9	7,2	8,2
Rural	25,4	27,2	21,9	24,0	24,3
SEXO					
Masculino	17,9	13,5	10,9	12,3	13,1
Feminino	18,1	14,0	11,2	13,1	13,2
GRUPO ETÁRIO					
0-4	28,0	21,4	15,7	18,2	22,9
5-9	26,3	19,3	15,1	17,4	18,7
10-14	24,5	21,6	18,2	20,3	19,8
15-24	18,9	15,8	12,8	14,2	14,4
25-34	14,2	10,3	8,7	10,7	11,8
35-64	13,7	9,5	7,9	9,0	8,0
65 OU MAIS	8,9	7,8	5,7	7,8	7,6
SITUAÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA					
Empregado	13,3	8,6	5,7	6,5	6,8
Desempregado	16,4	14,1	16,8	18,8	19,3
Inativo	16,0	15,8	13,1	15,6	14,0
ESTATUTO NA MIGRAÇÃO					
Não imigrante			11,3	13,0	13,4
Imigrante			3,5	4,2	3,9
DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR					
1-2 pessoas	0,4	0,5	0,4	0,8	0,0
3-4 pessoas	6,8	5,2	4,6	5,0	5,2
5-6 pessoas	18,2	16,9	12,6	18,0	15,2
7 pessoas ou mais	39,7	37,2	29,7	32,4	35,7

Fonte: INE – Estimação da pobreza

Indicador 1.2.1. Proporção da população que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo e idade

Em 2020, foi estimado que 31,7% da população vivia abaixo da linha da pobreza nacional, sendo a maior percentagem no meio rural (44,9%).

Tabela 6 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza nacional, por sexo, grupo etário, situação perante a atividade económica e estatuto na migração (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
CABO VERDE	31,7	28,6	26,0	26,0	31,7
MEIO RESIDÊNCIA					
Urbano	22,4	22,4	20,0	19,9	25,8
Rural	38,7	41,5	38,7	38,5	44,9
SEXO					
Masculino	31,6	27,5	25,7	25,7	31,3
Feminino	31,8	29,7	26,3	26,3	32,1
GRUPO ETÁRIO					
0-4	42,7	42,0	35,7	36,9	49,3
5-9	41,9	38,5	32,9	34,0	41,5
10-14	41,1	40,8	37,5	36,7	45,8
15-24	34,3	33,8	30,5	28,0	34,3
25-34	26,3	22,0	21,3	24,2	29,1
35-64	26,2	21,3	20,1	19,4	22,6
65 OU MAIS	18,8	16,1	15,0	17,2	18,9
SITUAÇÃO PERANTE ATIVIDADE ECONÓMICA					
Empregado	25,2	19,9	16,2	16,5	20,0
Desemprega	31,2	30,4	37,0	37,7	39,8
Inativo	30,0	31,6	29,7	29,4	33,9
ESTATUTO NA MIGRAÇÃO					
Não			26,4	26,3	32,2
Imigrante			11,1	15,4	14,3
DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR					
1-2 pessoas	2,7	2,4	2,7	2,8	2,1
3-4 pessoas	16,4	14,8	14,8	16,1	18,3
5-6 pessoas	34,5	37,9	32,2	35,9	39,4
7 pessoas	60,4	63,9	57,1	53,0	68,6

Fonte: INE – Estimação da Pobreza

Indicador 1.2.2. Proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional, para as várias dimensões de análise

Tabela 7 - População de todas as idades que se encontra abaixo da linha de pobreza nacional (%)

Anos	2019						2020					
	Cabo Verde		URBANO		RURAL		Cabo Verde		URBANO		RURAL	
	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE	NÃO POBRE	POBRE
Dimensão média	3,3	5,8	3,2	5,9	3,4	5,6	3,4	6,3	3,4	6,8	3,4	6
Dimensão do agregado												
1 - 2 pessoas	38,3	2,9	39,3	3,8	35,5	2,4	35,1	0,2	35	0,3	35,3	0,1
3 - 4 pessoas	38,8	23,3	38,4	16,6	40,2	27,5	40,9	26,7	41,4	26,4	39,4	26,9
5 - 6 pessoas	18,1	47,3	18,1	54,2	18,2	42,8	18,2	39,8	17,7	39,6	19,8	40
7+ pessoas	4,7	26,5	4,2	25,4	6	27,3	5,8	33,3	5,9	33,7	5,5	33
Composição do agregado (Nº médio)												
Crianças < 5 anos	0,3	0,7	0,3	0,7	0,2	0,8	0,3	1	0,3	1,3	0,3	0,8
Crianças < 14 anos	0,9	2,4	0,9	2,5	0,9	2,4	0,9	2,8	1	3,2	0,9	2,5
Crianças < 17 anos	1	2,7	1	2,8	1	2,7	1,1	3,1	1,1	3,6	1	2,7
Idosos 65 anos ou+	2,2	3,1	2,1	3,4	2,2	3	2,2	3,3	2,2	3,4	2,2	3,2
Ativos 15 - 64 anos	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3
Pessoas empregadas	1,3	1	1,3	1,2	1,2	1	1,2	1	1,2	1	1,1	1
Taxa de dependência*	54,7	104,1	53,2	97,4	59,2	108,4	56,9	131,8	55,9	148	59,7	120,7
Nº médio de anos de estudo máximo no agregado	10,5	8,6	11	8,5	9,2	8,7	10,6	8,8	11,1	8,8	9,3	8,9
Tipologia do agregado												
Unipessoal	18,5	0	18,8	0	17,7	0	17,2	0	17	0	17,9	0
Casais isolados	8,1	0,5	8,5	0	6,8	0,8	6,5	0	6,5	0	6,5	0
Casais isolados com filhos	20,9	23,5	20,8	11,9	21,2	30,5	23,6	19,4	23,7	18,4	23,6	20
Conjugais compósitos	13,8	35,5	13,9	47,2	13,6	28,4	12,9	30,7	13,3	24,3	11,5	35,1
Monoparental nuclear	17,6	10,5	18,3	13,9	15,8	8,4	18,2	18	18,7	26	17,1	12,4
Monoparental compósito	12,7	25,5	11,8	24,1	15,1	26,4	14	28,8	13,5	29,8	15,5	28
Agregados sem relação de parentesco	8,3	4,5	7,8	2,9	9,7	5,5	7,5	3,2	7,3	1,40%	8	4,5
Tipologia do agregado segundo existência ou não de crianças menores de 15 anos												
Unipessoal	18,5	0	18,8	0	17,7	0	17,2	0	17	0	17,9	0
Conjugais com crianças	29,1	56,8	29,6	58,8	27,9	55,5	31,1	48,3	31,6	42,4	29,4	52,5
Monoparentais com crianças	24,5	38,9	24,5	40,2	24,6	38,1	25,5	48,8	25,9	56,8	24,4	43,3
Agregados sem crianças	27,8	4,3	27,1	1	29,8	6,3	26,2	2,8	25,5	0,8	28,3	4,2

Fonte: INE – Estimação da pobreza

Indicador 1.3.1. Proporção da população abrangida por regimes de proteção social, por sexo e para os seguintes grupos populacionais: crianças, população desempregada, população idosa, população com incapacidade, mulheres grávidas, crianças recém-nascidas, pessoas que sofreram acidentes de trabalho, população em risco de pobreza e outros grupos populacionais vulneráveis.

Cabo Verde tem vindo ao longo dos anos, a pautar-se por políticas de proteção social cada vez mais abrangentes contribuindo, para a redução das desigualdades, redução da pobreza extrema e um desenvolvimento sustentável, traduzindo num aumento da população coberta por pelo menos uma prestação de proteção social, nos últimos anos.

A cobertura efetiva da população, passou de 43,6% em 2016 (231 728 pessoas) para 51,4%, em 2020, ano em que 286 006 pessoas receberam pelo menos uma prestação pecuniária de proteção social, seja ela proveniente do sistema contributivo ou do regime não contributivo.

O nível da cobertura efetiva da população em Cabo Verde, está acima da média mundial, situando em 46,9% em 2020. A nível do continente africano, a cobertura efetiva foi estimada em 17,4%, sendo 13,7% na África Subsaariana (OIT, 2021).

A cobertura da proteção social é assegurada na sua grande maioria, 88% em 2020, por prestações de proteção social do regime contributivo. Pelo piso / regime de proteção social não contributivo, gerido pelo CNPS foram abrangidos 12% da população coberta com pelo menos uma prestação social.

À semelhança dos anos anteriores, em 2020, as mulheres apresentaram uma maior cobertura, com 54,6%, cobertas por pelo menos uma prestação de proteção social, contra 48,1% dos homens.

Considerando o ano de 2020, e os tipos de proteção social, regista-se que:

- As prestações familiares ou por crianças a cargo, abrangeram cerca de 42,3% das crianças menores de 15 anos. A nível mundial a cobertura é estimada em 26,4% no mesmo período;
- As prestações pecuniárias na maternidade, foram concedidas a 23,1% das mães de recém-nascidos registados. A nível mundial a proteção na maternidade é de 44,9%;
- As prestações por invalidez chegaram a 52,7% das pessoas com deficiência grave. A nível mundial esta cobertura é de 33,5%;
- A prestação de desemprego, recentemente instituída (2018), beneficiou 7,3% do total dos desempregados a nível nacional. A nível mundial estima-se que 18,6% dos desempregados beneficiaram de uma proteção pela perda de emprego involuntário. E;
- Cerca de 69,8% da população idosa com 60 anos ou mais, beneficiou de pelo menos uma prestação pecuniária (velhice, invalidez ou sobrevivência). A nível mundial este indicador é de 77,5%.

Figura 3 – Cobertura efetiva da proteção social por sexo e por tipo de proteção. Cabo Verde, 2020

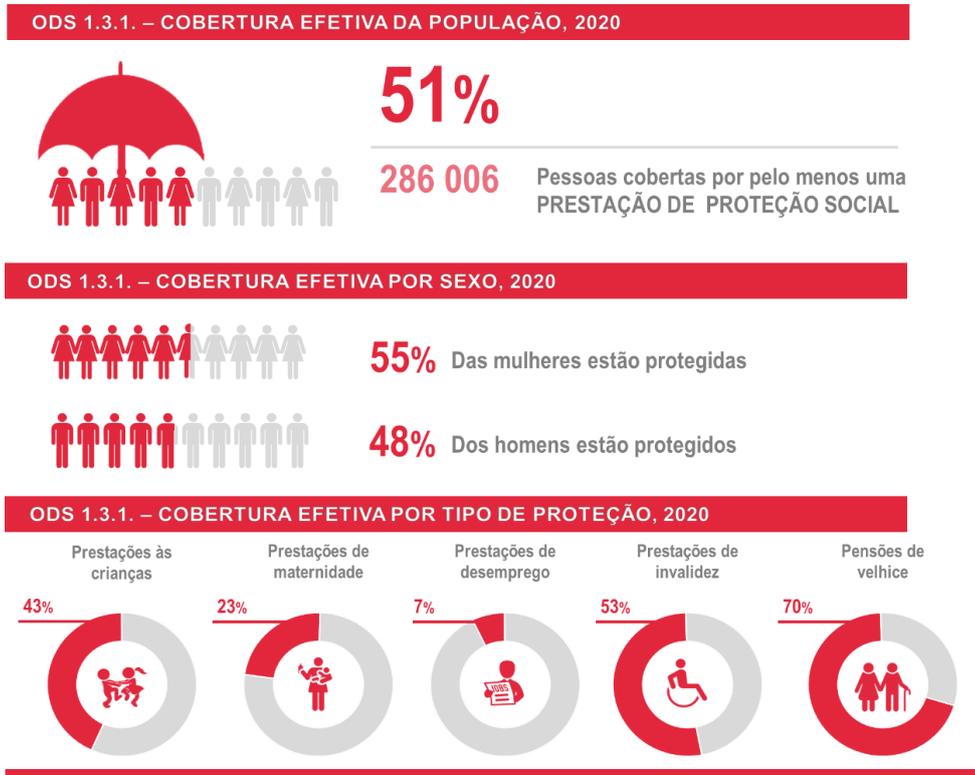
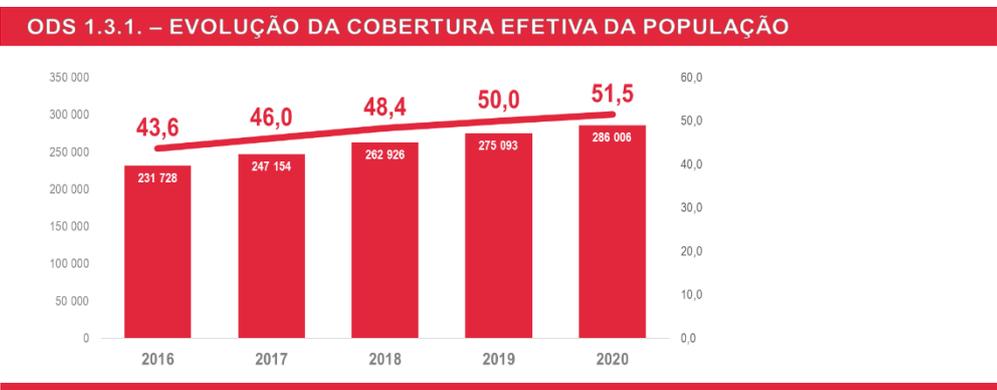


Gráfico 01 – Evolução da cobertura efetiva da proteção social. Cabo Verde, 2016-2020



Fontes: INE / CNPS/ INPS / BCV / MF. Cabo Verde, 2016-2020

ODS 1.3.1. – COBERTURA EFETIVA DA POPULAÇÃO
Proporção da população a receber pelo menos uma prestação de proteção social (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO A RECEBER PELO MENOS UMA PRESTAÇÃO SOCIAL (%)					
Total	43,6	46,0	48,4	50,0	51,4
Masculino	43,4	45,3	46,9	48,5	48,4
Feminino	43,9	46,8	49,9	51,6	54,6
REGIME CONTRIBUTIVO (%)					
Total	39,6	42,0	44,0	45,8	45,1
Masculino	40,2	42,1	44,2	45,8	45,2
Feminino	39,0	41,8	43,8	45,7	45,1
REGIME NÃO CONTRIBUTIVO (%)					
Total	4,0	4,1	4,4	4,3	6,3
Masculino	3,2	3,2	2,7	2,7	3,2
Feminino	4,9	4,9	6,0	5,9	9,5

Fontes: INE / INPS / CNPS / BCV / MF, CABO VERDE, 2016-2020

ODS 1.3.1. – COBERTURA EFETIVA DAS CRIANÇAS 0-14 ANOS
Proporção de crianças, 0-14 anos, a receber prestações familiares ou para crianças (%)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	32,9	35,6	38,8	41,5	42,3
Masculino	29,5	31,9	34,6	36,3	37,1
Feminino	36,5	39,7	43,4	47,4	48,1
REGIME CONTRIBUTIVO	32,7	35,5	38,7	41,3	42,1
REGIME NÃO CONTRIBUTIVO	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2

ODS 1.3.1 – COBERTURA EFETIVA NA MATERNIDADE

	2016	2017	2018	2019	2020
Proporção das mulheres que deram à luz no ano de referência a receber uma prestação em dinheiro por maternidade (%)	13,1	15,9	19,7	23,0	23,1

Fontes: INPS / INE. Cabo Verde, 2016-2020

1) Informações provisórias: Ano 2018 atualizado face aos dados publicados no Relatório Estatísticas Vitais 2006-2018 e 2019- 2020 são provisórios

ODS 1.3.1 – COBERTURA EFETIVA NO DESEMPREGO
Proporção do total de desempregados (15-64 anos) a beneficiar de subsídio de desemprego (%)

	2018	2019	2020
Total	0,9	3,3	7,3
Feminino	0,7	3,4	7,1
Masculino	1,1	3,3	7,5

Fontes: INPS / INE, Cabo Verde, 2018-2020

ODS 1.3.1 – COBERTURA EFETIVA NA INVALIDEZ ESTIMATIVA)

	2016	2017	2018	2019	2020
Proporção de pessoas com incapacidade/deficiência severa a receber prestação em dinheiro por invalidez (nos regimes contributivos e não contributivos) ² (%)	51,8	50,6	45,3	52,4	52,7

Fontes: INE/INPS/CNPS, 2016-2020

ODS 1.3.1 – COBERTURA EFETIVA POPULAÇÃO IDOSA

Proporção da população 60 anos ou mais a receber uma prestação de proteção social (%)

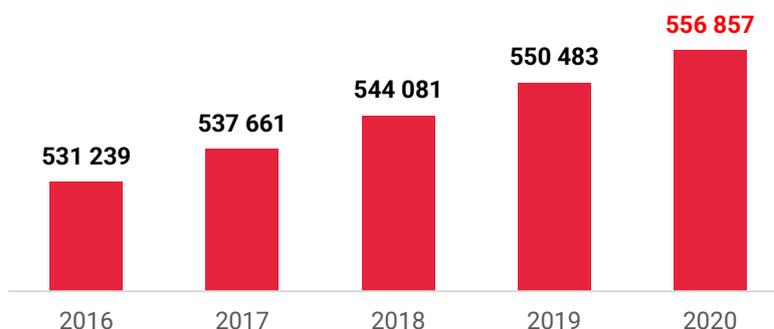
	2016	2017	2018	2019	2020
Total	70,9	72,3	72,6	66,3	69,8
Masculino	80,7	85,4	70,8	64,2	65,8
Feminino	64,5	64,3	73,7	67,8	72,7
COBERTURA PELO REGIME CONTRIBUTIVO					
Total	33,2	34,6	35,0	33,0	34,9
Masculino	43,8	46,9	45,0	39,7	40,8
Feminino	26,2	27,0	28,4	28,2	30,5
COBERTURA PELO REGIME NÃO CONTRIBUTIVO					
Total	37,7	37,7	37,5	33,3	34,9
Masculino	36,8	38,4	25,8	24,5	25,0
Feminino	38,3	37,3	45,3	39,6	42,2

Fontes: INPS / CNPS / BCV / INE. Cabo Verde, 2020

OUTROS INDICADORES**População**

Segundo os dados do INE sobre as projeções demográficas da população de 2010 a 2030, a população de Cabo Verde, no período 2016-2020, cresceu a um ritmo de 1,16%. Em 2020, contabilizaram-se 556.857 pessoas residentes, traduzindo num acréscimo de 6.374 habitantes em relação a 2019.

Gráfico 02 – Evolução da população de Cabo Verde (2016-2020)

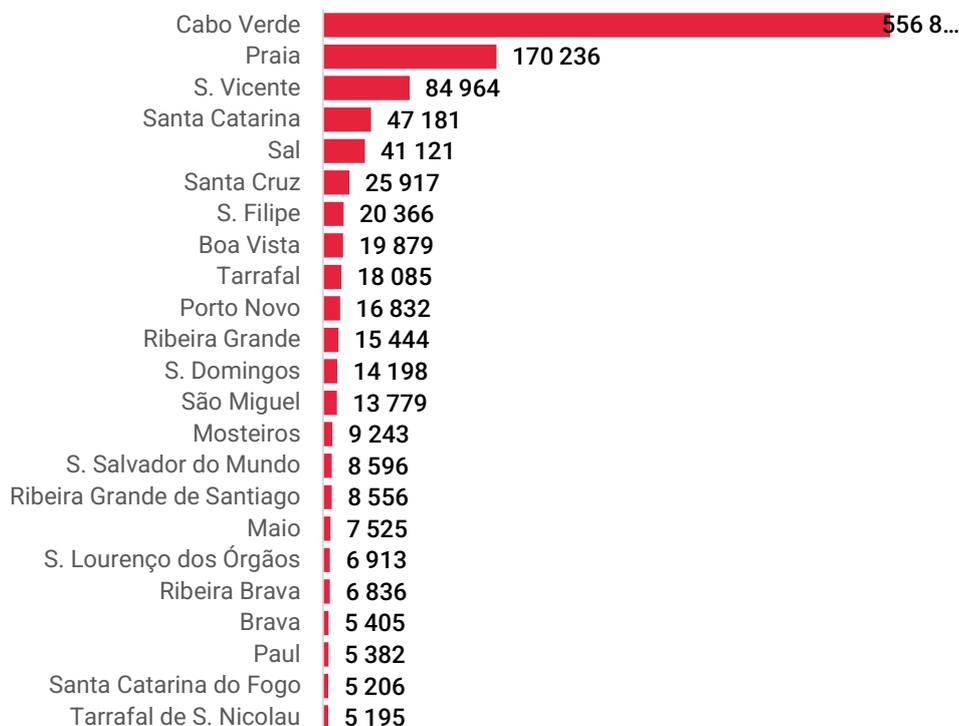


Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

² Valor estimado com base na proporção do Censo 2010, que era de 1,9% da população total

A análise por concelho indica que Praia e São Vicente apresentam uma maior concentração da população, representando, em 2020, respetivamente, 30,6% e 15,3% do total da população do país. Os concelhos com menor concentração de população são Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo, com igual percentagem (0,9%).

Gráfico 03 – População residente em Cabo Verde, por concelho (2020)



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

A taxa de crescimento natural (TCN) sofreu uma diminuição, passando de 1,3%, em 2016, para 1,1%, em 2020. No que concerne à taxa de crescimento médio anual (TCMA), esta manteve o mesmo valor (1,2%) registado em 2019.

Em 2020, a esperança média de vida para os homens foi de 73,4 anos, enquanto para as mulheres se situou em 80,7 anos, apontando para uma diferença média de 7,3 anos de vida.

Tabela 08 – Taxa anual de Crescimento Natural (TCN), Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) e Esperança de Vida à nascença, Cabo Verde (2016-2020)

	Taxa anual de Crescimento Natural (TCN) (%)	Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) – (%)	Esperança de vida ao nascer (ano)	
			e 0 (Masculino)	e 0 (Feminino)
2016	1,33	1,22	71,8	80,0
2017	1,28	1,21	72,2	80,2
2018	1,22	1,19	72,6	80,4
2019	1,17	1,18	73,0	80,5
2020	1,11	1,16	73,4	80,7

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030

Estrutura etária da população

Na estrutura etária da população, verifica-se que, em 2020, o número de pessoas dos 0 aos 14 anos de idade foi de 154.049 (27,7% do total da população residente). O grupo dos 15 aos 24 anos conta com 93.634 (16,8% do total) e dos 25 aos 64 anos foi estimado em 277.167 (49,8%). Em relação aos idosos (pessoas com 65 anos ou mais), o valor estimado para 2020 situa-se à volta de 32.008 indivíduos (5,7% do total).

No que tange à estrutura da população, por sexo, observa-se que o peso da população masculina foi de 50,6%, superior ao da feminina (49,4%).

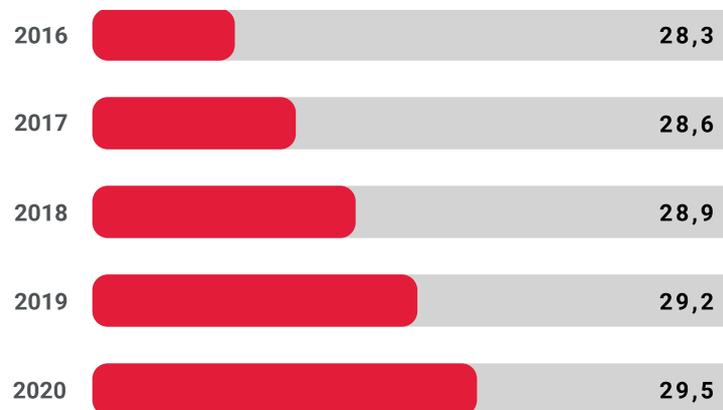
Gráfico 04 – Pirâmide etária da população, Cabo Verde (2020)



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030

A idade média da população de Cabo Verde, em 2020, foi de 29,5 anos. No que se refere à relação de masculinidade, em 2020, foi 102,3 homens para cada 100 mulheres.

Gráfico 05 – Idade média da população de Cabo Verde, (2016-2020)



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030

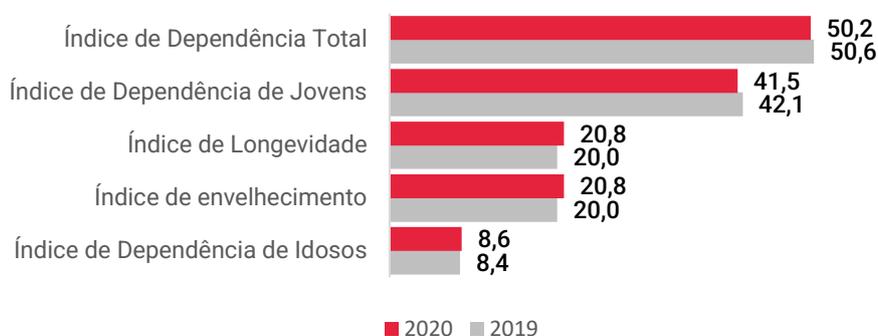
Tabela 09 – Relação de masculinidade, Cabo Verde (2016-2020)

Anos	2016	2017	2018	2019	2020
Relação de masculinidade	100,5	100,9	101,4	101,8	102,3

Fonte: INE- Projeções demográficas, 2010 – 2030

O Índice de Dependência Total tem estado a decrescer de forma contínua, de 2016 a 2020, devido, principalmente, ao número significativo de homens e mulheres em idade ativa, em comparação com a população de crianças e idosos. Em 2019, este indicador era de 50,6% e passou para 50,2%, em 2020.

Para o Índice de Dependência Jovem, o comportamento observado tem sido semelhante ao do Índice de Dependência Total, isto é, tem vindo a decrescer no período em análise. Quanto ao Índice de Dependência dos Idosos, neste verificou-se um ligeiro aumento, em 2020.

Gráfico 06 – Índice de Dependência, de envelhecimento e de Longevidade (2019-2020)


Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

Migrações

Em 2019, a proporção da população de nacionalidade estrangeira era cerca de 1,8% da população residente, tendo aumentado 0,5 p. p. em relação ao ano 2018.

Tabela 10 – Proporção da população residente em Cabo Verde, segundo a “nacionalidade” por sexo e meio de residência (2018-2019)

	Cabo-verdiana	Dupla	Estrangeira	ND
2018	93,3	2,1	1,3	3,3
2019	95,6	2,7	1,8	0,0
Sexo				
Masculino	94,6	3,0	2,4	0,0
Feminino	96,5	2,3	1,2	0,0
Meio de residência				
Urbano	94,0	3,5	2,5	0,0
Rural	98,8	0,8	0,4	0,0

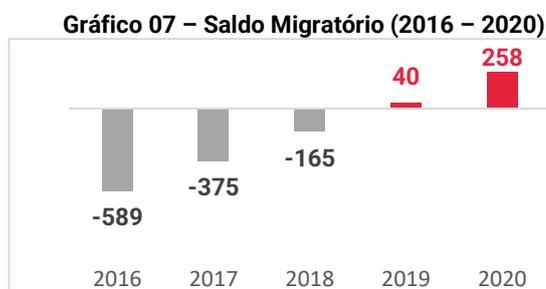
*Pessoas com nacionalidade Cabo-verdiana e uma outra nacionalidade estrangeira

ND – Não Declarado

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2020, o saldo migratório em Cabo Verde era positivo, isto é, entraram mais pessoas (imigrantes) do que a saíram (emigrantes) do país. Em termos de tendência, constata-se que o

saldo negativo tem vindo a reduzir-se, significativamente no período em análise, passando de -589 negativo em 2016, para 258 positivo, em 2020.



Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010 – 2030

Proteção social

Em 2020, o número de pessoas inscritas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) era cerca de 250.709, traduzindo-se numa diminuição de 635 pessoas inscritas. Comparativamente ao ano de 2019, registou-se, em 2020, uma diminuição de 0,3% dos inscritos. Constatou-se ainda, que o maior peso dos inscritos se centrou nos “familiares de segurados e pensionistas com direito aberto”, com 49,5%, e nos segurados ativos, com 41,2%.

Tabela 11 – Inscritos no INPS, por categoria (2016 – 2020)

Tipo de Inscritos	2016	2017	2018	2019	2020
Total	210 253	225 222	238 965	251 344	250 709
Segurados ativos	83 441	92 444	98 059	105 272	103 189
Trabalhadores por Conta de Outrem – TCO	51 852	56 121	56 959	59 683	56 987
Contribuinte Doméstico	1 281	1 628	2 016	2 294	2 312
Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE)	3 745	6 921	10 685	14 277	15 781
Regime da Função Pública	25 147	25 827	26 089	26 617	26 172
Trabalhadores por Conta Própria	1 416	1 947	2 310	2 401	1 937
Pensionistas ativos do INPS	6 779	7 184	7 559	8 065	8 438
Velhice**	3 722	4 314	4 586	4 936	5 226
Invalidez	963	721	775	833	880
Sobrevivência	2 094	2 149	2 198	2 296	2 332
Pensionistas da Reforma Antecipada	4	0	0	0	0
Pensionistas da Função Pública	5 362	6 109	6 898	6 913	6 165
Familiares de segurados e pensionistas com inscrição aberta	104 386	109 376	116 143	121 555	123 984
Ascendentes	4 882	5 255	5 717	6 026	6 113
Descendentes	93 997	98 422	104 454	109 366	111 740
Cônjuges	5 507	5 699	5 972	6 163	6 131
Regime das Convenções	10 281	10 109	10 306	9 539	8 933
Pensionistas e Trabalhadores Migrantes	7 088	7 047	7 089	6 547	6 263
Familiares com direito aberto	3 193	3 062	3 217	2 992	2 670

**Inclui os pensionistas provisórios e complementares

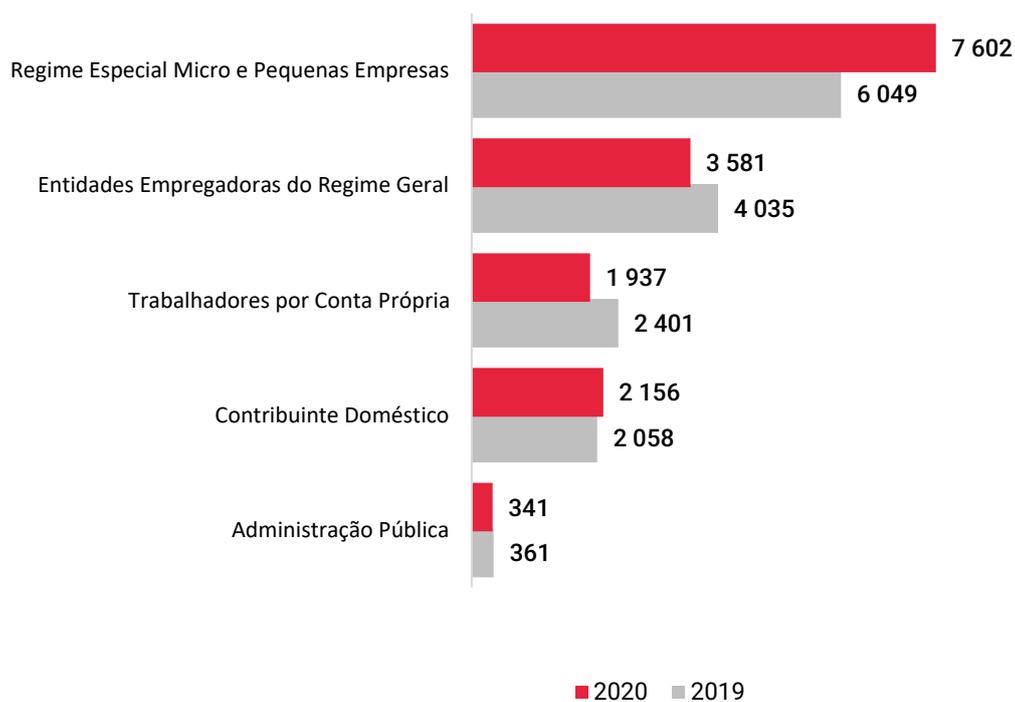
Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Tabela 12 – Inscrições abertas no INPS, por ilha (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	210 253	225 222	238 965	251 344	250 709
Santo Antão	11 945	12 794	13 773	15 317	15 098
S. Vicente	41 428	43 706	46 230	48 762	48 592
S. Nicolau	5 411	5 852	5 954	6 422	6 047
Sal	23 883	27 701	29 782	30 291	30 018
Boa Vista	7 780	8 593	9 364	13 103	10 036
Maio	2 457	2 631	2 872	3 269	3 113
Santiago	106 637	112 449	118 758	120 434	124 450
Fogo	9 515	9 954	10 428	11 508	11 127
Brava	1 149	1 413	1 620	1 851	1 824
Estrangeiro	48	129	184	387	404

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Gráfico 08 – Contribuintes ativos inscritos no INPS, por categoria (2019 – 2020)



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Tabela 13 – Proveitos e Custos do INPS (em milhar ECV) com as principais prestações familiares de segurança social (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Proveitos e Ganhos	12 307 419	13 020 341	13 789 162	14 228 667	13 432 818
Contribuições	9 403 802	10 108 316	11 135 895	11 632 585	10 843 256
Outras receitas operacionais	117 408	101 176	94 216	240 062	142 697
Proveitos e ganhos financeiros	2 256 226	2 200 569	2 294 393	2 217 040	2 190 328
Proveitos e ganhos extraordinários	529 983	610 280	264 658	138 980	256 537
Custos Totais	5 752 663	6 127 426	6 147 655	7 264 731	8 433 613
Custos com Prestações	4 015 598	4 494 825	4 831 035	5 516 419	5 693 232
Doença e maternidade	2 092 662	2 345 633	2 482 787	2 883 203	2 767 732
Prestações pecuniárias	252 063	286 226	323 713	361 359	331 283
Subsídios de doença	163 814	177 943	200 088	218 688	205 664
Subsídios de Maternidade	88 249	108 283	123 625	142 671	125 619
Prestações em espécie	1 840 599	2 059 406	2 159 073	2 521 844	2 436 449
Assistência Médica e Hospitalar	593 725	617 261	640 570	693 320	677 413
Assistência Medicamentosa	541 076	649 854	669 070	826 464	707 068
Aparel. Prót., 36ispôs. E out. 36ispôs. Compensação	172 315	193 212	197 085	267 176	255 186
Despesas de Transporte e Estadia	526 693	599 079	652 348	734 884	780 410
Despesas Convencionais	6 790	0	0	0	16 372
Prestações diferidas (pensões)	1 588 515	1 807 195	1 952 115	2 188 546	2 386 273
Pensões de velhice	989 083	1 255 679	1 402 271	1 584 374	1 752 103
Pensões de invalidez	386 725	312 803	301 550	335 476	350 247
Pensões de sobrevivência	209 329	235 368	244 949	265 300	280 709
Pensões provisórias	0	0	0	0	0
Pensões complementares	3 378	3 345	3 345	3 395	3 214
Desemprego	0	0	10 550	44 145	131 642
Abono de família e prestações complementares	334 421	341 997	385 583	400 526	407 584
Abono de família	290 274	283 435	324 510	349 657	358 038
Subsídio de aleitação	27 010	36 133	42 128	30 408	28 172
Subsídio à deficientes	8 385	12 825	9 692	10 237	10 310
Subsídio de funeral	8 752	9 604	9 252	10 224	11 064
Custos administrativos	630 930	636 041	653 421	649 541	622 291
Provisões do exercício	708 213	649 227	408 930	539 503	516 265
Custos e Perdas Financeiras	392 948	172 502	160 619	186 929	160 682
Custos e perdas extraordinárias	4 974	174 831	93 650	372 339	1 441 143
- Resultado operacional:	4 166 469	4 429 399	5 336 725	5 167 183	4 154 165
- Resultado financeiro:	1 863 278	2 028 067	2 133 774	2 030 112	2 029 645
- Resultado corrente:	6 029 747	6 457 466	7 470 500	7 197 295	6 183 811
- Resultado do exercício:	6 554 757	6 892 916	7 641 509	6 963 939	4 999 205

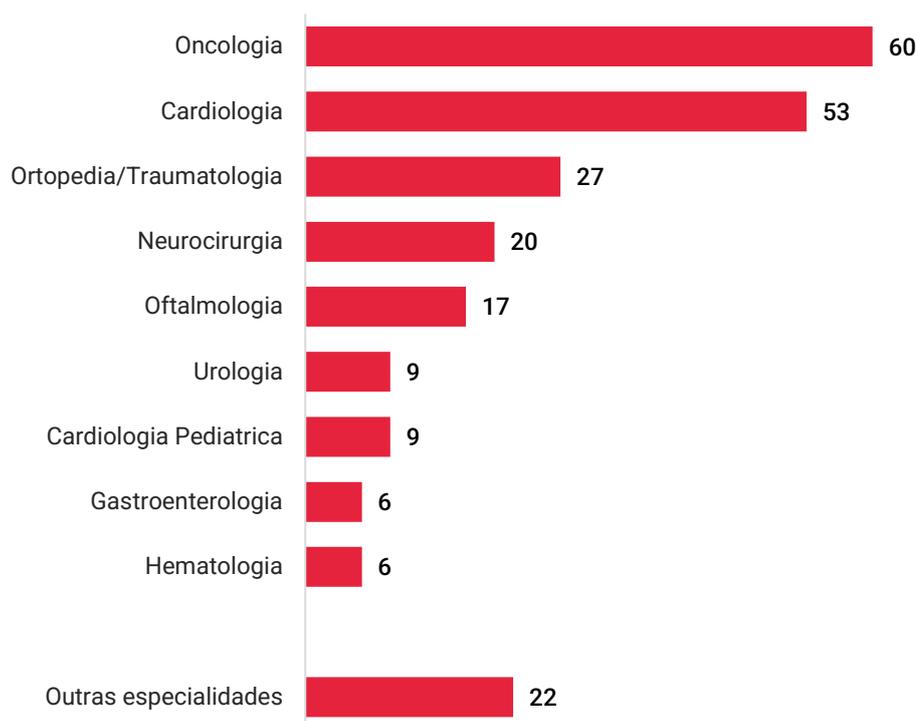
Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Tabela 14 – Beneficiários e acompanhantes das evacuações internas por ilha de origem (2019-2020)

Ilha de Origem	2019			2020		
	Evacuados	Acompanhantes	Total	Evacuados	Acompanhantes	Total
Cabo Verde	3 572	1 574	5 146	2 644	1 070	3 714
Santo Antão	637	282	919	580	239	819
S. Vicente	45	44	89	64	24	88
S. Nicolau	501	200	701	382	156	538
Sal	572	295	867	359	173	532
Boa Vista	503	199	702	364	126	490
Maio	247	133	380	242	89	331
Santiago	1	0	1	0	0	0
Fogo	661	288	949	344	153	497
Brava	405	133	538	309	110	419

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Gráfico 09 – Doentes evacuados para o exterior, segundo especialidade médica (2020)



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social

Tabela 15 – Valor médio (em ECV) das pensões por tipo e sexo dos beneficiários (2016 – 2020)

Pensionistas por tipo e sexo	2016	2017	2018	2019	2020
Pensão de Velhice	25 988	28 224	28 736	30 338	31 721
Feminino	22 292	24 036	24 328	25 711	26 033
Masculino	28 615	31 199	32 061	33 976	36 413
Pensão de Invalidez	40 731	41 026	39 330	39 944	39 658
Feminino	32 673	31 838	31 249	32 080	30 126
Masculino	42 552	43 157	40 899	41 509	41 760
Pensão de Sobrevivência	9 543	9 634	10 040	10 417	10 946
Feminino	10 139	10 286	10 816	11 209	11 713
Masculino	7 730	7 689	7 643	7 821	8 249
Total Geral	23 120	24 591	24 381	25 651	25 923
Feminino	17 152	18 287	18 594	19 663	26 594
Masculino	28 726	30 428	30 102	31 754	25 294

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



2 ERRADICAR A FOME

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 2 – ERRADICAR A FOME

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS2) tem como foco, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, especialmente em regiões pobres.

Indicador 2.1.2. Prevalência da insegurança alimentar moderada ou severa na população residente (de acordo com a FIES, escala de insegurança alimentar da FAO)

Tabela 16 -Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave (%)

	2018
Prevalência de insegurança alimentar moderada e grave	37,7%
Prevalência de insegurança alimentar grave	9,6%

Fonte: Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) – Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)

Indicador 2.2.1: Prevalência de atrasos no crescimento nas crianças com menos de 5 anos de idade.

Em 2019, registou-se uma prevalência de desnutrição crónica de 13,8% nas crianças menores de 5 anos (59 meses), sendo 14,2% nas do sexo feminino e 13,3% nas do masculino. O atraso de crescimento é mais acentuado nos primeiros 23 meses (15,9%) e comparativamente ao meio de residência, é notória a diferença de 4,1% entre urbano e rural.

Tabela 17 – Prevalência de atraso no crescimento nas crianças com menos de 5 anos (%)

	2015	2018	2019
TOTAL CRIANÇAS MENORES 5 ANOS (59 MESES)			
Desnutrição crónica	11,8	11,0	13,8 ^P
GRUPO DE IDADE			
< 24	15,7	13,3	15,9 ^P
≥ 24	9,7	9,4	12,2 ^P
SEXO			
♀ Feminino	9,8	11,9	14,2 ^P
♂ Masculino	13,6	10,1	13,3 ^P
MEIO RESIDÊNCIA			
Urbano	11,3	10,5	15,3 ^P
Rural	11,2	12,0	11,2 ^P

Fonte: INE – Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015)

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) – Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018-2019)

2.2.2 Prevalência de malnutrição nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (baixo peso e excesso de peso)

Tabela 18 – Prevalência de desnutrição aguda e pré-obesidade nas crianças com menos de 5 anos de idade, por tipo de malnutrição (%)

	2015	2018	2015	2018
TOTAL CRIANÇAS MENORES 5 ANOS (59 MESES)		PRÉ-OBSIDADE	DESNUTRIÇÃO AGUDA	
	8,9%	6,00%	3,0	4,40%
GRUPO DE IDADE				
< 24		7,70%		2,10%
≥ 24		5,00%		6,00%
SEXO				
♀ Feminino		5,20%		2,30%
♂ Masculino		6,80%		6,40%
MEIO RESIDÊNCIA				
Urbano		5,90%		4,90%
Rural		6,30%		3,50%

Fonte: INE – Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) (2015)

Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) – Inquérito Nacional sobre a Vulnerabilidade Alimentar e Nutricional (IN-VANF) (2018)

Indicador 2.2.3. Prevalência de anemia em mulheres de 15 a 49 anos, segundo o estado de gravidez

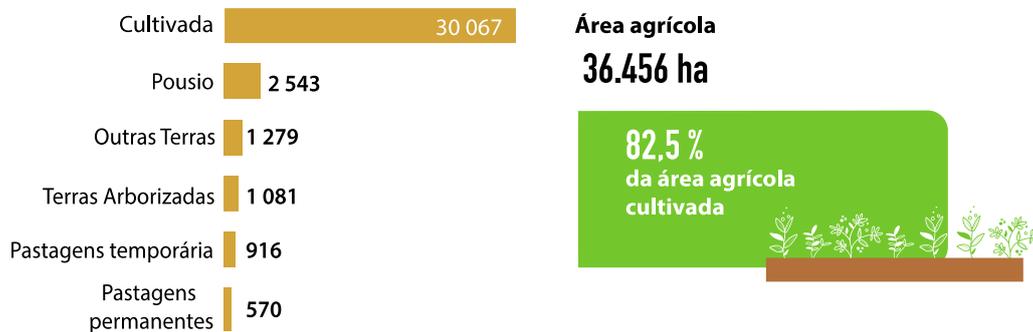
Tabela 19 – Percentagem de mulheres de 15-49 anos consideradas anémicas, segundo a situação perante a gravidez

Características sociodemográficas	Anemia segundo o nível de hemoglobina				Efetivo de mulheres
	Anemia (NG <12.0 g/dl / G <11.0 g/dl)	Ligeira (NG11.0-11.9 g/dl / G 10.0-10.9 g/dl)	Moderada (NG 8.0-10.9 g/dl / G 7.0-9.9 g/dl)	Severa (NG < 8.0 g/dl / G < 7.0 g/dl)	
Grávida	22.5	11.7	10.8	0.0	116
Amamentando	17.0	10.2	6.8	0.0	266
Nem um, nem outro	21.0	12.8	7.8	0.4	2,326
Total	20.6	12.5	7.8	0.3	2,708

Fonte: INE, III Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (III DSR) (2018)

Indicador 2.4.1: Proporção da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) afeta a práticas agrícolas produtivas e sustentáveis

Em 2015, segundo os dados do V Recenseamento Geral da Agricultura, em Cabo Verde, havia 36.456 ha de área agrícola, da qual 82,5% eram cultivadas.

Gráfico 10 – Área/Superfície agrícola, por tipo de utilização

Fonte: MAA – V Recenseamento Geral da Agricultura 2015

OUTROS INDICADORES

Produção Agrícola – Culturas hortícolas (em sentido estrito)

Os dados das estimativas do MAA, indicam que, no período de 2016 á 2020, a produção em toneladas dos tipos de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos, foi em média de 37.932 e 12.901 (toneladas), respetivamente. Ainda, os dados apontam para uma taxa de variação negativa de (0,2%) e (2,6%) tanto para as culturas hortícolas quanto para as culturas de raízes e tubérculos.

Dentre os produtos das culturas hortícolas, o tomate continua se destacando como sendo o produto com maior representatividade, com um peso de 37,0% no total das culturas hortícolas. No que diz respeito as culturas de raízes e tubérculos, a mandioca se destaca como sendo o produto com maior preminência, com um peso de 39,2% no total da produção das culturas de raízes e tubérculos. Ainda, é de se acrescentar que, de acordo com as estimativas do MAA, a produção em toneladas das culturas hortícolas + raízes e tubérculos, foi em média de 50.833 toneladas no período de 2016 á 2020.

Tabela 20 – Estimativas da produção (em toneladas) de culturas hortícolas (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
HORTÍCOLAS+R&T(toneladas)	70 926	54 896	43 877	42 381	42 085
Culturas Hortícolas	48 512	40 234	33 452	33 768	33 692
Tomate	15 133	16 817	14 703	14 329	12 474
Pimentão	4 775	4 630	1 740	2 051	2 284
Repolho	8 698	5 144	5 383	3 642	3 769
Cenoura	3 953	2 920	1 685	2 279	3 297
Melancia	1 557	1 180	928	995	1 256
Alface	1 325	841	791	657	956
Couve	3 015	1 180	1 362	1 571	2 219
Cebola	5 066	3 466	2 567	3 167	2 962
Diversos	4 990	4 056	4 293	5 077	4 474

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente (MAA)
Direção Serviços Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).

Tabela 21 – Estimativas da produção (em toneladas) de (R&T) (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019
Raízes e Tubérculos (R&T)	22 414	14 662	10 424	8 613
Batata-doce	6 262	5 024	3 908	3 395
Mandioca	5 667	5 597	3 949	2 552
Batata-comum	10 485	4 041	2 567	2 666

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente (MAA)
Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).

No que diz respeito as culturas frutícolas, as estimativas de produção do MAA mostram que houve uma produção de 11.859 toneladas no ano de 2020. Nesse período as principais produções frutícolas foram da banana (71,1%), papaia (12,6%) seguida da manga (10,2%). Os dados apontam para uma taxa de variação negativa de (13,4%), comparativamente ao ano precedente, com uma queda na produção do total das culturas frutícolas (o que é frequente para esse tipo de cultura, isso devido as condições climáticas que o país apresenta, pouca precipitação e vento).

Tabela 22 – Estimativas de produção (em toneladas) por tipo de culturas frutícolas (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
	15 840	15 730	10 903	9 015	7 807
Banana	10 443	10 416	7 509	6 631	5 553
Manga	1 363	1 568	814	762	796
Papaia	3 284	2 991	1 969	1 095	983
Outras	750	755	611	527	475

Fonte: Direção serviços estatística e gestão e informação (DSEGI), MAA

Relativamente as culturas de renda, as estimativas de produção do MAA, mostram que em 2020, a produção em toneladas foi de 23.134, com uma taxa de variação negativa de (0,2%) face ao ano anterior. De acrescentar que, o produto cana de açúcar, continua sendo o tipo de produto com maior predominância dentre os produtos das culturas de renda. Os produtos de café e vinha, apresentaram taxas de variações de 1,8% e (23,9%), respectivamente. Estas duas últimas, são de maior expressividade e especificidade territorial da ilha do Fogo, com um peso de 0,8% no total da produção das culturas de renda.

Tabela 23 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de renda (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
	28 752	28 614	23 136	23 182	23 134
Café	68	43	46	40	41
Vinha	309	196	150	202	154
Cana-de-Açúcar	28 375	28 375	22 940	22 940	22 940

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente, (MAA)
Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).

Obs: A estimativa da produção de cana de açúcar é baseada na área cultivada de cana no rendimento médio esperado, sendo a produção mais ou menos estável ao longo do segundo ano. Apartir do 2018 a quantidade produzida é estimada com a base nos dados do RGA 2015 sobre a área cultivada total = 3.114 hectares (há) normalmente ocupada em cerca de 36% pela cana sacarina, ou seja, a volta de 1.147 (há) de cana que corresponde a uma produção a volta de 22,940 (toneladas).

Para as estimativas de produção das culturas de sequeiro, por campanha agrícola, vimos a considerar que, no período da campanha agrícola de 2020/2021, não foram realizados os inquéritos para as culturas tradicionais de sequeiro, tendo em conta que se tratou de um ano pandêmico, o que permitiu que a produção desse período fosse avaliada e estimada.

Tabela 24 - Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de sequeiro por campanha agrícola (2016-2020)

	*2016/2017	*2017/2018	*2018/2019	*2019/2020	*2020/2021
	10 288	11	846	837	ND
Milho	5 642	4	719	640	ND
Feijões	3 987	7	127	197	ND
Abóbora	549	0	0	0	ND
Mancarra	110	0	0	0	ND

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente (MAA)
Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).

*Obs: De ressaltar que a campanha agrícola vai de Maio a Abril do ano seguinte Direção de Serviço Estatística e Gestão de Informação (DSEGI)

Obs: (ND)* Dados não disponíveis. Em 2020/2021 não foi feito o Inquérito de Sequeiro por causa da Pandemia.

As estimativas de produção do milho de sequeiro em toneladas por campanha agrícola e por ilha, mostram que, globalmente houve uma diminuição da produção do milho no ano de 2020, relativamente ao ano precedente. Para a maioria das ilhas, tem-se uma taxa de variação negativa relativamente a produção de milho de sequeiro em toneladas, do ano de 2020 relativamente ao ano precedente (nomeadamente as ilhas do Maio, da Brava e São Nicolau), com exceção da ilha de Santiago que apresentou uma taxa de variação positiva de 40,6% para o referido período.

Tabela 25 - Estimativa de produção de milho de sequeiro em tonelada por campanha agrícola (2016-2020)

	*2016/2017	*2017/2018	*2018/2019	*2019/2020	Tx. Var 2019/2020 e 2018/2019*
Cabo Verde	5 642	4	686	640	-6,6%
S. Antão	55	1	5	7	37,5%
S. Nicolau	117	0	9	1	-84,4%
Maio	3	0	0,9	0	-100,0%
Santiago	3 497	0	316	444	40,6%
Fogo	1 423	3	300	188	-37,4%
Brava	547	0	56	0	-100,0%

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente (MAA)
Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).

Para a atividade de exploração pecuária, que se caracteriza como sendo uma componente com grande impacto no rendimento das famílias agrícolas, os dados mostram que, no período de 2019/2020, as espécies ovinas e caprinas foram as que apresentaram um maior crescimento, no período em análise, 46,9% e 19,2% respetivamente. A espécie ovina, as aves e as bovinas, são as com menores taxas de variação nesse período, 4,0%, 3,0% e (0,4%), respetivamente.

Tabela 26 - Estimativa do efetivo pecuário, por espécie, ano (2016-2020)

Espécie	2016	2017	2018	2019	2020
Bovina	22 902	29 599	29 558	29 623	29 519
Caprina	206 279	107 630	107 532	110 543	131 737
Ovina	12 029	12 625	12 620	12 774	18 768
Suína	87 121	66 905	66 808	67 476	70 206
Aves (tradicionais)	665 195	665 195	256 121	278 682	287 042

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente (MAA)
Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).

Relativamente às estimativas de produção de carne em kg, verifica-se que, em 2020, do total da produção de carne (bovinas, caprinas, ovinas e suínas), houve um aumento em 5,9% face ao ano de 2019. Para a carne avícola, em particular (tradicional e intensiva), houve uma queda de (11,4)% relativamente ao ano precedente. Em termos de proporção, a produção de carne suína detém maior peso no total de produção de carne (bovina, caprina, ovinas e suínas).

Tabela 27 - Estimativa de produção de carne (em kg), (2016-2020)

Espécie	2016	2017	2018	2019	2020
Bovina	549 655	710 376	709 392	710 953	708 451
Caprina	928 257	484 335	483 894	497 443	592 817
Ovina	54 129	56 813	56 790	57 483	84 457
Suína	3 049 248	2 341 675	2 338 280	2 361 663	2 457 214
	4 581 288	3 593 199	3 588 356	3 627 542	3 842 939
Aves (tradicional e intensiva)	932	902	443	605	538

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente (MAA)
Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).

No que diz respeito às estimativas de produção de leite de origem bovina e caprina, em 2020, representaram 46,0% e 54,0% do total da produção, respetivamente. A produção de leite de origem bovina, apresentou uma queda de 0,4% relativamente ao ano precedente. Em contrapartida a produção de leite de origem caprina apresentou um aumento de 54% relativamente ao ano anterior.

Tabela 28 - Estimativa da Produção de leite (em litros) 2016 a 2020

Espécie	2016	2017	2018	2019	2020
Bovina	3 444 501	4 451 690	4 445 523	4 455 303	4 439 627
Caprina	8 168 660	4 262 148	4 258 267	4 377 499	5 216 792
Total	11 613 161	8 713 838	8 703 790	8 832 802	9 656 419

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente (MAA)
Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).

Em relação às estimativas de produção de ovos (milhões de unidade), em 2020, registou-se uma produção de 54,6 milhões de unidades de ovos. De destacar que houve uma taxa de variação de 6,0% face ao ano anterior. A produção média de ovos, no período de 2016 à 2020, está em torno de 49,6 milhões de unidades de ovos.

Tabela 29 - Estimativa de produção de ovos (milhões de unidades), (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Ovos (Industrial, Aves Tradicional)	54,6	48,8	42,3	49,8	52,8

Fonte: Ministério Agricultura e Ambiente (MAA)
Direção dos Serviços de Estatística e Gestão e Informação (DSEGI).



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE DE QUALIDADE

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 3 – SAÚDE E QUALIDADE

O ODS 3 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3) tem seu foco principal na saúde da população. Para alcançar o objetivo, é preciso a redução drástica da mortalidade materna, o fim das mortes evitáveis de bebês e crianças, combate as doenças como HIV, a tuberculose, o paludismo, a hepatite, entre outras doenças transmissíveis. Ainda é preciso reduzir a um terço as mortes prematuras por doenças não transmissíveis como hipertensão e diabetes e garantir o acesso aos sistemas de saúde e o de prevenção e proteção do bem-estar dos cidadãos.

O setor da saúde em Cabo Verde sempre mereceu atenção especial por parte dos decisores, tendo-se verificado uma evolução positiva nos diversos indicadores, alguns apresentados neste relatório.

Indicador 3.1.1 Taxa de mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos

A nível mundial a meta é de reduzir a taxa de mortalidade materna para menos de 70 óbitos maternos devido a complicações durante a gravidez ou no parto, por 100 000 nascidos-vivos. No período 2015-2018 a taxa de mortalidade materna tem oscilado entre 47,2 em 2017 e 18,8, por 100.000 nascidos vivos, em 2016, valores abaixo da meta mundial.

Em 2019 a taxa de mortalidade materna regista um aumento brusco face ao ano anterior (37,9 por 100.000 nascidos vivos), fixando-se em 105,1 por 100.000 nascidos vivos.

Gráfico 11 – Taxa Mortalidade Materna por 100.000 nascidos vivos (2015-2019)



Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.1.2 Proporção de nascimentos (nados-vivos) assistidos por pessoal de saúde qualificado

De acordo com as estimativas do Ministério da Saúde, a proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde foi de 88,4 % em 2019. Regista-se uma diminuição significativa de 4,5 p.p. face ao ano de 2018 (92,9%), depois de um período de crescimento da proporção de nascimentos assistidos por profissionais de saúde.

Gráfico 12 – Proporção de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde - médicos e enfermeiros (2015-2019)



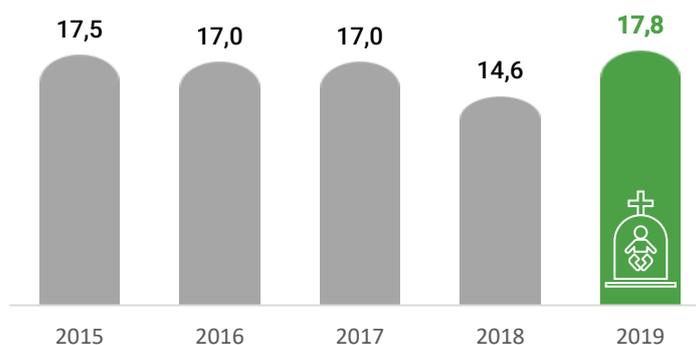
Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.2.1 Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos

A nível da saúde uma das metas é, até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nados-vivos.

Em Cabo Verde, a taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos registou uma tendência de decréscimo entre 2015-2018, passando de 17,5 por 1.000 em 2015 para 14,6 por 1.000 em 2018. Em 2019, registou um aumento face ao ano anterior, fixando em 17,8 óbitos de crianças com menores de 5 anos por 81000 nados-vivos.

Gráfico 13 – Taxa de mortalidade em crianças menores de 5 anos por 1.000 nados-vivos (2015-2019)

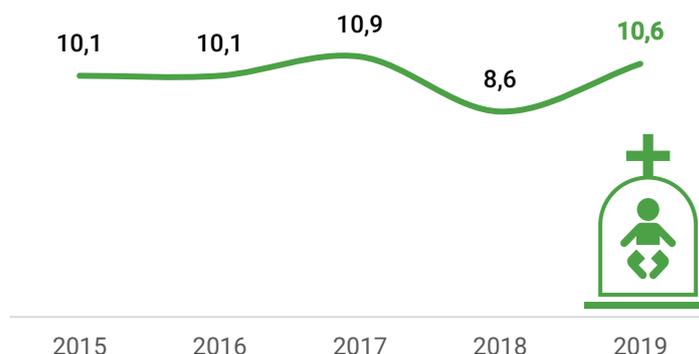


Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal por 1.000 nados-vivos

A taxa de mortalidade neonatal, ou seja, número de óbitos de crianças entre 0 a 27 dias por cada mil nascidos vivos, foi de 10,6‰ em 2019, registando um aumento de 2 pontos por mil em relação ao ano anterior.

Gráfico 14 – Taxa de Mortalidade Neonatal por 1.000 nados vivos (2015-2019)

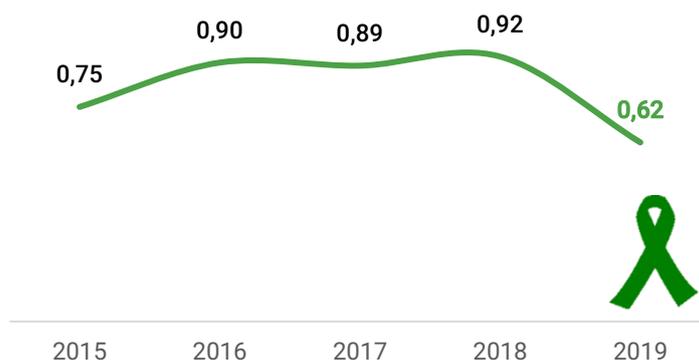


Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.3.1 Número de novos casos de infecção por VIH por 1.000 habitantes, por sexo, grupo etário e populações específicas

Em 2019, o número de novos casos de infecção por VIH, foi de 0,62 por mil habitantes, uma diminuição de 0,3 por mil habitantes face ao ano de 2018 que foi de 0,92 por mil habitantes. Este último, a taxa de detenção foi a mais alta registado ao longo da série em análise.

Gráfico 15 – Número de novos casos de infecção por VIH por 100.000 habitantes (2015-2019)

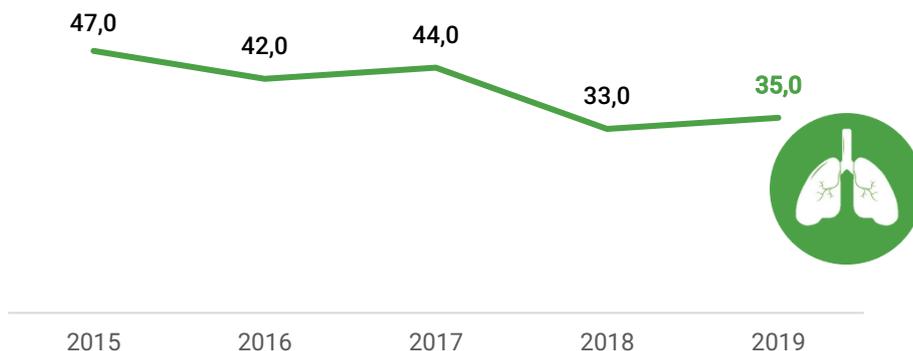


Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.3.2 Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes

Em 2019, registaram-se 143 casos novos, o que representa uma taxa de incidência de 35 casos por 100 mil habitantes, inferior ao registado em 2017 (44 por 100 mil habitantes). Verifica-se que ao longo da série, os dados apresentam uma tendência decrescente, à exceção do ano 2017 em que a situação foi atípica, embora tendo aumentado em 2019.

Gráfico 16 – Taxa de incidência da tuberculose por 100 mil habitantes (2015-2019)



Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

A taxa de prevalência (em todos os casos) também sofreu uma diminuição significativa de 56 por 100 mil habitantes em 2014 para 38 por 100 mil habitantes em 2018.

Tabela 30 - Incidência, prevalência, Óbitos e Taxa de Mortalidade (por 100.000) associados à Tuberculose (2014-2019)

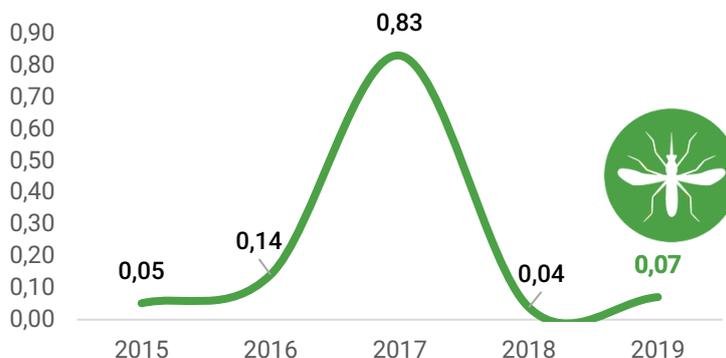
	População	Casos novos	Casos em registo	Incidência (por 100.000)	Prevalência (por 100.000)	Óbitos	Taxa de mortalidade (por 100.000)
2015	524 833	247	271	47,0	52	11	2,1
2016	531 239	222	258	42,0	49	7	1,3
2017	537 661	234	257	44,0	48	8	1,5
2018	544 081	182	206	33,0	38	10	1,8
2019	550 483	143	214	35,0	39	6	1,1

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.3.3 Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes

A taxa de incidência do paludismo (malária) em 2019 foi de 0,07 por mil habitantes, uma diminuição considerável em relação ao ano 2017 (0,83), onde foi registada a taxa mais elevada ao longo da série em análise.

Gráfico 17 – Taxa de incidência da malária por 1.000 habitantes (2015-2019)



Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Tabela 31 - Número de casos, Incidência (por 100.000) Óbitos, Taxa de Mortalidade e Taxa de letalidade associados ao Paludismo (2015-2019)

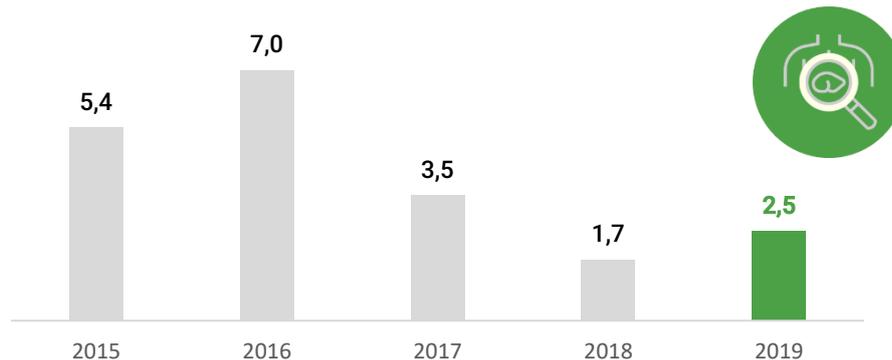
População	Casos (n.º)	Incidência (por 1000)	Óbitos	Taxa mortalidade (por 100.000)	Taxa de letalidade (%)
2015 524 833	27	5,1	0	0,0	0,0
2016 531 239	75	14,1	2	0,7	2,2
2017 537 661	446	83,0	2	0,4	0,4
2018 544081	21	3,7	0	0,0	0,0
2019 550483	39	7,1	0	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.3.4 Taxa de incidência da hepatite B por 100 mil habitantes

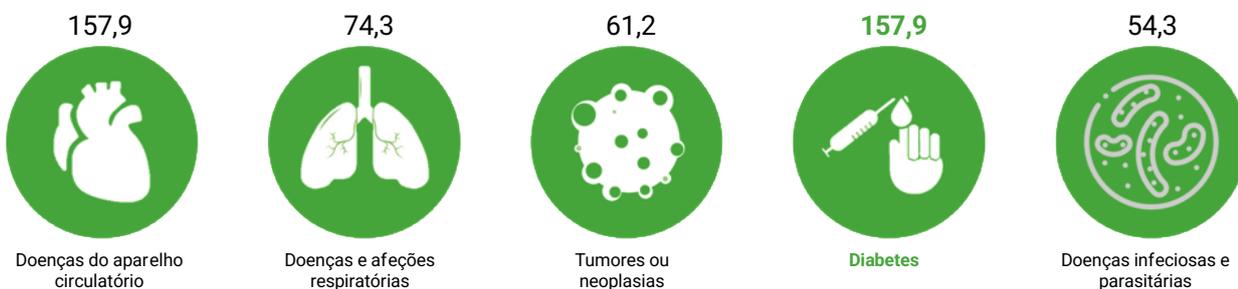
Em 2018, a taxa de Incidência da Hepatite B foi de 1,7 por 100 mil habitantes, valor que reflete uma diminuição significativa face ao ano de 2017 (3,5 por 100 mil habitantes). A maior taxa foi registada em 2016, fixando-se em 7 por 100 mil habitantes.

Gráfico 18 – Taxa de incidência da Hepatite B por 100 mil habitantes, Cabo Verde (2015-2019)



Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.4.1 Taxa de mortalidade atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias.



A tabela 32 apresenta a distribuição de mortalidade geral por (100.000 habitantes), por CID10, segundo género, ano de 2019. As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade, com uma taxa de 157,9 por cem mil habitantes, tendo o sexo feminino

apresentado maior taxa (174,1) do que o masculino (141,9). Quando comparado com o ano de 2018 (161,2), constata-se uma diminuição na ordem dos 3,3 por cem mil habitantes. Como segunda causa de morte encontram-se as afeções respiratórias com 74,3 por cem mil habitantes. Os tumores ou neoplasias, foram a terceira causa da morte em 2019, com 61,2 por cem mil habitantes.

Tabela 32 - Distribuição de mortalidade geral por (100.000 habitantes), por CID10, segundo género, ano de 2019

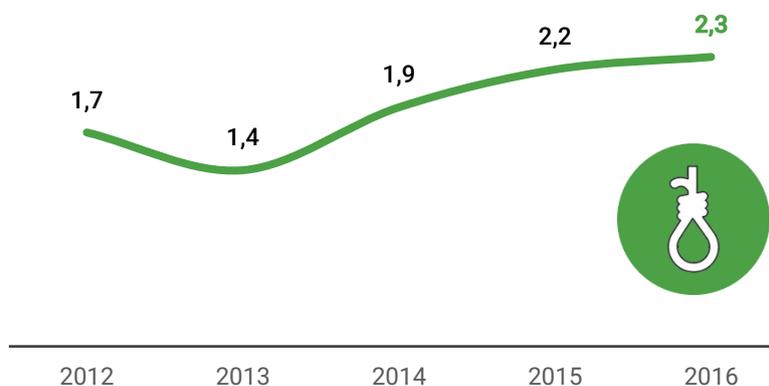
Causas de óbito	CID	Total		Masculino		Feminino	
		Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	869	157,9	394	141,9	475	174,1
Afeções Respiratórias	J00-J99	409	74,3	220	79,2	189	69,3
Tumores ou neoplasias	C00-D48	337	61,2	197	70,9	140	51,3
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	299	54,3	149	53,7	150	55,0
Sintomas mal definidos	R00-R99	201	36,5	101	36,4	100	36,7
Causas externas	V01-Y98	105	19,1	93	33,5	12	4,4
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	108	19,6	93	33,5	15	5,5
Afeções perinatais	P00-P96	102	18,5	55	19,8	47	17,2
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	102	18,5	60	21,6	42	15,4
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	96	17,4	58	20,9	38	13,9
D. do aparelho génito urinário	N00-N99	37	6,7	18	6,5	19	7,0
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	24	4,4	24	8,6	0	0,0
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	30	5,4	19	6,8	11	4,0
Malformações congénitas	Q00-Q99	26	4,7	15	5,4	11	4,0
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	5	0,9	1	0,4	4	1,5
Gravidez Parto e puerpério	O00-O99	11	4,0			11	4,0
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	10	1,8	5	1,8	5	1,8
D. sistema oste muscular e tecido	M00-M99	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.4.2 Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio)

Em 2016, a taxa de mortalidade relacionada com o suicídio foi de 2,3%. Constata-se que a taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) vem aumentando desde o ano 2013.

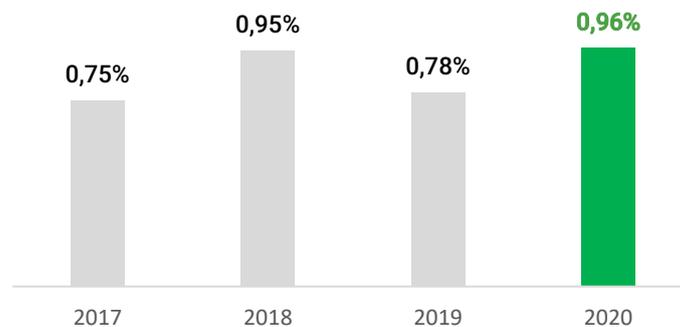
Gráfico 19 – Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) (2012-2016)



Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

A taxa de mortalidade por acidentes rodoviários, entre 2017 e 2020, tem vindo a sofrer variações entre 0,75% a aproximadamente 1%, conforme apresentado no gráfico.

Gráfico 20 - Taxa de mortalidade por acidentes rodoviários

Fonte: MAI, MS, INE

Indicador 3.7.1 Proporção de mulheres em idade reprodutiva (15 a 49 anos) que utilizam métodos de planeamento familiar modernos

43%

Mulheres sexualmente ativas, com idade de 15 a 49 anos, usam um método contraceptivo moderno



De acordo com o último inquérito demográfico e de saúde reprodutiva (IDSR 2018), 43% das mulheres sexualmente ativas, com idade 15-49 anos usavam um método contraceptivo moderno, sendo a pílula (16,2%) e as injeções (10,2%) as mais utilizadas, seguido do preservativo (8,6%) e da esterilização feminina (4,5%).

A utilização de métodos contraceptivos modernos aumenta para 54,6% entre as mulheres unidas, de 15-49 anos. Preferencialmente os principais métodos utilizados são a pílula (20,9%), a injeção (14,8%) e a esterilização feminina (8,4%).

De acordo com a tabela que se segue, para os métodos tradicionais, o nível de utilização foi de apenas 1,1%, em 2018. A percentagem de utilização do “coito interrompido” e da “abstinência periódica” foram de 0,5% cada um.

Tabela 33 - Utilização de métodos contraceptivos nas mulheres unidas 15-49 anos 2005 e 2018

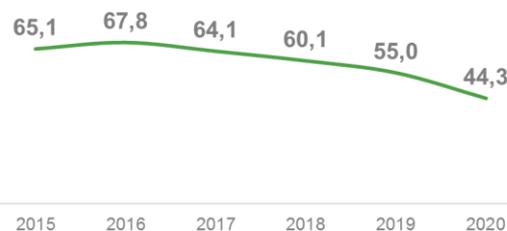
Método	2005	2018
Algum método	61.3	55.8
Método moderno	57.1	54.6
Pílula	21.4	20.9
Esterilização feminina	14.8	8.4
Injeções	11.3	14.8
Preservativo Masculino	6.1	5.4
DIU	2.2	2.1
Implante	0	2.7
Vasectomia	0	0.1
Outro moderno	1.3	0.3
Método tradicional	4.3	1.1
Abstinência periódica	1.9	0.5
Coito interrompido	2.2	0.5
Outro tradicional	0.1	0.1

Fonte: INE, III IDSR

Indicador 3.7.2 Número de nados-vivos de mães adolescentes (grupos etários 10-14 e 15-19) por 1 000 mulheres destes grupos etários.



Número de nados-vivos registados por cada 1 000 jovens adolescentes, 15-19 anos



12%

Mulheres, jovens adolescente, 15-19 anos declararam ter um filho (nado-vivo) – IDSR 2018

De acordo com as estatísticas vitais o número de nados-vivos de mães, jovem adolescente, de 15-19 anos, tem vindo a descer ao longo dos anos, desde 2016, ano em que se registou 67,8 nados-vivos registados por cada 1 000 jovens 15-19 anos. Em 2019, registou-se 55,0 nados-vivos por cada 1 000 jovens. Em 2020, registou-se 44 nados-vivos por cada 1000 jovens, 15-19 anos.

Segundo os dados do terceiro Inquérito demográfico e de saúde reprodutiva (IDSR III), realizado em 2018, a proporção das adolescentes do grupo etário de 15-19 anos que declararam já ter um filho (nado vivo), no momento do inquérito, foi de 12%. De acordo com a tabela 37, em 2018 4,2% de jovens entre 15 a 19 anos declararam que já estavam grávidas do primeiro filho, no momento do inquérito.

Tabela 34 - Taxa Específica de Fecundidade (‰) - número de nados-vivos registados por cada 1 000 mulher na mesma faixa etária (2015-2020).

	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa Específica de Fecundidade (‰)					
CABO VERDE	70,1	69,2	65,6	62,2	56,2
GRUPO ETÁRIO DA MÃE					
10-14	0,8	1,1	1	0,2	0,1
15-19	68,1	64,2	60,1	55	44,3
20-24	103,6	105,8	101,9	93,7	84,7
25-29	97,6	96,6	90,4	85,1	84,1
30-34	81,7	80,1	77	79,1	71,3
35-39	55,7	54	54,4	52,3	47
40-44	19	20,7	18,8	19,1	18
45-49	1,5	1,9	1,3	2,3	1,2
>50	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE, Estatísticas Vitais, 2022

Tabela 35 - Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam ter um filho (nado-vivo), no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	15,2	12,0
19 anos	33,9	28,9
18 anos	15,9	22,9
17 anos	9,0	13,4
16 anos	8,6	1,1
15 anos	1,9	5,6

Fonte: INE, III IDSR

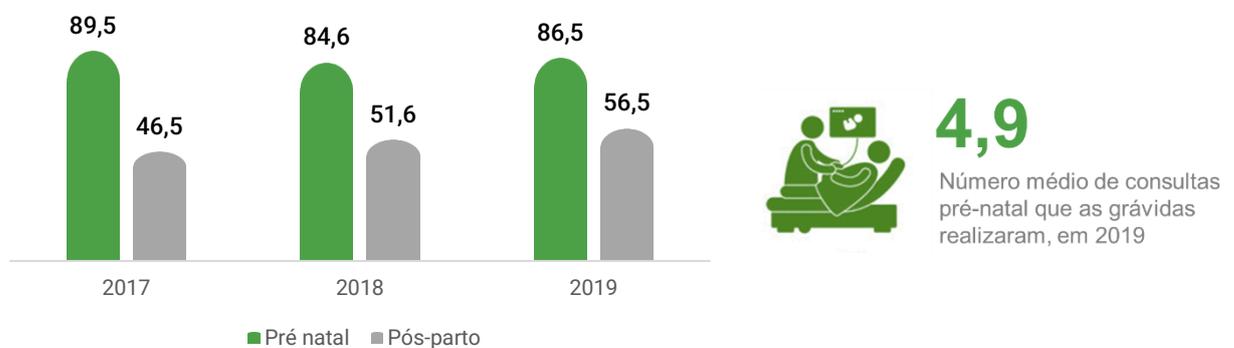
Tabela 36 - Proporção das adolescentes (15-19 anos) que declararam estar grávida do 1º filho, no momento do inquérito (IDSR-2005 e IDSR-2018)

Grupo Etário	2005	2018
Total de Jovens 15-19 anos	3,7	4,2
19 anos	5,5	4,8
18 anos	5,0	7,3
17 anos	5,2	5,4
16 anos	1,8	1,6
15 anos	1,8	1,7

Fonte: INE, III IDSR

Indicador 3.8.1 Cobertura dos cuidados de saúde primários (definida como a cobertura média dos cuidados de saúde primários aferida por rastreios relativos à saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis, e sobre o acesso e capacidade dos serviços, junto da população geral e das populações mais desfavorecidas).

Gráfico 21 - Taxa de cobertura da primeira consulta pré-natal e pós-parto e (2017-2019) e número médio de consultas pré-natal, em 2019.



Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

De acordo com os serviços de saúde a taxa de cobertura da primeira consulta de pré-natal tem vindo a decrescer, passando de 89,5% em 2017 para 86,5% em 2019, assim como, o número médio de consultas que passa de 4,9 para 4,6, no mesmo período. Em média a taxa de cobertura das consultas pós-parto tem vindo a aumentar, passando de 46,5% em 2017 para 56,5% em 2019.

Tabela 37 - Taxa de cobertura de consultas pré-natal e pós-parto, por enfermeiros (2017-2019)

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-Parto
	Taxa cobertura 1ª consultas	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2017	89,5	4,9	46,5
2018	84,6	4,6	51,6
2019	86,5	4,6	56,5

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

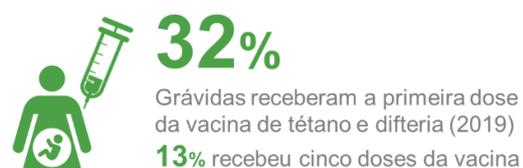
A taxa de cobertura de consultas de crianças menores de 1 ano nos últimos 3 anos tem oscilado. Após um decréscimo de 93,6% em 2017 para 86,9% em 2018, em 2019 regista um aumento passando a 88,6%. O número medio de consultas das crianças menores é de 10 consultas.

Tabela 38 - Consultas de crianças menores de 1 ano (2017-2019)

	Consultas de Crianças < 1 ano	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas
2017	93,6	10,4
2018	86,9	10,2
2019	88,6	10,0

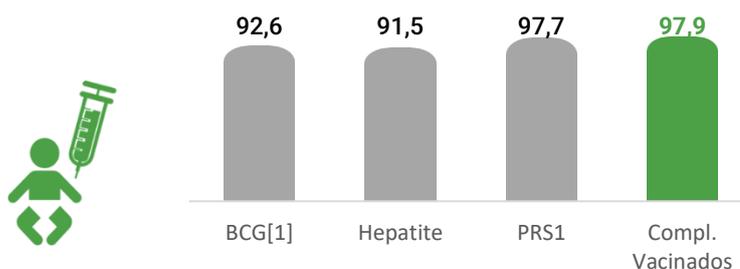
Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Indicador 3.b.1 Taxa de cobertura vacinal da população relativamente às vacinas incluídas no Programa Nacional de Vacinação



Em 2019, a taxa de cobertura vacinal, crianças menores de um ano de idade (< 1 ano), relativamente ao Programa Nacional de Vacinação foi de 97,9% de crianças completamente vacinadas. A vacina da Hepatite é que apresenta a menor taxa de vacinação nas crianças menores de um ano, 91,5%.

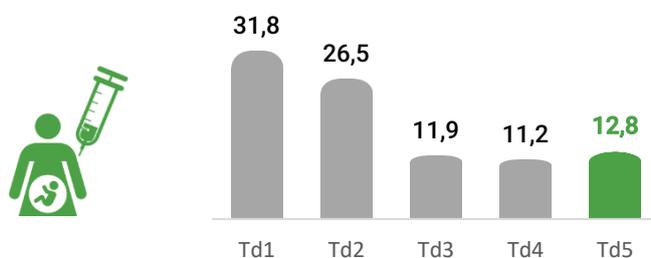
Gráfico 22 – Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina (2019)



Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente da mulher estar grávida ou não. O gráfico 23 traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas em 2019.

Gráfico 23 – Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina de tétano e difteria (2019)



Fonte: SAISCAMH/SVIRE/DNS/MSSS

OUTROS INDICADORES



Infraestruturas e Recursos Afetos aos Serviços de Saúde

A rede de estruturas de saúde é constituída por dois hospitais centrais, sendo um no concelho da Praia e outro no de São Vicente, e quatro hospitais regionais nos concelhos da Ribeira Grande de Santo Antão, Sal, Santa Catarina e São Filipe. Quanto aos centros de saúde, houve um aumento de uma entre 2015 e 2019. As Unidades Sanitárias de Base encontram-se instaladas em todos os concelhos, sendo infraestruturas imprescindíveis na implementação da política de saúde do país.

Tabela 39 - Infraestruturas de Saúde segundo as principais estruturas sanitárias (2015-2019)

	Estruturas Sanitárias				
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	Delegacia de Saúde	Centro Saúde Reprodutiva
2015	2	4	32	17	5
2016	2	4	32	17	5
2017	2	4	32	17	5
2018	2	4	33	17	5
2019	2	4	33	17	5

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Tabela 40 - Infraestruturas de Saúde segundo o tipo de estruturas sanitárias por concelho (2019)

	Estruturas Sanitárias						
	Hospital Central	Hospital Regional	Centro de Saúde	Centro de Saúde Reprodutiva	Posto Sanitário	Unidade Sanitária de Base	Delegacia de Saúde
Cabo Verde	2	4	33	5	34	115	17
Ribeira Grande	0	1	1	1	5	9	1
Paul	0	0	1	0	2	4	1
Porto Novo	0	0	1	0	4	12	1
São Vicente	1	0	6	1	0	3	1
Ribeira Brava	0	0	1	0	2	8	1
Tarrafal de São Nicolau	0	0	1	0	1	5	0
Sal	0	1	1	0	0	1	1
Boa Vista	0	0	2	0	1	5	1
Maio	0	0	1	0	2	5	1
Tarrafal de Santiago	0	0	1	0	2	6	1
Santa Catarina	0	1	1	1	4	8	1
Santa Cruz	0	0	1	0	3	9	1
Praia	1	0	6	1	1	6	1
São Domingos	0	0	1	0	1	9	1
São Miguel	0	0	1	0	1	6	1
São Salvador do Mundo	0	0	1	0	0	1	0
São Lourenço dos Órgãos	0	0	1	0	0	2	0
Ribeira Grande de Santiago	0	0	1	0	1	3	0
Mosteiros	0	0	1	0	0	4	1
São Filipe	0	1	1	1	2	5	1
Santa Catarina do Fogo	0	0	1	0	0	2	0
Brava	0	0	1	0	2	2	1

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

A razão de médicos e enfermeiros vem aumentando anualmente. Analisando os dados a nível dos concelhos no ano 2016, constata-se que a tendência se mantém relativamente aos dados de 2015, onde a razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes tem maior taxa nos concelhos onde há hospitais Centrais e Regionais. Entretanto, mantêm-se as diferenças regionais, que têm a ver com o tipo de infraestruturas existentes e cuidados prestados nos concelhos com menos população.

Tabela 41 - Razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes, por concelho, (2016)

Concelhos	Número de Médicos	Razão Médico/Hab.	Número de Enfermeiros	Razão Enferm/Hab.
Cabo Verde	408	7,68	690	12,99
Ribeira Grande	14	8,40	36	21,59
Paul	2	3,37	8	13,47
Porto Novo	5	2,89	16	9,24
S. Vicente	103	12,58	169	20,64
Ribeira Brava	2	2,81	12	16,88
Tarrafal de S. Nicolau	2	3,82	6	11,47

Sal	15	4,24	23	6,52
Boa Vista	5	3,22	12	7,72
Maio	2	2,84	7	9,95
Tarrafal	4	2,19	12	6,57
Santa Catarina	33	7,25	59	12,96
Santa Cruz	5	1,90	15	5,71
Praia	186	11,98	237	15,27
S. Domingos	2	1,42	8	5,69
S. Miguel	4	2,76	8	5,52
S. Salvador do Mundo	1	1,16	4	4,63
S. Lourenço dos Órgãos	1	1,41	5	7,06
Ribeira Grande de Santiago	1	1,19	2	7,06
Mosteiros	3	3,21	8	8,57
S. Filipe	15	7,14	32	15,23
Santa Catarina do Fogo	1	1,90	1	1,90
Brava	2	3,55	10	17,74

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A respeito do número de camas hospitalares nas estruturas sanitárias, constatou-se um aumento nos hospitais centrais, passando de 522, em 2016, para 553, em 2019, o que representa um aumento de 31 camas. Em 2019, os hospitais regionais totalizavam 272 camas, mais 1 cama face ao ano de 2018 (271 camas), mas em relação aos centros de saúde regista-se uma diminuição, passando de 299 camas em 2018 para 273 camas.

Tabela 42 - Número de camas hospitalares segundo as estruturas sanitárias (2016-2019)

	Nº de Camas			Total
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	
2016	522	263	276	1 061
2017	521	275	280	1 076
2018	553	271	299	1 123
2019	553	272	273	1098

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Natalidade e Fecundidade

Analisando os indicadores de Natalidade e Fecundidade em 2020, o Índice Sintético de Fecundidade (ISF), Taxa Bruta de Natalidade (TBN), Taxa Bruta de Reprodução (TBR) e Taxa Líquida de Reprodução (TLR), verifica-se que todos tiveram uma ligeira diminuição quando comparados com os dados dos últimos quatro anos da série temporal.

Tabela 43 - Índice Sintético de Fecundidade, Taxa Bruta de Natalidade, Taxa Bruta de Reprodução e Taxa Líquida de Reprodução (2016-2020)

	Índice Sintético de Fecundidade (ISF)	Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	Taxa Bruta de Reprodução (TBR)	Taxa Líquida de Reprodução (TLR)
2016	2,31	20,14	1,13	1,10
2017	2,29	19,89	1,12	1,09
2018	2,28	15,59	1,11	1,09
2019	2,26	19,27	1,10	1,08
2020	2,24	18,91	1,09	1,07

Fonte: INE (Projeções Demográficas 2010-2030)

Fecundidade na Adolescência

Em 2019, foram atendidos nos serviços de saúde reprodutiva um total de 9.702 grávidas, das quais 1.572 em idade precoce (16,2%). Do total das grávidas captadas, registam-se 49 na faixa etária de 10 - 14 anos, que corresponde a 0,5%, 364 na faixa etária de 15 - 16 anos, equivalente a 3,8% e 1.159 na faixa etária dos 17 - 19 anos que corresponde a 11,9%.

Tabela 44 - Número de grávidas captadas, grávidas e proporção de grávidas por faixa etária (10 - 19 anos) segundo Concelhos (2019)

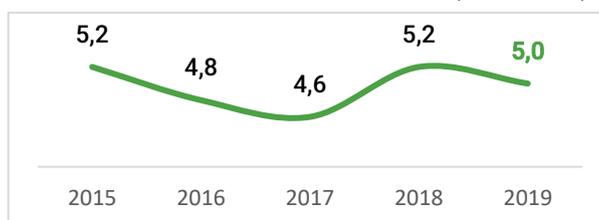
	Grávidas Captadas	Idade das Grávidas (Gravidez Precoce)					
		10 - 14 Anos		15 - 16 Anos		(17 - 19 Anos)	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Cabo Verde	9 702	49	0,5	364	3,8	1 159	11,9
Ribeira Grande	210	0	0,0	10	4,8	29	13,8
Paul	63	0	0,0	5	7,9	11	17,5
Porto Novo	238	2	0,8	13	5,5	42	17,6
São Vicente	1 353	7	0,5	79	5,8	161	11,9
Ribeira Brava São Nicolau	78	0	0,0	9	11,5	13	16,7
Tarrafal São Nicolau	54	2	3,7	5	9,3	9	16,7
Sal	911	3	0,3	30	3,3	86	9,4
Boavista	438	0	0,0	6	1,4	22	5,0
Maio	85	0	0,0	1	1,2	7	8,2
Praia	3 391	17	0,5	93	2,7	339	10,0
Ribeira Grande Santiago	100	1	1,0	6	6,0	20	20,0
São Domingos	113	1	0,9	3	2,7	21	18,6
Santa Cruz	381	3	0,8	23	6,0	58	15,2
São Lourenço Órgãos	110	0	0,0	4	3,6	11	10,0
Santa Catarina Santiago	815	2	0,2	22	2,7	102	12,5
São Salvador Mundo	92	0	0,0	4	4,3	21	22,8
São Miguel	173	0	0,0	6	3,5	35	20,2
Tarrafal Santiago	299	1	0,3	11	3,7	41	13,7
São Filipe	429	7	1,6	20	4,7	70	16,3
Santa Catarina Fogo	114	1	0,9	5	4,4	25	21,9
Mosteiros	147	1	0,7	2	1,4	23	15,6
Brava	108	1	0,9	7	6,5	13	12,0

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Mortalidade

Analisando os dados do gráfico 24, constata-se que a taxa de mortalidade geral em 2019 foi 5,0‰, menos 0,2‰ que em 2015 (5,2‰).

Gráfico 24 – Taxa Bruta de Mortalidade (2015-2019)



Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

As afeções perinatais continuaram a ser as principais causas da mortalidade infantil em Cabo Verde, seguidas das anomalias congénitas e infecciosas e parasitárias assim como em anuário de 2019. Os óbitos pelas afeções perinatais apresentam uma tendência crescente, passando de 50,9% em 2015 para 62,6% em 2019. As anomalias congénitas, ao contrário das afeções perinatais, registaram um decréscimo de 17,5 em 2015, para 14,7% em 2019.

Tabela 45 - Mortalidade Infantil (em %) segundo principais causas (2015-2019)

Causas de óbito (agrupadas)	2015	2016	2017	2018	2019
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Afeções perinatais	50,9	57,9	59,3	61,3	62,6
Anomalias congénitas	17,5	9,1	7,8	8,0	14,7
Infecciosas e parasitárias	8,6	8,5	9,6	9,5	6,1
Afeções respiratórias	10,4	11,6	6,6	10,9	7,4
Sintomas e sinais mal definidos	3,7	3,7	1,8	1,5	1,8
Doenças do aparelho circulatório	0,6	3,0	0,6	0,7	0,0
Doenças do sistema nervoso central	1,2	0,0	3,6	2,2	1,8
Traumatismos e envenenamentos	1,8	2,4	3,0	1,5	1,8
Doenças metabólicas endócrinas e nutricionais	1,8	2,4	4,8	2,2	1,2
Causas externas	1,2	0,7	0,6
Doenças do aparelho digestivo	1,8	0,0	0,0
Doenças aparelho génito urinário	0,7	1,2
D. sangue e órgãos hematopoéticos	0,7	0,6
Outras causas	3,6	1,4	0,0	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Analisando o número de óbitos, constata-se que, em 2019, ocorreram 2.771 óbitos, o que se traduz numa diminuição de 65 óbitos (2,3%), quando comparado com o ano anterior. Observando os dados em relação aos sexos, no mesmo período, verifica-se uma diminuição do número de óbitos, passando de 1.546 para 1.1502, no sexo masculino, e de 1.290 para 1.269 no feminino.

Tabela 46 - Mortalidade Geral (Óbitos e Taxa de Mortalidade) segundo género (2015-2019)

	Total		Masculino		Feminino	
	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas
2015	2 744	5,2	1 517	5,8	1 227	4,7
2016	2 580	4,8	1 422	5,3	1 158	4,4
2017	2 497	4,6	1 371	5,1	1 126	4,2
2018	2 836	5,2	1 546	5,6	1 290	4,8
2019	2 771	5,0	1 502	5,4	1 269	4,7

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

A tabela 47 apresenta óbitos e Taxa de Mortalidade segundo género, por grupos etários em 2019. Da análise por sexo regista-se sempre mais óbitos de homens de que mulheres, com exceção do grupo etário de 65 anos ou mais idade. Do total dos óbitos registados em 2019, 54,2% são do sexo masculino (1.502) e 45,8% do sexo feminino (1.269). Ao longo dos grupos etários observa-

se que mais de metade dos óbitos registados ocorreu em pessoas com 65 anos ou mais. Em 2019, 59,8% dos óbitos (1.658 óbitos) ocorreram em pessoas com 65 anos ou mais.

As mulheres superam os homens no número de óbitos a partir dos 65 anos, facto que pode ser explicado pela dimensão da população feminina que é maior nesta idade.

Tabela 47 - Óbitos e Taxa de Mortalidade segundo género, por grupos etários (2019)

Grupos etários	Masculino		Feminino		Total	
	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
0 - 4	98	3,7	88	3,4	186	3,6
5 - 9	6	0,2	4	0,2	10	0,2
10-14 anos	4	0,2	3	0,1	7	0,1
15-49 anos	339	2,1	121	0,8	460	1,5
50-64 anos	313	11,0	137	4,2	450	7,3
65 anos +	742	63,0	916	48,1	1 658	53,8
Total	1 502	5,4	1 269	4,7	2 771	5,0

Fonte: Ministério da Saúde, Relatório Estatístico 2019

Rede de Distribuição e Venda de Medicamentos

Em termos de unidades de venda de medicamentos, em 2018 houve mudanças em relação aos anos anteriores, aumentando o número de farmácias (74), sendo 34 públicas e 40 privadas, mas quanto ao posto de venda, nota-se a inexistência do mesmo, pois já se verificava uma tendência de descontinuidade nos anos anteriores.

Tabela 48 - Postos de venda de medicamentos e farmácias (públicas e privadas) e unidades de saúde (2014-2018)

	Postos de Venda	Farmácias			Unidades de Saúde Privadas
		Públicas	Privadas	Total	
2014	2	32	37	69	-
2015	2	32	39	71	-
2016	1	32	39	71	-
2017	1	32	39	71	-
2018	0	34	40	74	102

Fonte: Direção-Geral de Farmácia e Medicamentos/MSSS

Obs.: Exclui os Hospitais Centrais e HRSN

Segundo os dados da tabela 49, as despesas públicas com os medicamentos, em 2018, foram de 297.874.625, tendo aumentado em relação ao ano 2017 (272.313.698). As maiores percentagens de despesas foram nos concelhos da Praia, São Vicente e São Filipe, com 22,01%, 16,71% e 7,26% respetivamente. As mais baixas verificaram-se nos concelhos de Tarrafal de São Nicolau (1,39%) e Santa Catarina do Fogo (0,66%).

Tabela 49 - Despesas Públicas (em milhões de Escudos e proporção) de medicamentos por concelho (2018)

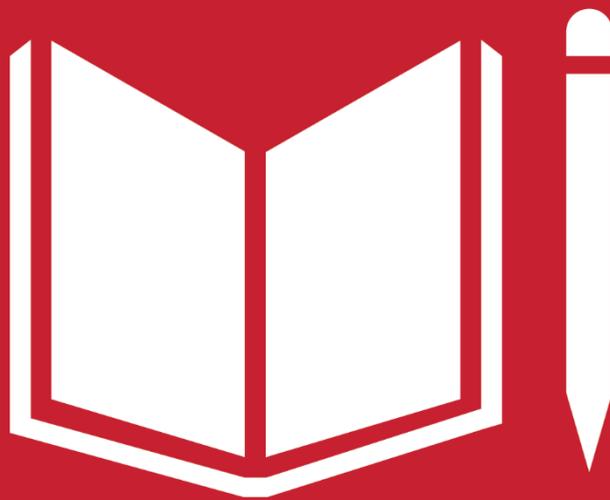
	Valor (Milhões ECV)	%
Cabo Verde	297 874 625	100,00
Ribeira Grande	19 832 657	6,66
Paul	6 067 811	2,04
Porto Novo	17 048 654	5,72
São Vicente	49 775 601	16,71
Ribeira Brava	6 612 118	2,22
Tarrafal de São Nicolau	4 128 163	1,39
Sal	14 005 835	4,70
Boavista	6 401 399	2,15
Maio	6 692 523	2,25
Praia	65 548 643	22,01
Ribeira Grande de Santiago	5 059 068	1,70
São Domingos	6 946 466	2,33
Santa Cruz	11 184 657	3,75
São Lourenço dos Órgãos	7 074 287	2,37
Santa Catarina	12 611 340	4,23
São Salvador do Mundo	6 774 548	2,27
São Miguel	7 192 850	2,41
Tarrafal	7 787 537	2,61
Mosteiros	7 712 675	2,59
São Filipe	21 629 323	7,26
Santa Catarina do Fogo	1 976 434	0,66
Brava	5 812 035	1,95

Obs.: Exclui os Hospitais Centrais e HRSN

Fonte: Direção-Geral de Farmácia e Medicamentos/MSSS



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Este tema apresenta um quadro atual do país, nos aspetos que integram alguns dos principais indicadores que permitem aferir sobre a evolução do setor da educação.

O objetivo de desenvolvimento sustentável 4 (ODS 4), visa a educação de qualidade para todos. É necessário garantir que todos os jovens concluam a educação básica e, neste sentido todo o processo de educação formal deve primar pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desde a primeira infância até a formação técnica e superior. A alfabetização de jovens e adultos e sua qualificação para o mercado de trabalho são preocupações que complementam este objetivo.

Indicador 4.2.2 Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

A taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada oscilou ao longo do período em análise. Analisado em termos de sexo, constata-se que a taxa de participação dos meninos foi superior à das meninas nos dois primeiros anos letivos, enquanto que os restantes anos letivos se verifica o efeito contrário, ou seja, entre 2016/2017 a 2018/2019, a taxa de participação das meninas foi sempre superior à dos meninos.

A participação mais elevada foi verificada em 2015/16, tanto para crianças do sexo masculino como do sexo feminino, com 90,7% e 89,4% respetivamente.

Tabela 50 - Taxa de participação em atividades de aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de entrada para o 1º ciclo), por sexo.

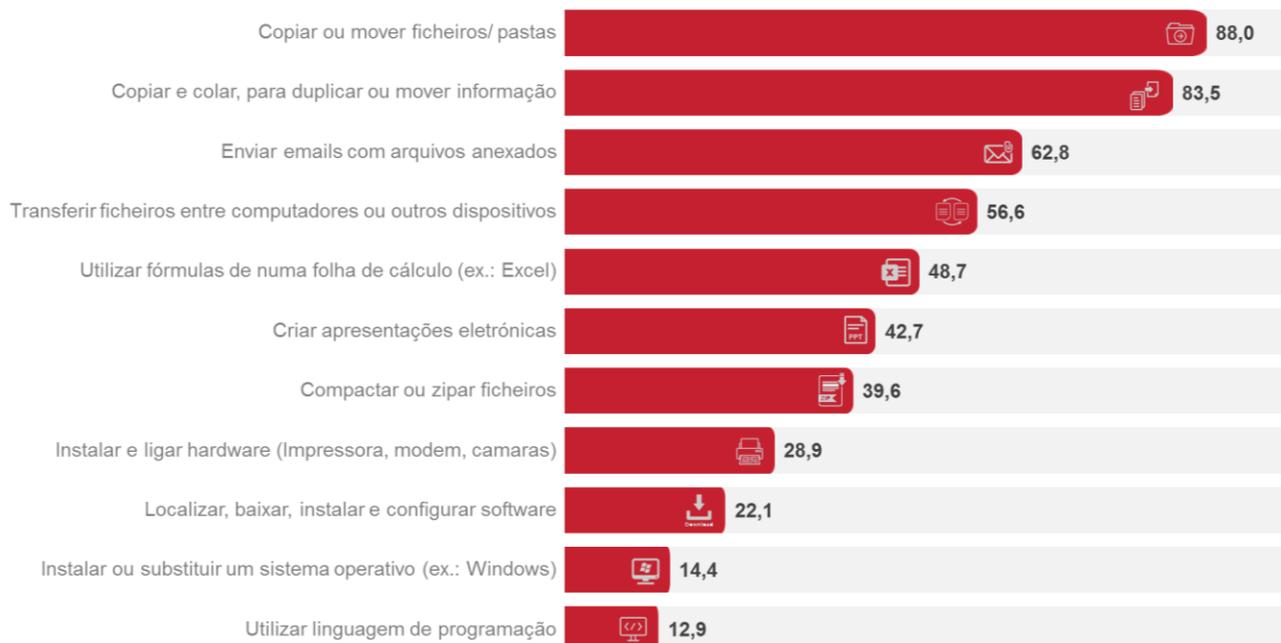
	Sexo	
	Masculino	Feminino
2014/15	87,7	84,7
2015/16	90,7	89,4
2016/17	86,2	88,9
2017/18	82,8	84,6
2018/19	82,4	84,2

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 51 - Percentagem de crianças de 4 ANOS e de 5 ANOS que nunca frequentou, frequentou ou está a frequentar um jardim ou um estabelecimento de ensino por meio de residência e sexo (ODS 4.2.2) (%). Cabo Verde, 2019

	TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM ACTIVIDADES DE APRENDIZAGEM (4-5 ANOS)			
	NUNCA FREQUENTOU	FREQUENTOU, MAS JÁ NÃO FREQUENTA	ESTÁ A FREQUENTAR	TOTAL
CABO VERDE	16,8	2,2	81,0	100,0
MEIO RESIDÊNCIA				
Urbano	18,1	2,4	79,5	100,0
Rural	14,2	1,6	84,2	100,0
SEXO				
Masculino	17,2	1,8	81,0	100,0
Feminino	16,4	2,6	81,0	100,0

Fonte: INE, IMC 2019

Indicador 4.4.1 Proporção de jovens e adultos (10 anos ou mais) com competências em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de competência (Ambos os Sexos).


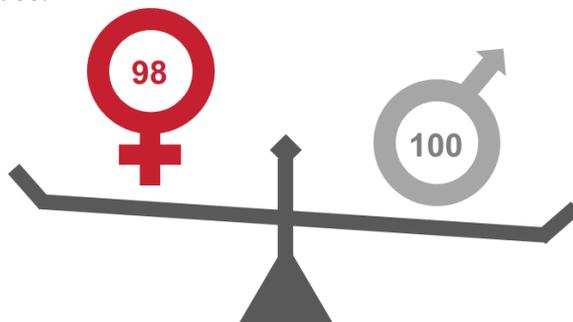
De acordo com os resultados do Inquérito Multi-Objectivo Contínuo realizado em 4º trimestre de 2019, cerca de 72% da população possuía um telemóvel, sendo este dispositivo o principal instrumento dos 62% que navegaram na internet. Cerca de 21% utilizaram o computador nos últimos três meses. Em termos de competências de utilização das TIC regista-se que mais de 80% da população 10 anos ou mais tem competências para copiar ou mover ficheiros, pastas e duplicar informação. Cerca de 63% sabe enviar emails com arquivos anexados.

Tabela 52 - Proporção da população de 10 anos ou mais com competências em utilização das TIC por tipo de competências (2019)

	Total	Masculino	Feminino
Copiar ou mover ficheiros/ pastas	88,0	88,5	87,6
Utilizar comandos para copiar e colar, para duplicar ou mover informação	83,5	84,2	82,6
Enviar emails com arquivos anexados	62,8	64,1	61,3
Transferir ficheiros entre computadores ou outros dispositivos	56,6	60,6	52,1
Utilizar fórmulas de operação matemáticas numa folha de cálculo (ex.: Excel)	48,7	48,6	48,8
Criar apresentações eletrónicas	42,7	43,8	41,4
Compactar ou zipar ficheiros	39,6	42,8	36,0
Instalar e ligar hardware (Impressora, modem, camaras)	28,9	34,9	22,1
Localizar, baixar, instalar e configurar software	22,1	29,9	13,3
Instalar ou substituir um sistema operativo (ex.: Windows)	14,4	19,4	8,9
Criar programa informático utilizando linguagem de programação	12,9	15,4	10,2
Outra atividade que considere relevante	4,7	5,3	4,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Indicador 4.5.1 Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1º/5º quintis de riqueza e outros como estado de incapacidade, populações indígenas e populações afetadas por conflitos, à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os indicadores nesta lista que possam ser desagregados.



Em relação à paridade da escolarização nos ensinos básicos, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino. Em 2019/2020, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 98 do sexo feminino escolarizados.

Tabela 53 - Paridade da Taxa Bruta de Escolarização (2015/16-2019/20)

Índice de paridade na Taxa Bruta de Escolarização	
2015/16	0,92
2016/17	0,92
2017/18	0,91
2018/19	0,93
2019/20	0,98

Fonte: Ministério da Educação

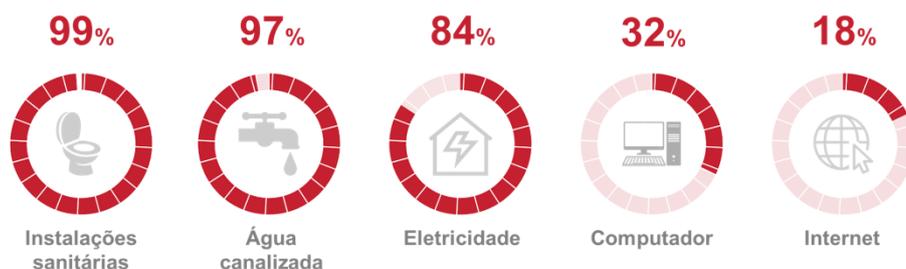
O índice de paridade no acesso variou entre 0,96 e 1,00 no período em análise. Se nos primeiros anos a taxa de acesso era favorável aos rapazes, já para 2019/20 houve uma igualdade, ou seja, para cada 100 rapazes que acedem ao ensino básico, tem-se 100 meninas, a mesma situação já se tinha verificado em 2017/18.

Tabela 54 - Índice de paridade da taxa bruta de Admissão (2015/16-2019/20)

Índice de paridade na taxa bruta de Admissão	
2015/16	0,96
2016/17	0,95
2017/18	1,00
2018/19	0,99
2019/20	1,00

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.a.1 Proporção de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestruturas e materiais adaptados a estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias separadas por sexo; e (g) instalações para lavagem das mãos (de acordo com as definições dos indicadores WASH).



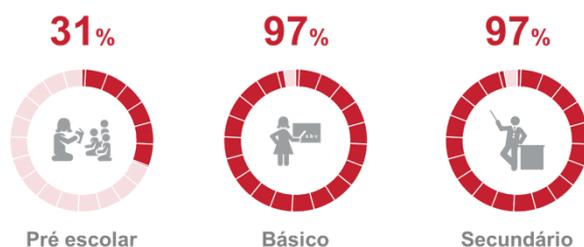
Segundo os dados do Ministério da Educação, em 2019, a maioria das escolas tinham instalações sanitárias e acesso a água potável, 99% e 97%, respetivamente, e 84% tinha eletricidade. Como instrumentos pedagógicos, 32% das escolas possuíam computadores e 18% acesso à Internet.

Tabela 55 - Percentagem de escolas com eletricidade, internet, computadores, água potável e instalações sanitárias (2017-2019)

Indicadores	2017	2018	2019
Escolas com eletricidade	76,5	79,3	84,3
Escolas com internet para fins pedagógicos	9,5	15,9	18,0
Escolas com computadores para fins pedagógicos	40,8	42,0	32,2
Escolas com acesso água potável	97,1	98,8	97,0
Escolas com instalações sanitárias	98,5	97,8	99,0

Fonte: Ministério da Educação

Indicador 4.c.1 Proporção de professores (a) na educação pré-escolar; (b) no primeiro e segundo ciclos do ensino básico; (c) no terceiro ciclo do ensino básico; e (d) no ensino secundário, que receberam pelo menos a formação básica de professores (por exemplo: formação pedagógica) antes ou durante o exercício da profissão requerida para lecionar num determinado nível de ensino, num dado país.



A nível nacional, no ano letivo 2018/2019, cerca de 97% dos professores, quer do ensino básico quer do ensino secundário, possuem formação para exercer as suas atividades. Regista uma diminuição de professores formados no ensino secundário face ao ano letivo anterior,

2017/2018, que era de 98,5%. Na educação pré-escolar, apesar de se registar um aumento anual, somente cerca de 31% dos professores são formados. Da análise feita da tabela 56, constata-se que a maioria dos professores possui formação nos Ensinos básico e secundário. Nota-se um aumento contínuo de professores formados nesses dois níveis, passando respetivamente de

97,1 e 88,7% em 2014/15 para 97,3 e 97,0%, em 2018/19, traduzido num aumento de 0,2 pontos percentuais dos docentes formados do ensino básico e 8,3 pontos percentuais do ensino secundário.

O panorama é dissemelhante na educação pré-escolar cujas percentagens dos profissionais de infância foram menos favoráveis e o período ficou marcado por decréscimos contínuos de 2014/2015 a 2016/2017.

Tabela 56 - Professores com formação (%) 2014/15-2018/19

	Nível de instrução		
	Educação pré-escolar	Ensino Básico	Ensino Secundário
2014/15	39,4	97,1	88,7
2015/16	30,4	97,6	90,3
2016/17	29,5	98,7	91,6
2017/18	29,6	97,4	98,5
2018/19	31,2	97,3	97,0

Fonte: Ministério da Educação

OUTROS INDICADORES

Nível de Instrução da População

O nível de instrução é um indicador importante para se aferir sobre a educação no país. Os dados de 2019 indicam que, em termos de percentagem da população que nunca frequentou a escola, houve uma diminuição de 0,1 pontos percentuais, entre 2015 e 2019.

Em 2019, nota-se que a percentagem da população que nunca frequentou a escola diminuiu face ao ano anterior. A percentagem da população que frequentou a escola sucede a mesma tendência de diminuição quando comparado com o ano de 2018, á exceção da população que frequenta ensino básico e superior, onde os dados apontam para um aumento de 1,9 e 0,1 pontos percentuais, respetivamente.

Os dados da tabela 57 indicam que persistem diferenças em termos de meio de residência da população em 2019. O mesmo acontece a nível do sexo, não persistindo as diferenças somente na população que frequenta o ensino pré-escolar. Comparando os dados por sexo, constatou-se que, no que tange à proporção da população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino, as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, pois, a taxa de mulheres (11,3%) para este nível de instrução é dobro, em relação à dos homens (4,5%).

Quando analisado a nível do meio de residência, verifica-se que a população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino no meio rural, onde a taxa é de 11,7% é nitidamente superior à taxa de 6% registada no meio urbano. Estas diferenças não são tão evidentes em

relação à percentagem da população que está a frequentar ou alguma vez frequentou o ensino pré-escolar e médio. Porém, nota-se que a população do meio rural apresenta maiores taxas em

relação à população que frequenta pré-escolar, a alfabetização e o ensino básico. Esta situação é invertida no meio urbano para os ensinos secundário, médio e superior.

Tabela 57- Nível de instrução da população, por sexo e meio de residência (2015-2019)

	Nunca frequentou	Está a frequentar ou alguma vez frequentou					
		Pré-escolar	Alfabetização	Básico	Secundário	Médio	Superior
2015	8	3,4	1,4	41,9	36,3	0,8	8
2016	7,2	3,3	1,6	43,2	41,7	0,9	9,3
2017	7,1	3,3	1,2	43,9	42,1	0,9	8,5
2018	7,7	3,6	1,7	40,1	44,2	0,8	9,5
2019							
Cabo Verde	7,9	3,2	1,5	42,0	43,0	0,7	9,6
Sexo							
Masculino	4,5	3,2	1,2	43,4	42,4	0,6	9,1
Feminino	11,3	3,2	1,8	40,5	43,7	0,7	10,2
Meio de Residência							
Urbano	6,0	3,1	1,1	38,9	43,9	0,7	12,2
Rural	11,7	3,5	2,2	48,7	41,1	0,5	3,9

Fonte: INE, estatísticas das Famílias e Condições de Vida

A taxa de alfabetização (capacidade de ler e escrever) da população com 15 anos ou mais em 2019, indica que houve um aumento de 0,8 pontos percentuais, em comparação com o ano de 2018. Analisando por sexo, constata-se que esta taxa é maior nos homens (93,1%) do que nas mulheres (83,9%), o que evidencia uma desigualdade de acesso à educação.

Relativamente à população dos 15-24 anos, esta desigualdade por sexo é praticamente inexistente, ao longo dos quatro últimos anos. Estes resultados indicam um esforço de redução das assimetrias no acesso à educação.

Tabela 58 - Taxa de alfabetização da população (15 anos ou mais) e taxa de alfabetização juvenil (15-24 anos), segundo o sexo e por meio de residência (2015-2019)

	Taxa de Alfabetização			Taxa de Alfabetização Juvenil		
	(População 15 anos ou mais)			(População 15-24 anos)		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2015	87,4	91,4	83,5	98,1	97,6	98,7
2016	87,6	92,5	82,8	98,6	98,6	98,6
2017	89	93,3	84,7	98,9	98,8	99
2018	87,7	92,6	83	98,5	98,1	98,9
2019						
Cabo Verde	88,5	93,1	83,9	98,8	98,7	99,0
Meio Residência						
Urbano	91,1	94,8	87,4	99,1	99,0	99,2
Rural	83,0	89,6	76,7	98,4	98,1	98,6

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário

No ano letivo 2019/2020, foram registados 582 estabelecimentos de educação/ensino pré-escolar, 386 unidades de ensino básico e 44 de ensino secundário em funcionamento, registando aumento em 1 unidade de ensino pré-escolar, e uma diminuição de 12 unidades de ensino básico, comparativamente ao ano letivo 2018/19. Em relação aos estabelecimentos de ensino secundário este manteve-se igual, ou seja, 44 estabelecimentos de ensino secundário.

Figura 04 – Indicadores do ensino básico e secundário

Ano letivo 2019/2020		 Ensino BÁSICO	 Ensino SECUNDÁRIO
 Escolas		386	44
 Alunos		84 245	28 121
 Professores		4 213	2 316

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 59 - Estabelecimentos de educação/ensino segundo o nível de ensino (2015-2020)

	Nível de ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2015/16	543	413	44
2016/17	567	412	44
2017/18	572	413	44
2018/19	581	398	44
2019/20	582	386	44

Fonte: Ministério da Educação

Analisando os dados referentes ao número de profissionais/professores no ano letivo de 2019/2020, segundo o nível de ensino, pode-se constatar um aumento de 101 professores no ensino básico e 273 professores no ensino secundário, face ao ano letivo 2018/2019.

Tabela 60 – Profissionais/professores segundo o nível de ensino (2015-2020)

	Nível de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2015/16	1283	2993	3141
2016/17	1285	3016	3200
2017/18	1435	4213	1955
2018/19	1459	4112	2043
2019/20	1414	4213	2316

Fonte: Ministério da Educação

Os dados indicam que, em relação aos alunos matriculados no ano letivo 2019/2020, comparativamente a 2018/2019, registou-se um aumento no efetivo de matriculados no ensino pré-escolar e básico, passando de 16.913 e 84.232 para 16.919 e 84.245 alunos, respetivamente. Ao nível do ensino secundário, a situação é contrária, pois, nota-se uma diminuição, passando de 28.315 para 28.121 alunos.

Tabela 61 – Alunos matriculados por nível de ensino (2015-2020)

	Níveis de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2015/16	23 633	63 336	51 790
2016/17	23 222	61 799	50 890
2017/18	16 400	84 304	28 221
2018/19	16 913	84 232	28 315
2019/20	16 919	84 245	28 121

Fonte: Ministério da Educação

Indicadores de Escolarização

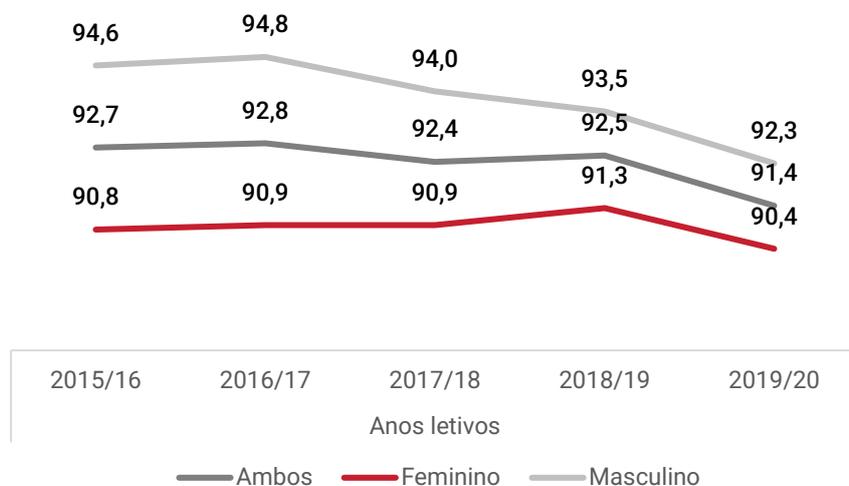
A taxa bruta de escolarização para o ensino básico, foi de 103,7%, no ano letivo 2019/2020, tendo um ligeiro aumento de 0,1 p.p. em relação ao ano letivo 2018/2019. Em relação a taxa líquida de escolarização, no ensino básico foi de 91,4% no ano letivo 2019/2020, registando uma diminuição de 1,1 p.p, e no ensino secundário 54,4%, com um ligeiro aumento de 0,4 p.p.

Tabela 62 – Taxa de Escolarização (Bruta e Líquida) segundo o nível de ensino (2015-2020)

	Taxa Bruta de Escolarização		Taxa Líquida de Escolarização	
	Ensino Básico	Ensino	Ensino Básico	Ensino Secundário
2015/16	102,4	84,5	92,7	71,2
2016/17	102,0	84,5	92,8	71,3
2017/18	103,6	71,0	92,4	53,4
2018/19	103,6	72,1	92,5	54,0
2019/20	103,7	-	91,4	54,4

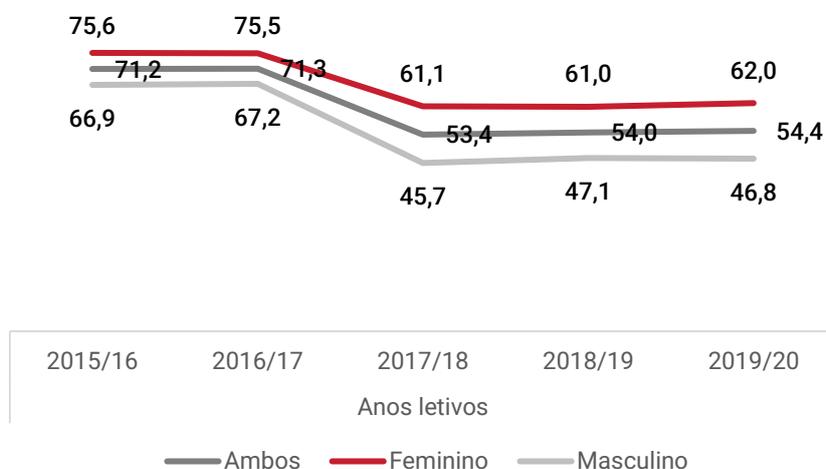
Fonte: Ministério da Educação

O gráfico 25, apresenta a taxa líquida de escolarização no ensino básico, notando-se uma nítida diferença entre os sexos, sendo os do sexo masculino superior ao feminino ao longo da série em análise.

Gráfico 25 – Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo (2015-2020)


Fonte: Ministério da Educação

Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização diminuiu de forma brusca em 16,8 pontos percentuais, passando de 71,2% para 54,4%, entre ano letivo 2015/2016 e 2019/2020, tendo-se verificado a mesma situação ao desagregar essas informações por sexo.

Gráfico 26 – Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo (2015-2020)


Fonte: Ministério da Educação

Em relação à paridade da escolarização nos ensinos básico e secundário, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino, por exemplo, em 2019/2020, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 93 do sexo feminino escolarizados. Situação inversa foi verificada no ensino secundário, em que a participação dos estudantes do sexo feminino continua a ser superior, conforme os dados apresentados na tabela 61.

Tabela 63 – Paridade na Taxa Bruta de Escolarização (2015-2020)

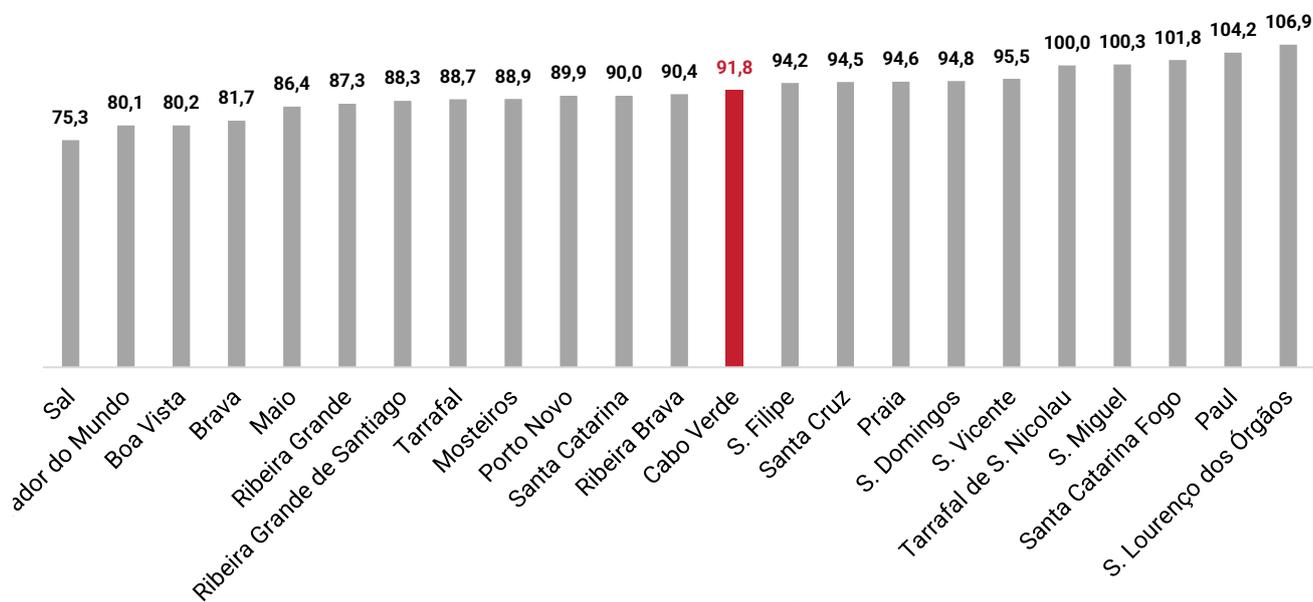
	Nível de Ensino	
	Básico	Secundário
2015/16	0,96	1,13
2016/17	0,96	1,12
2017/18	0,91	1,23
2018/19	0,93	1,17
2019/20	0,93	1,20

Fonte: Ministério da Educação

Transição

A Taxa de Transição demonstra a percentagem dos alunos que transitaram do ensino básico para o secundário. Os dados do gráfico 27 indicam que, em termos gerais, 91,8% dos alunos transitaram do ensino básico para o secundário, no ano letivo 2019/2020. A taxa mais baixa foi registada no concelho de Sal (75,3%) e, no sentido inverso, São Lourenço dos Órgãos (106%) obteve a maior taxa de transição entre esses dois níveis de ensino, em comparação com outros concelhos, no mesmo ano letivo.

Gráfico 27 – Transição do Ensino Básico para o Secundário (2019/20)



Fonte: Ministério da Educação

Abandono e Reprovação

A taxa de abandono referente ao ano letivo 2018/2019, no ensino básico, foi de 1,5%, demonstrando uma variação positiva de 0,5 pontos percentuais, comparativamente ao ano letivo 2014/2015 (1,0%). Contrariamente ao ensino básico, a taxa de abandono no ensino secundário,

diminui 4,8 pontos percentuais, passando de 6,4% para 1,6%, no mesmo período. Esta diminuição acentuada no ensino secundário, foi devido a medidas/políticas tomadas, nomeadamente a isenção de propina, para evitar o abandono escolar. Analisando por sexo, constata-se que a taxa de abandono no ensino básico é maior em relação ao sexo masculino (1,7%) do que ao feminino (1,3%). No ensino secundário, a taxa de abandono é maior no seio dos estudantes do sexo masculino (1,7%), quando comparado com os do sexo feminino (1,6%), mas a diferença é mínima (0,1%).

Tabela 64 – Taxa de Abandono segundo o nível de ensino e sexo (2014-2019)

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2014/15	1,0	1,3	0,8	6,4	7,6	5,3
2015/16	1,1	1,4	0,7	7,0	8,3	5,5
2016/17	1,0	1,2	0,7	6,8	8,1	5,3
2017/18	2,3	2,8	1,7	5,2	6,2	4,5
2018/19	1,5	1,7	1,3	1,6	1,7	1,6

Fonte: Ministério da Educação

Relativamente à taxa de reprovação, em 2019/2020, comparativamente ao ano de 2015/2016, no ensino básico registou-se uma diminuição em 1,1 pontos percentuais e também no ensino secundário verificou-se uma diminuição em 0,4 pontos percentuais. No que concerne ao sexo, constata-se maior número de reprovações entre os alunos do sexo masculino.

Tabela 65 – Taxa de Reprovação segundo o nível de ensino e sexo (2015-2020)

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2015/16	8,9	11,3	6,2	23,4	27,4	19,7
2016/17	7,3	9,2	5,2	24	28,7	19,7
2017/18	10,0	12,7	7,1	22,3	25,2	19,9
2018/19	11,5	14,8	7,9	25,0	28,6	21,9
2019/20	7,8	10,2	5,0	23,0	26,2	20,3

Fonte: Ministério da Educação

Ensino Superior

Os dados do ensino superior referentes aos estabelecimentos de ensino mostram que o país conta com dois estabelecimentos de ensino público, sendo eles a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e a Faculdade de Educação e Desporto (FAED), ambos com sede na cidade da Praia.

Ambas as instituições têm polos universitários noutros concelhos/ilhas. A UNI-CV tem um Pólo em São Vicente e a FAED tem também um Pólo na ilha de São Vicente e outro no concelho de Santa Catarina.

Em relação às instituições privadas, são oito no total: a Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), a Universidade Lusófona (UL), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais

(ISCEE) e a Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA), sediadas na ilha de São Vicente; a Universidade Jean Piaget (Uni Piaget), o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA), com sede na cidade da Praia, e a Universidade de Santiago (US), com sede na cidade de Assomada. De referir que a Uni Piaget tem Pólo em São Vicente, o ISCEE, na cidade da Praia e a US, nas cidades da Praia e do Tarrafal.

As duas universidades públicas empregavam, no ano letivo 2017/2018, um total de 566 docentes, enquanto as instituições privadas, 895 docentes, no mesmo ano letivo.

Tabela 66 – Estabelecimentos de ensino superior, segundo a natureza institucional (2015-2020)

	Natureza institucional	
	Pública	Privada
2015/16	2	8
2016/17	2	8
2017/18	2	8
2018/19	2	8
2019/20	2	8

Fonte: Ministério da Educação

O número de estudantes do ensino superior no país passou de 12.622, em 2015/2016, para 8.788, em 2019/2020, registando um decréscimo médio anual de 10%. No que concerne a natureza institucional, constata-se maior número de estudantes em instituição privado do que em público ao longo da série em estudo. Do total dos estudantes inscritos nas instituições de ensino superior públicas e privadas sediadas no país, verifica-se que, em 2019/2020, 3.663 eram do sexo masculino e 5.125, feminino.

Tabela 67 – Estudantes no ensino superior, segundo a natureza institucional, no país (2015-2020)

	Natureza institucional		
	Total	Público	Privado
2015/16	12 622	5 765	6 857
2016/17	12 446	5 489	6 957
2017/18	11 659	5 160	6 499
2018/19	8 439	4 102	4 337
2019/20	8 788	3 736	5 052

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 68 – Estudantes no ensino superior, segundo o sexo, no país (2015-2020)

	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2015/16	12 622	5 131	7 491
2016/17	12 446	5 084	7 362
2017/18	11 659	4 781	6 878
2018/19	8 439	5 041	3 398
2019/20	8 788	3 663	5 125

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 69 - Diplomados no ensino superior, segundo o sexo, no país (2015-2020)

	Sexo		
	Ambos	Masculino	Feminino
2015/16	1 383	509	874
2016/17	1 137	425	712
2017/18	1 420	505	915
2019/20	1 727	794	933

Fonte: Ministério da Educação

Figura 29 – Proporção de diplomados no ensino superior, segundo o sexo (2019/20)


Fonte: Ministério da Educação

Relativamente às áreas de estudo, à semelhança do que se verificou em 2019, nota-se que de 2015 a 2020, as ciências económicas, jurídicas e políticas têm dominado em relação ao número de estudantes inscritos, apesar da tendência decrescente com o avançar dos anos.

A tabela 71 mostra que, de 2015/2016 para 2019/2020, o número de diplomados oscilou significativamente.

Tabela 70 - Alunos inscritos no ensino superior por áreas de estudo (2015-2020)

Área de Estudo	Anos				
	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20
Total	12 622	12 446	11 659	8 439	8 788
Ciências sociais humanas letras e línguas	4 021	3 586	3 398	2 445	2 546
Ciências da vida, ambiente e saúde	1 777	1 971	1 880	1 349	1 404
Ciências económicas, jurídicas e políticas	4 128	4 107	3 805	2 769	2 884
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	2 696	2 782	2 576	1 876	1 953

Fonte: Ministério da Educação

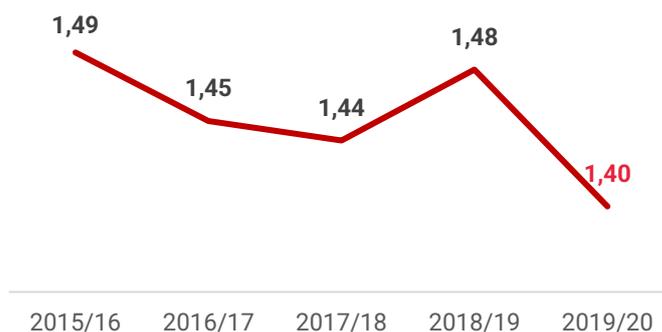
Tabela 71 - Diplomados no ensino superior por áreas de estudo (2015-2020)

Área	Anos			
	2015/16	2016/17	2017/18	2019/20
Total	1 383	1 137	1 420	1 727
Ciências sociais humanas letras e línguas	545	454	372	608
Ciências da vida, ambiente e saúde	210	218	382	353
Ciências económicas, jurídicas e políticas	427	294	441	505
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	201	171	225	261

Fonte: Ministério da Educação

A disparidade de frequência ao ensino superior em Cabo Verde continuou nos últimos cinco anos, conforme mostram os dados apresentados no gráfico 23. Os estudantes do sexo feminino continuam com clara vantagem sobre os do sexo masculino, com um índice de paridade acima de 1,44. Em 2015/2016, este indicador era de 1,49, valor mais alto registado ao longo da série. Apesar da tendência decrescente verificada de 2015/2016 a 2017/2018, registou-se um aumento significativo em 2018/2019, em 1,48%, tendo diminuído para 1,40 em 2019/2020. Isto significa que, por cada 100 estudantes do sexo masculino a frequentarem o ensino superior, 140 eram do sexo feminino.

Gráfico 28 – Relação de feminilidade no ensino superior (2015-2020)



Fonte: Ministério da Educação

Em 2017/2018, a taxa bruta de escolarização situou-se em 23,6% conforme apresentado no gráfico. Observa-se que esta taxa teve um aumento de 24,0% para 24,4%, de 2015/2016 para 2016/2017.

Gráfico 29 – Taxa Bruta de Escolarização no ensino superior (2015-2018)



Fonte: Ministério da Educação

Formação Profissional

Ao longo dos últimos cinco anos foram realizadas 1.038 ações de formação, beneficiando 20.893 formandos. Em 2020, efetuaram-se 318 ações que permitiram beneficiar 5.746 formandos. De 2019 a 2020, registou-se um aumento de 49 ações e 518 formandos.

Tabela 72 - Número de Ações de formação e número de formandos, (2016-2020)

	Número de Ações	Número de Formandos
2016	145	2 847
2017	156	4 096
2018*	150	2 976
2019	269	5 228
2020	318	5 746

*Dados corrigidos

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

De 2016 a 2020, dos 20.893 formandos de formação profissional, 57,4% era do sexo feminino e 42,6% do sexo masculino. Constata-se que a formação profissional beneficiou mais os indivíduos do sexo feminino, tendo em conta que esta camada apresenta maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 73 - Número de formandos de formação profissional, segundo o Sexo (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Ambos	2 847	4 096	2 976	5 228	5 746
Feminino	1 515	2 166	1 587	3 088	3 643
Masculino	1 332	1 930	1 389	2 140	2 103

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Tabela 74 - Número de formandos de formação profissional, segundo o Sexo (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Ambos	2 847	4 096	2 976	5 228	5 746
Feminino	1 515	2 166	1 587	3 088	3 643
Masculino	1 332	1 930	1 389	2 140	2 103

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Em 2019, dos 3.462 formandos de formação profissional, foram aprovados 63,0% do sexo feminino e 37,0% do sexo masculino.

Tabela 75 - Número de formandos aprovados, segundo o Sexo (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Ambos	1 986	1 830	1 938	2 125	3 462
Feminino	883	1 055	1 160	1 055	2 180
Masculino	1 103	775	778	1 070	1 282

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

De 2016 a 2020, no que se refere às ações por nível de qualificação, predominaram as formações de nível 3 e 4, com 102 ações de formação cada, seguida do nível 5, com 79 ações. Pode-se constatar que 65,9% das formações ministradas não conferem nenhum nível de formação ou qualificação (Sem /Nível).

Tabela 76 - Número de ações, por nível de qualificação/formação profissional (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
N1	-	-	-	-	-
N2	22	11	11	13	21
N3	21	10	14	28	29
N4	14	36	10	22	20
N5	0	21	17	22	19
S/N	88	78	120	184	229

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Em 2020, contabilizou-se 24 entidades formadoras, número inferior a 2019 que contava 27 entidades, tendo desenvolvido 318 ações. Em relação ao número de formandos, este passou de 5.228 em 2019 para 5.746 em 2020.

Tabela 77 - Número de entidades formadoras, ações e formandos (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Entidades Formadoras	19	23	25	27	24
Número de Ações	145	156	172	269	318
Número de Formandos	2 847	4 096	3 360	5 228	5 746

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

O custo médio da ação inicial teve uma diminuição, passando de 1.593.935 escudos em 2016 para 1.295.712 escudos em 2017, sucedendo o mesmo com o custo médio da ação contínua que passou de 289.491 em 2016 para 244.359, em 2017.

Em relação ao custo médio por formando, verifica-se que há mais gastos na formação inicial do que na formação contínua.

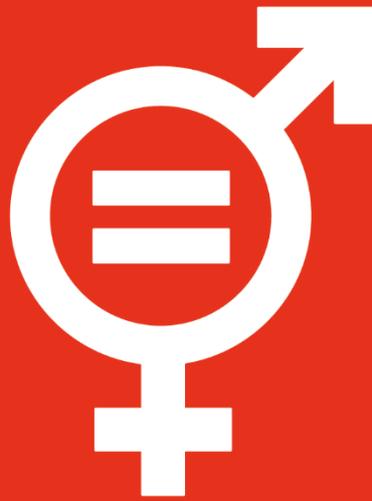
Tabela 78 - Custo médio (em ECV) das ações de formação e por formando, segundo as categorias de formação (2016-2017)

	Custo Médio / Ação		Custo Médio / Beneficiários	
	Inicial	Contínua	Inicial	Contínua
2016	1 593 935	289 491	80 759	14 794
2017	1 295 712	244 359	65 672	11 899

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



5 IGUALDADE DE GÉNERO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 5 – IGUALDADE DO GÉNERO

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) trata de alcançar a igualdade de género e o empoderamento de meninas e mulheres, pedindo o fim da discriminação e da violência contra todas as mulheres e meninas.

Indicador 5.1.1 Existência de quadros legais para promover, fazer cumprir e monitorizar a igualdade e a não-discriminação com base no género

O Código Laboral, Civil/Família, a Lei Especial Contra a VBG, assim como a entrada em vigor dos princípios da CEDEAO na ordem jurídica interna, assumem extrema importância no reforço do princípio de igualdade entre homens e mulheres. O Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) e as organizações não governamentais femininas são as instituições competentes para a promoção, implementação e o seguimento do quadro legal existente, respetivo à autonomia das mulheres e igualdade de género.

Indicador 5.2.1 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos de idade ou mais que foram objeto de violência física, sexual ou psicológica por um parceiro atual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade

Tabela 79 - Percentagem de mulheres de 15-49 anos, atualmente em união ou separadas/divorciadas/viúvas, que sofreram violências emocional, física ou sexual cometidas por qualquer marido/parceiro, nos últimos 12 meses antes do inquérito

Características sociodemográficas	Violência emocional	Violência física	Violência sexual	Física e sexual	Física e sexual e emocional	Física ou sexual	Física ou sexual ou emocional	Efetivo de mulheres em união ou em rotura
Idade								
15-19	(21,8)	(23,1)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(23,1)	(24,4)	24
20-24	11,8	8	3,6	2,5	2,5	9,1	14,6	142
25-29	12,1	13,4	1,4	1,1	0,5	13,7	17,2	255
30-39	14,6	15,4	4,3	3,7	3,6	15,9	19,3	476
40-49	15,3	13,6	4,8	3,6	3,2	14,8	19,1	398
Meio de residência								
Urbano	15,1	15,2	3,9	3,2	2,8	15,9	19,9	956
Rural	11,5	9,7	3,3	2,5	2,5	10,5	14,1	339
Total	14,1	13,8	3,7	3	2,7	14,5	18,4	1,295

Nota1: as percentagens entre parênteses baseiam-se em 25-49 casos não ponderados

Nota2: qualquer marido ou parceiro. Inclui os atuais e os anteriores

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Indicador 5.2.2 Proporção de mulheres e raparigas de 15 anos ou mais que foram objeto de violência sexual por outras pessoas que não parceiras íntimas nos últimos 12 meses, por idade e local de ocorrência.

A tabela 80 apresenta a proporção de mulheres e meninas que já sofreram diferentes formas de violência por faixa etária. Em relação à violência física e sexual, é de realçar que há maior ocorrência desse tipo de violência na faixa etária dos 40-49 com 4,9%.

Tabela 80 - Percentagem de mulheres de 15-49 anos que já sofreram diferentes formas de violência por idade atual

Idade	Apenas violência física	Apenas violência sexual	Violência física e sexual	Violência física ou sexual	Efetivo de mulheres
15-19	1,8	2,0	0,1	3,9	365
15-17	1,3	1,2	0,0	2,5	230
18-19	2,7	3,3	0,1	6,2	135
20-24	3,8	2,2	1,5	7,6	428
25-29	9,5	2,7	1,2	13,4	446
30-39	12,5	5,4	3,9	21,9	624
40-49	10,8	2,9	4,9	18,6	492
Total	8.4	3,3	2,6	14.2	2,355

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Indicador 5.3.1 Proporção de mulheres com idade entre os 20 e os 24 anos que casaram ou viveram em união de facto antes dos 15 anos e antes dos 18 anos.

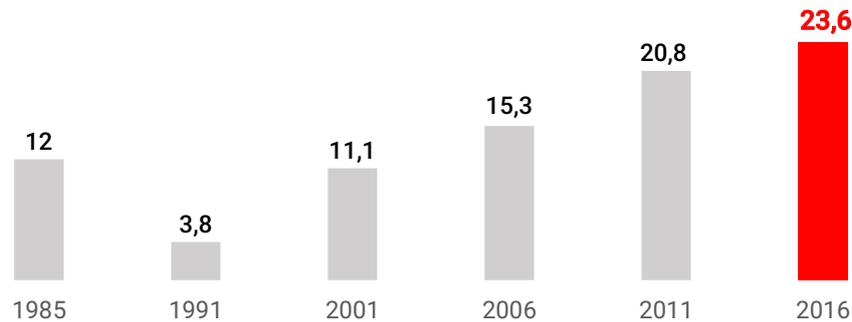
Tabela 81 - Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez até aos 15, 18, 20, 22, 25 anos e idade mediana na primeira união, por grupos etários

Grupo etário	Percentagem de mulheres que se uniram pela primeira vez antes das idades específicas de:					Percentagem de solteiras (os)	Efetivo	Idade mediana na 1ª união
	15	18	20	22	25			
15-19	0,4	na	na	na	na	92,8	989	a
20-24	1,8	8,4	18	na	na	68,4	961	a
25-29	1,9	11,2	20,3	30,8	44,6	48,1	941	a
30-34	3	15,4	25,8	32,6	46,1	27,5	763	25,8
35-39	2,1	14,5	27,5	36,5	49,8	18,7	620	25,1
40-44	3,5	14,8	26,8	39,6	49,9	21,1	572	25
45-49	2,3	14	24,3	36,3	46,2	19,5	506	26,1

Fonte: INE, IDSR-III – 2018

Indicador 5.5.1 Proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres (a) nos parlamentos nacionais e (b) governos locais.

A participação efetiva das mulheres no cenário político nacional (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2016. Nota-se um aumento de cerca de 20 pontos percentuais, entre 1991 e 2016, data da última eleição legislativa. A proporção de assentos ocupados por mulheres aumentou 19,8 p.p, entre 1991 e 2016, passando de 3,8% a 23,6%.

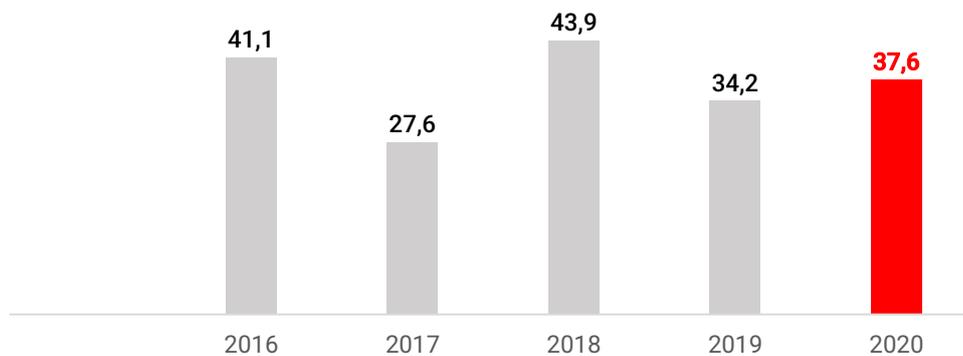
Gráfico 30 - Proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional

Fonte: Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade do Gênero

Em relação aos assentos ocupados por mulheres nos governos locais (câmaras municipais e assembleias municipais) foram facultados somente dados referente ao ano de 2016, 26,3%.

Indicador 5.5.2 Proporção de mulheres em cargos de chefia

A proporção de mulheres que exercem funções de chefias tem vindo a oscilar ao longo dos anos. Em 2020, estima-se que 37,6% dos cargos de gestão, nomeadamente representantes dos poderes legislativo, executivo e autárquico, dirigentes superiores da administração pública, de organizações especializadas e de empresas, diretores de serviços administrativos e comerciais, e dretores de produção e serviços especializados, foram desempenhados por mulheres.

Gráfico 31 – Proporção de Mulheres que ocupam cargos de gestão³

Fonte: INE – IMC, estatísticas do emprego e mercado de trabalho

³ Profissões dos grupos 11,12 e13 da CITP (Classificação Internacional Tipo de profissões)-08

Indicador 5.a.1 (a) Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse das terras agrícolas, por sexo.

Em relação ao género, as mulheres proprietárias representavam 16,7% do universo de mulheres agricultoras, enquanto os homens representavam 20,6%.

Gráfico 32 – Proporção da população agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, por sexo, 2015



Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Em 2015, Cabo Verde tinha 33.897 proprietários/chefes de exploração agrícola, dos quais 15.494 eram do sexo feminino e 18.403 do sexo masculino, representado, assim, 54,3% e 45,7% respetivamente.

Tabela 82 - População agrícola proprietária ou com direitos de posse de terras agrícolas, por sexo, 2015

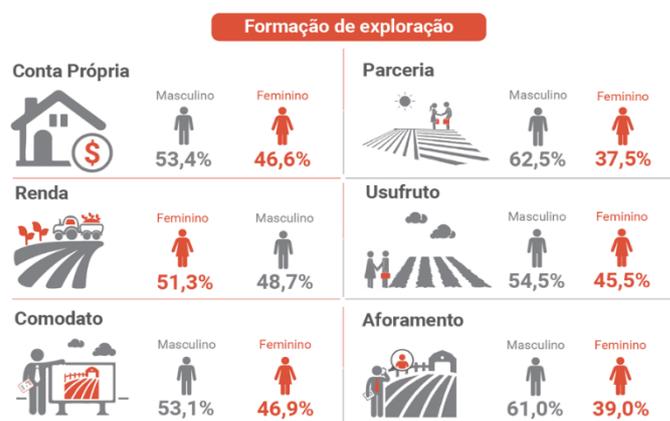
Sexo	Total	%
Masculino	18 403	54,3
Feminino	15 494	45,7
Total	33 897	100,0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.a.1 (b). Proporção de mulheres entre os proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas.

De acordo com a figura 05, a proporção de mulheres (46,6%) com direitos de posse de terras agrícolas é inferior à dos homens (53,4%) em todas as formas de exploração, excetuando a renda em que 51,3% são das mulheres e 48,7% dos homens.

Figura 05 -Proporção de proprietários ou detentores de direitos de posse de terras agrícolas, por forma de exploração de terras agrícolas, segundo sexo, 2015



Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente

Indicador 5.b.1 Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, por sexo

Quanto à proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel, os dados indicam que, de 2015 a 2019, houve um acréscimo de 1,7 p.p. em relação aos homens e 2,6 p.p para as mulheres.

Tabela 83 - Proporção de pessoas com disponibilidade de telemóvel por sexo (2015 – 2019)

Ano	Sexo	
	Masculino	Feminino
2015	70,8	68,2
2016	73,7	71,2
2017	74,7	73,8
2018	70,8	70,0
2019	72,5	70,8

Fonte: INE – IMC - Acesso as Tecnologias de Informação e Comunicação



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo de Desenvolvimento sustentável 6 (ODS 6) tem como foco a preocupação com a existência de água potável e segura para todos, a oferta de saneamento e higiene, uma vez que a falta destes pode levar à contaminação do solo, de rios, mares e fontes de água para abastecimento. Para atingir as metas deste objetivo, são necessários marcos institucionais para favorecer a participação social, para controle do uso da água e monitoração da proteção do meio ambiente.

Indicador 6.1.1 Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável, administrada de forma segura.



O acesso à água potável através de uma fonte de água melhorada tem vindo a aumentar ao longo dos anos, principalmente o acesso a água através da rede pública de distribuição, sendo esta a principal fonte de água para beber. Estima-se que, em 2019, cerca de 85% da população tem acesso a uma fonte melhorada, sendo 69% com acesso à rede pública de distribuição de água como a principal fonte. Cerca de 9% abastece na casa dos vizinhos que tem acesso a água da rede pública e 7% abastece nos chafarizes, essencialmente no meio rural.

Para fazer face à qualidade da água cerca de 15% da população opta por consumir água engarrafada e 31% opta por tratar a água com cloro antes de a consumir.

Tabela 84 - Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável⁴ (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	85,1	85,5	85,2	86,0	85,5
Sexo					
Masculino	85,1	85,2	84,7	85,6	85,3
Feminino	85,2	85,7	85,5	86,4	85,6
Meio residência					
Urbano	92,1	92,3	90,5	92,0	91,6
Rural	71,3	71,5	73,7	73,2	72,8

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

⁴ Em Cabo Verde, consideram-se Fontes Melhoradas de água Potável: "Chafariz", "Rede Pública/Canalização.../ Água Canalizada... (incluindo das casas dos vizinhos) "

Indicador 6.2.1 Proporção da população que utiliza serviços de saneamento seguros, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão.



85%

Da população tem acesso a instalações sanitárias.

12% da população partilha as instalações sanitárias com outro agregado familiar



46%

Da população tem acesso a banheira ou poliban, com chuveiro, no alojamento

O acesso às instalações sanitárias melhoradas no alojamento tem vindo a aumentar ao longo dos anos, essencialmente no meio rural. Estima-se que, em 2019, 85% da população tinha acesso a instalações sanitárias, ou seja, residia num alojamento com sanita. No meio urbano o acesso às instalações sanitárias foi de 91% e no meio rural de 74%.

Tabela 85 - Proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas (2015 - 2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	77,2	80,3	80,8	82,9	85,1
Sexo					
Masculino	76,9	79,7	-	82,3	84,4
Feminino	77,5	80,9	-	83,5	85,7
Meio de Residência					
Urbano	86,4	87,9	87,5	88,7	90,5
Rural	58,9	64,9	66,9	70,6	74,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 6.5.1 Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos (0-100).

Segundo a Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS), em 2019, o grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos foi de 62%.

Tabela 86 - Grau de implementação da gestão integrada de recursos hídricos

2018	2019
64%	62%

Fonte: ANAS – Agência Nacional de Água e Saneamento

OUTROS INDICADORES

Os dados da tabela 87 indicam que, 69% da população têm a rede pública como a principal fonte de abastecimento de água. Cerca de 9,3% da população abastecem-se nos vizinhos, 8,5% recorrem a autotanques, 7,1% em chafarizes e 5,8% recorrem a outras fontes (cisternas, nascentes, poços, etc.).

Tabela 87 - Distribuição percentual (%) da população segundo a principal fonte de abastecimento de água, por meio de residência (2019)

	Principal fonte de abastecimento de água						Total
	Rede Pública	Vizinhos	Autotanque	Chafariz	Outras fontes	ND	
Cabo Verde	69,0	9,3	8,5	7,1	5,8	0,3	100
Meio de residência							
Urbano	74,7	11,9	7,8	5,0	0,2	0,3	100
Rural	57,4	3,9	10,0	11,5	17,1	0,1	100

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em Cabo Verde, 59,1% da população utilizam o contentor como principal modo de evacuação do lixo e 23% utilizam o carro de lixo. Apesar de essas formas serem as mais adequadas, 9,6% da população ainda fazem o enterro/queima de lixo e 5,9% atiram-no na natureza. No meio urbano, a maioria da população utiliza o contentor (65,2%) e o carro de lixo (31,5%), enquanto no meio rural são mais utilizados o contentor (46,6%) e enterro/queima (26,7%), como principal modo de evacuação de resíduos.

Tabela 88 - Proporção da população segundo modo de evacuação de resíduos sólidos/lixo, por meio de residência (2019)

	Recolha do lixo						ND
	Colocado em contentores	Recolhido pelo carro de lixo	Enterrados / queimados	Jogado na natureza	Jogado ao redor da casa	Outro	
Cabo Verde	59,1	23,0	9,6	5,9	2,0	0,1	0,3
Meio de Residência							
Urbano	65,2	31,5	1,3	1,3	0,4	0,0	0,3
Rural	46,6	5,6	26,7	15,4	5,4	0,1	0,3

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



59%

Usa contentores de lixo



23%

Usa carros de lixo



10%

Queima ou enterra o lixo

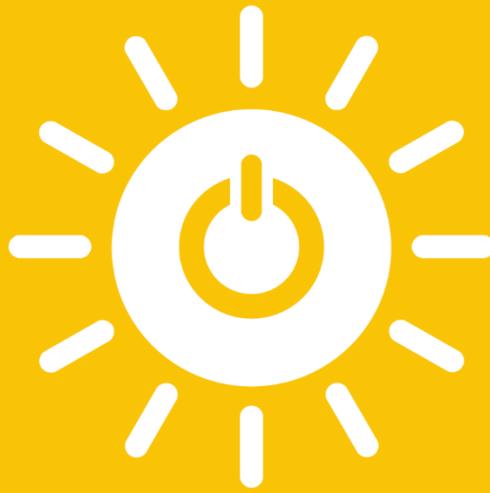


8%

Queima ou enterra o lixo



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



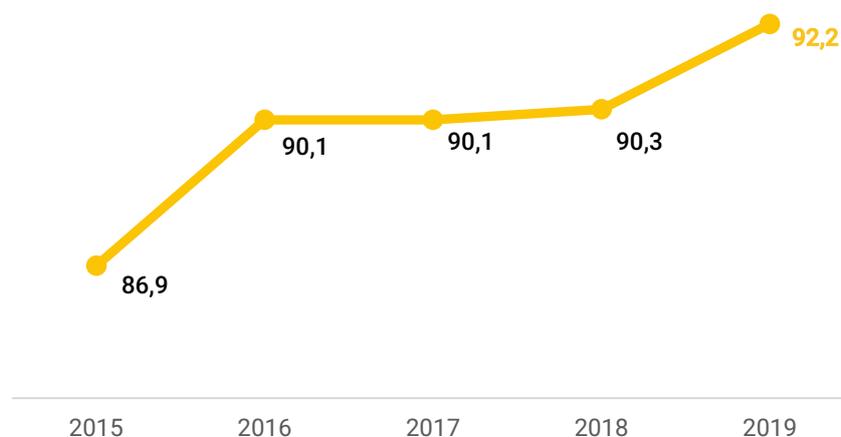
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7) trata do acesso universal de forma eficientes e não priorizando às renováveis e forma de energia limpas para cocção.

Indicador 7.1.1 Percentagem da população com acesso à eletricidade

Em 2019, cerca de 92% da população residente declarou ter acesso à energia elétrica, registando um aumento de 1,9 pontos percentuais em relação a 2018.

Gráfico 33 – Percentagem de população com acesso à energia elétrica (2015-2019)



Fonte: INE, Estatística das Famílias e Condições de Vida

Em 2019, cerca de 94,1% da população no meio urbano teve acesso a energia elétrica, enquanto no meio rural 88,4% da população afirmou o ter também.

A população do sexo feminino teve maior acesso à energia elétrica, atingindo cerca de 92,5% e a do sexo masculino, 91,9%, aumentando o nível de acesso em 2,0 p. p. em relação a 2018.

Tabela 89 - Percentagem de população com acesso à energia elétrica, por meio de residência e sexo (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	86,9	90,1	90,1	90,3	92,2
Meio Residência					
Urbano	90,6	93,5	92,3	91,7	94,1
Rural	79,6	83,4	85,7	87,5	88,4
Sexo					
Masculino	86,4	90	89,6	89,9	91,9
Feminino	87,4	90,2	90,7	90,7	92,5

Fonte: INE, Estatística das Famílias e Condições de Vida

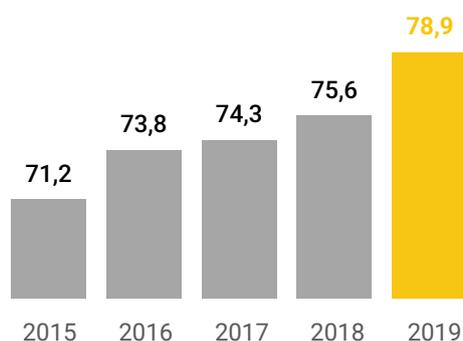
Indicador 7.1.2 Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas

Este indicador mostra a proporção da população com dependência primária de combustíveis e tecnologia limpas. É estimada como sendo o número de pessoas que utilizam combustíveis e tecnologias limpas para coação, aquecimento e iluminação. Combustíveis limpas em Cabo Verde são considerados o gás butano e energia elétrica (eletricidade).

Não se considera, para o cálculo deste indicador, o aquecimento, tendo em conta a pouca ou quase inexistência do seu uso pelas populações em Cabo Verde. Também a iluminação não foi considerada, tendo em conta a sua abordagem no indicador anterior e segundo as estatísticas o gás butano não é utilizado em Cabo Verde como forma de iluminação. Considera-se, portanto, somente o uso do gás butano e energia elétrica para cozinhar como forma de combustíveis limpas.

Em 2019, cerca de 78,9% da população afirmaram utilizar gás butano e eletricidade para preparação de alimentos, correspondendo um aumento de 3,3 p.p. da população com acesso a essas formas moderna de energia, em relação a 2018, que ficou nos 75,6%.

Gráfico 34– Percentagem de população com acesso ao gás butano e eletricidade (2015-2019)



Fonte: INE, Estatística das Famílias e Condições de Vida

Em 2019, cerca de 93,4% da população no meio urbano teve acesso ao gás butano e eletricidade, enquanto no meio rural apenas 49,2% da população teve acesso ao gás butano e eletricidade para cozinhar, traduzindo num aumento de 6,4 p.p., em relação ao ano anterior.

Tabela 90 - Percentagem de população que utiliza o gás butano e eletricidade, por meio de residência (2015-2019)

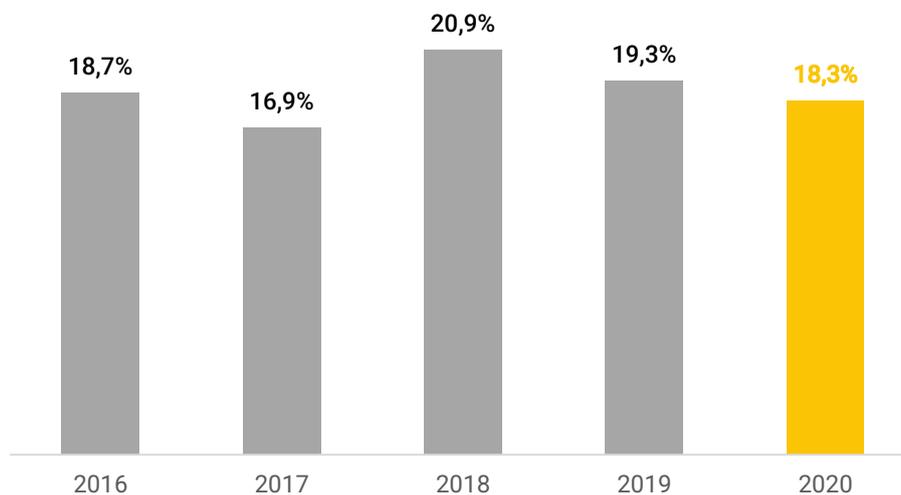
	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	71,2	73,8	74,3	75,6	78,9
Meio Residência					
Urbano	89,8	92	91,2	91,1	93,4
Rural	34,2	36,8	39,0	42,8	49,2

Nota: Foram revistos os valores de 2015-2018 incluindo não só a % da população que utiliza gás butano para cozinhar, mas também a energia elétrica para cocção. Esta atualização é devido a revisão interna sobre a interpretação da metodologia para estimar o indicador 7.1.2 do ODS 7.

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Indicador 7.2.1 Peso das energias renováveis na produção de energia eléctrica (%)

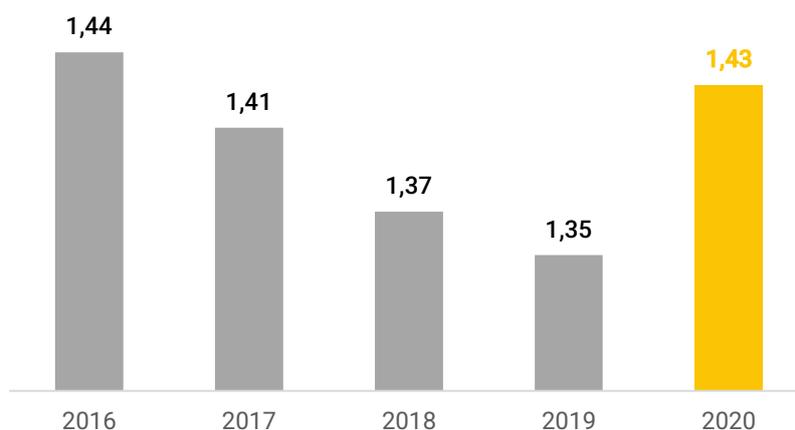
Em 2020, a taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia eléctrica foi de 18,3%, correspondendo a uma diminuição de 1,0 p.p, em relação à 2019.

Gráfico 35 - Taxa de penetração das energias renováveis (2016-2020)

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

Indicador 7.3.1 Intensidade energética medida em termos de energia primária e de PIB (em Toneladas equivalente de petróleo /milhões de escudos)

A eficiência energética medida em 2020, em termos de energia primária e do PIB, teve um aumento em relação a 2019, passando de 1,35 para 1,43 tep/milhões de escudos, correspondendo um aumento de 8 pp.

Gráfico 36 – Evolução da Intensidade energética (2016-2020)

Nota: Para 2018, 2019 e 2020, este indicador é provisório, tendo em conta que no cálculo é considerado o PIB a preço constante. Os dados do PIB estimados pelo INE, para 2018, 2019 e 2020, são provisórios.

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

OUTROS INDICADORES

Energia Elétrica

Em 2020, cerca de 81,7% da energia elétrica produzida em Cabo Verde foi de origem térmica. A energia elétrica de origem eólica contribuiu com cerca de 15,2%, do total da produção, tendo registado uma diminuição de 16,1% quando comparado com 2019.

A contribuição da energia solar no *mix* de produção de energia elétrica foi de 3,1% representado uma diminuição de 15,2% em relação a 2019.

Figura 06 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2020)



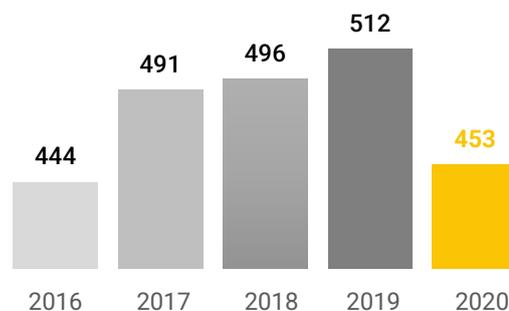
Tabela 91 -Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	444	491	496	512	453
Solar	6	7	14	16	14
Eólica	77	76	89	82	69
Térmica	361	408	393	413	370

1Nota: Foram atualizados dados de 2018 e 2019, com inclusão de estimativa de produção descentralizada (sistema fotovoltaicos).

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

Gráfico 37 – Produção de energia elétrica (em GWh) em Cabo Verde (2016-2020)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

A ilha de Santiago, em 2020, com 54,7% do total da produção de energia elétrica nacional, continua a ser a que tem a maior produção de energia elétrica no país, seguida de São Vicente e do Sal e com 17,2% e 12,5%, respetivamente. As restantes ilhas em conjunto representam cerca de 15,6% do total da produção de energia elétrica em 2020.

Tabela 92 - Produção de energia elétrica por fonte, total produção e taxa de penetração por ilha (2020)

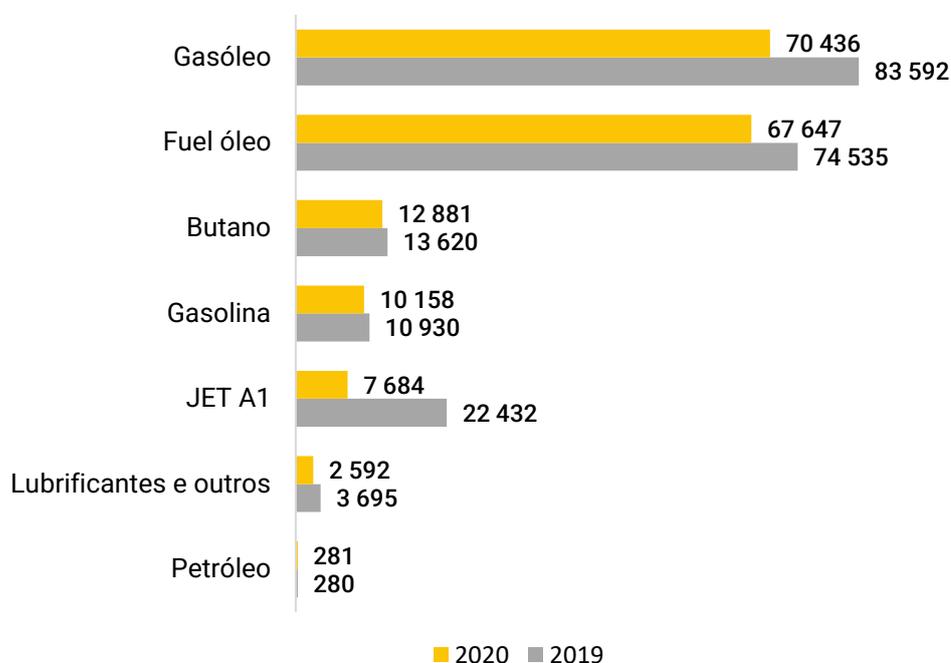
	Produção Térmica (GWh)	Produção Renovável (GWh)	Total Produção (GWh)	Taxa de Penetração ER (%)
Cabo Verde	370,1	82,8	452,9	18,3
Santo Antão	15,5	2,0	17,5	11,4
S. Vicente	58,5	19,6	78,0	25,1
S. Nicolau	7,3	0,2	7,5	2,0
Sal	40,7	16,1	56,8	28,4
Boa Vista	17,9	5,0	23,0	21,9
Maio	4,0	0,2	4,2	4,2
Santiago	208,5	39,1	247,6	15,8
Fogo	14,7	0,6	15,3	4,2
Brava	3,0	0,0	3,0	1,0

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

Combustíveis

Em 2020, internamente, foram movimentadas cerca de 171.679 toneladas de Métricas (TM) de combustíveis, correspondendo a uma diminuição de 17,9% em relação a 2019, que conseguiu atingir 209.084 TM. Em 2020, o Jet A1, combustível para aviação, registou a maior diminuição (-65,7%) seguidas lubrificantes e outros (-29,9%) no volume de vendas em relação a 2019.

Gráfico 38 – Volume de Vendas Combustíveis no mercado interno (2019-2020)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

O gasóleo continua a ser o combustível mais comercializado. em Cabo Verde com 41,0% do total de combustíveis vendidos, seguido do Fuel óleo com 39,4%. Estes dois combustíveis em conjunto representaram em 2020 cerca de 80,4% do total de combustíveis vendidos. O Butano passa a ser o terceiro combustível mais comercializado, com 7,5% e a gasolina 5,9%. O petróleo foi o menos comercializado no país, com 0,2% do total vendido.

Tabela 93 - Vendas de combustíveis no mercado interno por produto, em TM (2016-2020)

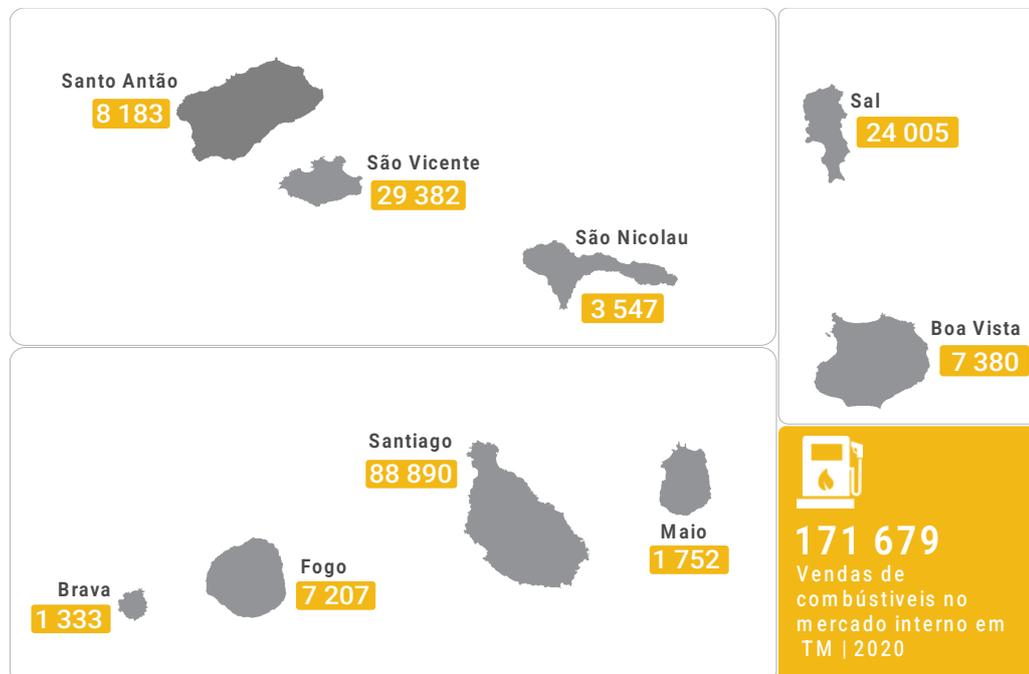
	2016	2017	2018	2019	2020
Total	175 740	188 445	188 096	209 084	171 679
Butano	12 225	12 679	13 320	13 620	12 881
Gasolina	8 521	9 115	9 651	10 930	10 158
JET A1	12 645	11 212	15 262	22 432	7 684
Petróleo	347	336	320	280	281
Gasóleo	73 397	79 105	76 872	83 592	70 436
Fuel óleo	66 565	73 936	70 936	74 535	67 647
Lubrificantes e outros	2 039	2 062	1 735	3 695	2 592

Nota: Dados atualizados devido a correções efetuadas nos dados de origem.

Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)

A ilha de Santiago, com 51,8% (88.890 TM) do total das vendas, continua a ser o maior mercado de venda de combustíveis no país, seguida das ilhas de São Vicente e Sal com 17,1% e 14,0%, respetivamente, do total das vendas. As demais ilhas em conjunto representam cerca de 17,1% do total de vendas de combustíveis em 2020.

Figura 07 – Vendas de combustíveis no mercado interno em TM por ilha (2020)



Fonte: Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE)



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 8 – TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) tem como centro o mercado de trabalho e do desenvolvimento económico. Por isso, esse objetivo trata da economia internacional, seja por metas de desempenho económico, seja por busca de eficiência e produtividade. O emprego decente, o empreendedorismo e o valor à criatividade e à inovação são temas do objetivo, que incentiva a formalização e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas.

Os indicadores apresentados neste tema estão ligados ao trabalho decente e ao crescimento económico disponíveis no país. Apresentam-se, ainda, alguns dados e indicadores complementares, concernentes ao mercado de trabalho, às contas nacionais, às empresas, aos preços, ao setor monetário e financeiro, ao setor externo e às finanças públicas.

Indicador 8.1.1 - Taxa de variação anual do PIB real per capita

De 2015 a 2020, o PIB real per capita em dólar apresentou uma taxa de variação média anual de -0,2%. Taxa de variação negativa causada principalmente pelos efeitos adversos da pandemia COVID-19 sobre a atividade económica, com a contração do PIB de 14,8% em volume, em 2020.

Em 2019 houve uma variação negativa do PIB per capita em dólar justificada essencialmente pelas flutuações cambiais. Em relação ao PIB per capita real em escudos, registou-se uma taxa de variação média anual de -0,7%, para o mesmo período em análise. As taxas de variação negativas do PIB per capita de 2020 em dólar e em escudos são devidas aos efeitos da pandemia.

Tabela 94 - Taxa de variação do PIB real per capita (2016-2020)

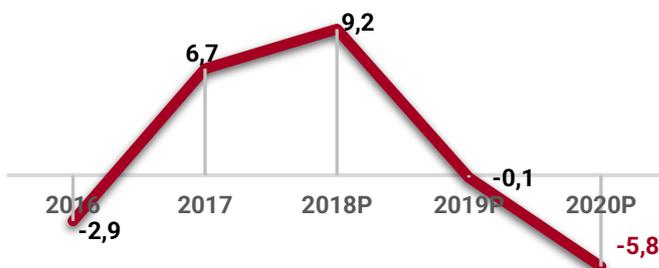
	2016	2017	2018	2019 ^P	2020 ^P
Taxa de Variação PIB <i>per capita</i> em US\$	3,1	4,3	8,3	-1,0	-14,3
Taxa de Variação PIB <i>per capita</i> em ECV	3,4	2,5	3,3	4,4	-15,8

Fonte: INE, Contas nacionais

Indicador 8.2.1 - Taxa de crescimento anual do PIB real por pessoa empregada

De acordo com os dados do gráfico 39, nota-se que, em 2020 o PIB real por pessoa empregada apresentou uma variação de -5,8%, diminuindo em 5,7 p.p. relativamente a 2019

Gráfico 39 – Taxa de variação anual do PIB real por pessoa empregada (%)

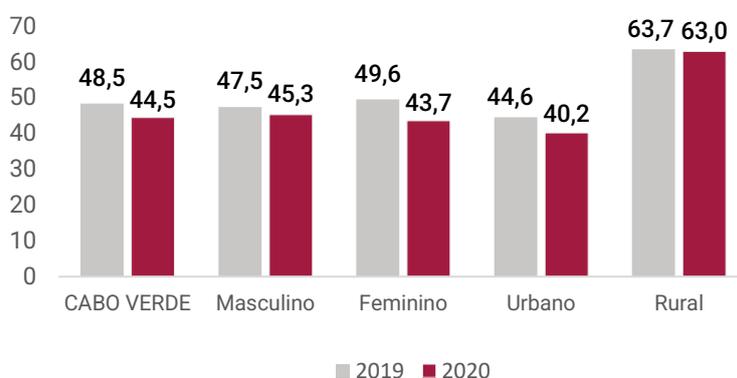


Fonte: INE, Contas nacionais e Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.3.1 - Proporção de emprego informal em empregos não agrícolas, por sexo

De uma forma geral em 2020, 44,5% dos empregados encontravam-se a trabalhar nos empregos informais não agrícolas, ou seja, eram empregados do setor não agrícola que não beneficiavam de proteção social, nem de férias nem descanso semanal remunerado. Em comparação com 2019 registou-se uma diminuição de 4,0 p.p.

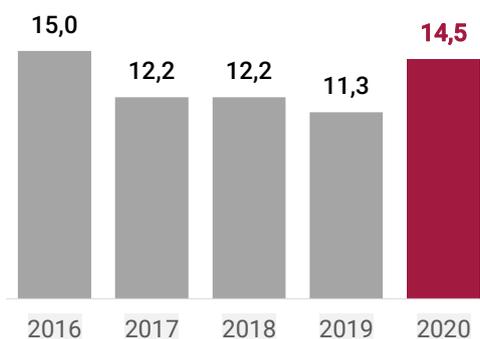
A distribuição por sexo mostra que em 2020 houve uma diminuição tanto no sexo masculino como no feminino em relação a 2019 com 2,2 p.p e 5,9 p.p respetivamente. Da mesma forma a proporção do emprego informal não agrícola diminuiu também em 2020 quer no meio rural quer no urbano.

Gráfico 40– Proporção do emprego informal não agrícola por sexo e meio de residência (2019 e 2020)

Fonte: INE, IMC, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.5.2: Taxa de desemprego segundo sexo e idade

A taxa de desemprego passou de 15,0%, em 2016, para 14,5%, em 2020, diminuindo 0,5 p.p. Nesse intervalo a taxa de desemprego situou-se em 12,2 em 2017 e 2018 diminuindo 0,9 p.p em 2019.

Gráfico 41 – Taxa de desemprego em % (2016-2020)

Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

A taxa de desemprego aumentou tanto nos indivíduos do sexo masculino como nos do sexo feminino. Em 2020, a taxa entre os homens foi de 14,8% e entre as mulheres de 14,2%. No que se refere ao desemprego juvenil (15 – 24 anos), a taxa também aumentou, tendo passado de 25,0%, em 2019, para 32,5%, em 2020, o que representa um aumento de 7,5 pontos percentuais.

Tabela 95 - Taxa de desemprego segundo sexo e idade (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	15,0	12,2	12,2	11,3	14,5
15-24	41,0	32,4	27,8	25,0	32,5
25-44	11,7	10,4	11,2	10,8	14,6
45-64	3,9	4,8	5,8	5,7	5,9
65+	3,2	0,9	0,0	0,9	0,4
Masculino	12,9	11,8	12,7	10,7	14,8
15-24	31,7	29,5	24,6	22,4	30,6
25-44	10,0	10,1	11,6	9,4	14,7
45-64	5,4	5,0	8,5	7,1	7,3
65+	5,8	0,0	0,0	1,1	0,4
Feminino	17,4	12,8	11,6	12,1	14,2
15-24	52,6	36,4	31,9	29,2	35,4
25-44	13,8	10,7	10,6	12,4	14,5
45-64	2,4	4,6	2,7	4,1	4,1
65+	0,0	1,9	0,0	0,6	0,4

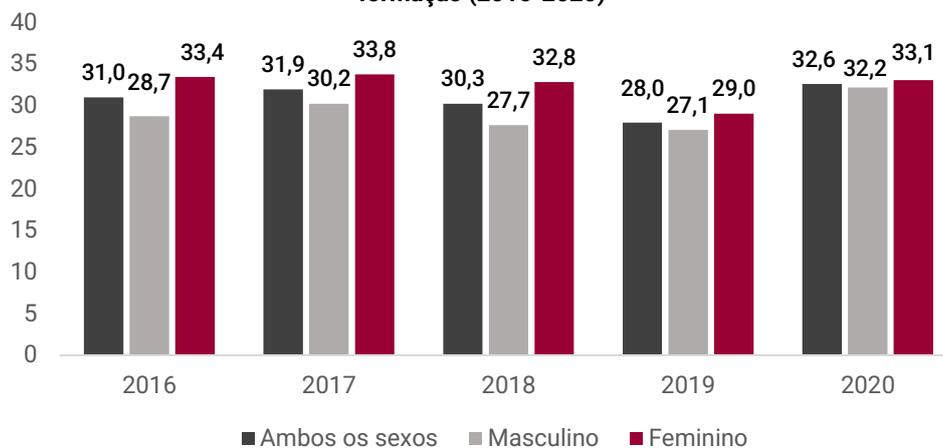
Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.6.1 Proporção de jovens (15 - 24 anos) fora do sistema educativo e que não exercem nenhuma atividade

Os resultados indicam que em 2020, 32,6% da população jovem, 15-24 anos, estava fora do sistema educativo e não exercia nenhuma atividade.

Analisando os dados no período em estudo, verifica-se que a maior taxa de jovens dos 15 aos 24 anos, fora do sistema educativo é do sexo feminino. De frisar ainda que, de 2016 a 2020, a proporção de Jovens do sexo masculino nesta condição foi sempre menor que a dos do sexo feminino.

Gráfico 42 – Proporção de Jovens dos 15 a 24 anos sem emprego e fora do sistema educativo ou de formação (2016-2020)



Fonte: INE, Estatísticas do emprego e mercado de trabalho

Indicador 8.8.1 - Taxas de frequência de acidentes de trabalho fatais e não fatais, por sexo e estatuto migratório.

Em 2020, registou-se um total de 782 acidentes de trabalho sendo, 773 não fatais e 9 fatais. Embora, globalmente, o número de ocorrência, mais do que triplicou (3,2 vezes), a taxa de fatalidade foi de 1,2%, ficando, 0,9 p.p abaixo da taxa registada em 2019.

Tabela 96 - Proporção de acidentes de trabalho por fatalidade 2017-2020

Ano	Total	Não Fatais	%	Fatais	%
2017	252	245	97,2	7	2,8
2018	395	389	98,5	6	1,5
2019	238	233	97,9	5	2,1
2020	782	773	98,8	9	1,2

Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho

Em relação à ocorrência de acidentes de trabalho por setor de atividade, constatou-se que a Indústria foi o que teve maior ocorrência de acidentes de trabalho (72), em 2019. Em contrapartida, o setor de atividade de transportes registou menor número de acidentes de trabalho no mesmo ano.

Tabela 97 - Acidentes de trabalho por setor de atividade (2017- 2019)

Setores	Anos		
	2017	2018	2019
Total	252	395	238
Construção Civil	50	43	48
Comércio	32	32	16
Hotelaria/Restauração	40	113	26
Indústria	60	91	72
Metalurgia	24	24	28
Serviços	35	50	40
Transportes	7	3	8
Agricultura	1	1	-
Outros	3	38	-

Fonte: Inspeção-Geral do Trabalho

Indicador - 8.8.2 Nível de cumprimento nacional dos direitos trabalhistas (liberdade de associação e negociação coletiva) com base em fontes textuais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e legislação nacional, por sexo e estatuto migratório

No que diz respeito às conciliações realizadas (contenda laboral), em 2020 verificaram-se 296 greves com acordo (+ 77 face a 2019), 139 sem acordo (+43 em relação a 2019), houve 2 pendentes e 14 ficaram como pré-aviso de greve (- 10, face a 2019).

Tabela 98 - Número de Conciliações (contenda laboral) (2016-2020)

Categoria	2016	2017	2018	2019	2020
Com acordo	219	176	352	219	296
Sem acordo	358	112	114	96	139
Pendentes	77	124	153	0	2
Pré-aviso de greve	28	19	26	24	14

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

Tabela 99 - Número de conciliações com sucesso (impedindo o recurso à greve e/ou outras formas de luta)

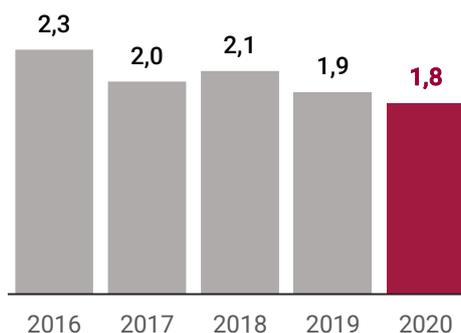
Categoria	2016	2017	2018	2019	2020
Acordos despedimentos Individuais	219	176	336	207	259
Acordos despedimentos coletivos	-	-	-	19	27
Acordos no pré-aviso de greve	14	18	16	18	10

Fonte: Direção-Geral do Trabalho

Indicador 8.10.1- (a) Número de bancos comerciais por 100.000 adultos e (b) número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos

Os dois indicadores seguintes (8.10.1 (a) e 8.10.1 (b)) foram calculados pelo Banco de Cabo Verde, segundo a metodologia definida pelas Nações Unidas.

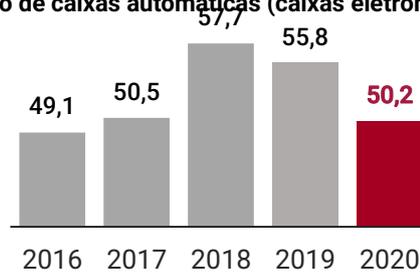
De 2016 a 2020, o número de bancos comerciais por 100.000 adultos apresentou um perfil decrescente, sendo que, para o período em análise, a média de bancos comerciais por 100.000 adultos esteve entre 2,0.

Gráfico 43 – Número de bancos comerciais por 100 000 adultos

Fonte: Banco de Cabo verde

O rácio de caixas automáticas por 100.000 adultos tem vindo a aumentar, passando de 49,1 por 100.000 adultos, em 2016, para 57,7 por 100.000 adultos, em 2018, valor máximo da serie (2016-2020). Entretanto, a partir de 2018 esse rácio tem vindo a diminuir para atingir 50,2 por 100.000 adultos em 2020.

Gráfico 44 – Número de caixas automáticas (caixas eletrónicas) por 100.000 adultos



Fonte: Banco de Cabo verde

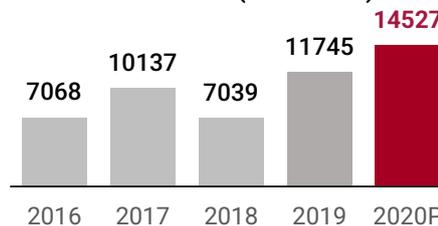
Indicador 8.10.2 Proporção de adultos (15 ou mais anos) com uma conta num banco ou em outra instituição financeira ou com um serviço móvel de dinheiro

A proporção de adultos de 15 anos ou mais com conta bancária, em 2015, foi de 57%. Os dados são referentes ao inquérito sobre literacia financeira, realizado pelo Banco de Cabo Verde.

Indicador 8.a.1- Auxílios para compromissos comerciais e desembolsos

Este indicador tem registado uma certa flutuação no período 2016-2020. O seu valor nesse período mais que dobrou, passando de 7.068 para 14.527 milhões de escudo (uma taxa de variação de 105,5%). Dando trajetória ascendente iniciada em 2018, contratou-se em 2020 com aumento de 23,7% relativo a 2019 (uma variação absoluta de 2.783 milhões de escudos).

Gráfico 45 – Compromissos e desembolsos no âmbito da iniciativa de ajuda ao comércio em milhões de escudos (2016-2020)



Fonte: Ministério de Finanças

Indicador 8.b.1 - Existência de uma estratégia nacional desenvolvida e operacionalizada para o emprego dos jovens, como uma estratégia distinta ou como parte de uma estratégia nacional de emprego.

Tabela 100 - Programas de estágio profissional (2016-2020)

Programa de estágio profissional	
2016	Plano nacional de emprego; Programa emprego e empregabilidade da cooperação luxemburguesa
2017	Programa de emprego, empregabilidade e inserção de jovens da OIT
2018	PEPE - Programa de Estágio Profissional e Emprego
a	PEPIT - Programa de Estágio Profissional para Inovação e Tecnologia
2020	PEPAP - Programa de Estágio Profissional de Administração Pública

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

OUTROS INDICADORES

Mercado de trabalho

Em 2020, a população economicamente ativa foi estimada em 218.351 indivíduos, tendo diminuído em cerca de 14.253 indivíduos, relativamente ao ano anterior (-6,1%). A população inativa aumentou em relação ao ano anterior, passando de 172.403 indivíduos para 193.735, representando um aumento de 21.332 indivíduos, (12,4%).

O peso relativo dos empregos no sector primário aumentou em 2020. Após a queda de 0,9 p.p de 2018 para 2019, regista-se um aumento na ordem dos 2,8 p.p, passando de 10,9% em 2018 para 13,7% em 2020. Por outro lado, o setor secundário viu a seu peso relativo diminuir de 21,4% para 20,2% assim como o setor terciário passando de 67,5% em 2019 para 65,6% em 2020.

A maioria dos empregados encontram a trabalhar no grupo de profissão "Serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores" com 20,9%, seguido de "Profissões elementares" com 23,4% e "Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artifices" com 15,5%

Por sexo, estima-se uma taxa de atividade de 60,3% entre os homens e de 45,8% entre as mulheres, verificando-se uma diminuição entre as mulheres de 4,8 p.p., enquanto entre os homens diminui 4,2 p.p. Os concelhos do Sal e da Boa Vista continuam sendo os concelhos a apresentar as maiores taxas de atividade (70,5% e 69,1%, respetivamente). No extremo oposto, São Filipe regista a menor taxa de atividade do país (34,8%).

A maior redução na taxa de atividade é registada no meio urbano que diminui 5,5 p.p.: 62,0% em 2019 para 56,5% em 2020. O meio rural também assinalou uma redução, mas não tão expressiva e passa do 47,9% em 2019 para 45,0% em 2020.

Os grupos etários com maior taxa de atividade em 2020 são os de 40-44 anos, com 78,4% e de 35-39 anos, com 75,8%. Entre os jovens 15-24 anos a taxa de atividade foi de 25,6%. De notar que, em 2019, o grupo etário com a maior taxa de atividade foi o de 35-39 anos com 81,9%.

A taxa de emprego/ocupação situou-se em 2020 nos 45,3% tendo diminuído 5,6 p.p, em relação ao ano anterior (50,9%). Os homens continuam a registar taxas de emprego superiores, comparativamente às mulheres: 51,3% entre os homens e 39,3% entre as mulheres. Os concelhos do Sal e da Boavista continuam sendo os que apresentam as maiores taxas de emprego (56,8% e 56,6%, respetivamente). Em 2019 essas taxas situavam-se na ordem dos 70,9% e 70,3% respetivamente nos concelhos do Sal e da Boa Vista.

Contas Nacionais

Contas nacionais anuais

As estimativas disponíveis das contas nacionais trimestrais indicam que, em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) registou em termos homólogos, uma diminuição de 14,8% em volume e 15,5% em termos nominais (corrente), relativamente ao ano de 2019.

Do lado da procura, este resultado é explicado em larga medida pela queda acentuada do consumo final das famílias e das exportações. Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou em volume, uma variação negativa de 13,5% destacando-se para o efeito as atividades dos Transportes (32,9%), Comércio (21,1%) e Alojamento e restauração (70,7%).

Os Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos apresentaram uma evolução homóloga negativa de 22,8%. O setor que mais contribuiu para essa retração foi o dos serviços que, com um peso de cerca de 60 % na estrutura do PIB, diminuiu 19,0% em valor e 17,7% em volume.

Gráfico 46 – Variação acumulada (%) do VAB em volume dos ramos de atividade, (2019-2020)



Fonte: INE, Contas nacionais

Em termos de contribuição para o PIB nominal, nota-se que, em 2020, o setor terciário contribuiu com 58,9%, enquanto os setores primário e secundário contribuíram com 5,2% e 22,7%, respetivamente.

Tabela 101 - Produto Interno Bruto a preços correntes em Milhões de ECV (2016-2020)

	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
Setor Primário	13 847	12 185	10 269	9 652	8 636
Setor Secundário	27 808	30 969	34 868	37 663	37 458
Setor Terciário	102 436	105 999	111 873	119 828	97 069
Total VAB	144 090	149 154	157 010	167 142	143 164
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	21 692	23 944	26 688	28 060	21 747
PIB	165 782	173 097	183 698	195 202	164 911

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 102 - Produto Interno Bruto, a preços de mercado (preços do ano anterior), em milhões de ECV (2016-2020)

	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
Setor Primário	13 813	12 152	10 108	9 542	9 083
Setor Secundário	28 993	31 370	33 504	37 462	36 941
Setor Terciário	101 591	104 788	110 986	119 362	98 586
Total VAB	144 397	148 310	154 598	166 366	144 610
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	21 770	23 610	26 343	27 744	21 735
PIB	166 167	171 919	180 941	194 109	166 345

P-provisórios
Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 103 - Produto Interno Bruto encadeado em volume (Preços constantes de 2007) em Milhões de ECV. (2016-2020)

	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
Setor Primário	13 259	11 635	9 652	8 969	8 440
Setor Secundário	24 090	27 176	29 400	31 587	30 982
Setor Terciário	90 769	92 854	97 222	103 730	85 342
Total VAB	128 014	131 762	136 572	144 710	125 202
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	18 923	20 596	22 660	23 558	18 254
PIB	146 899	152 337	159 240	168 265	143 390

P-provisórios
Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 104 - Estrutura do PIB por Setor de Atividade, (2016-2020)

	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
Setor Primário	8,4	7,0	5,6	4,9	5,2
Setor Secundário	16,8	17,9	19,0	19,3	22,7
Setor Terciário	61,8	61,2	60,9	61,4	58,9
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	13,1	13,8	14,5	14,4	13,2
PIB	100	100	100	100	100

P-provisórios
Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 105 - Taxa de variação do PIB nominal e real (2016-2020)

	PIB nominal (%)	PIB real (%)
2016	4,5	4,7
2017	4,4	3,7
2018 ^P	6,1	4,5
2019 ^P	6,3	5,7
2020^P	-15,5	-14,8

P-provisórios
Fonte: INE, Contas nacionais

Analisando os dados da tabela 106, nota-se que a contribuição dos setores primário e secundário aumentou na composição do Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2020, enquanto o setor terciário viu a sua contribuição diminuir em 3,9 p.p, quando comparado a 2019.

Tabela 106 - Composição percentual do VAB nominal (2016-2020)

	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
Setor Primário	9,6	8,2	6,5	5,8	6,0
Setor Secundário	19,3	20,8	22,2	22,5	26,2
Setor Terciário	71,1	71,1	71,3	71,7	67,8
Total VAB	100	100	100	100	100

P-provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 107, registou-se um aumento do investimento, medido pelo indicador Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), passando de 54.886, em 2016, para 71.807 milhões de escudos, em 2020, o que representa um acréscimo médio de 6,9% por ano.

Relacionando a FBCF com o PIB, nota-se que, no período em análise, a mais alta taxa de investimento para o total de economia ocorreu em 2020, com 43,5%, e a mais baixa, em 2016, ficou em 33,1%. Em média, registou-se uma taxa de investimento para o total da economia em torno dos 37%, no período 2016-2020. O consumo final, em 2020, comparativamente ao ano de 2016, obteve um aumento, passando de 133.415, em 2016, para 138.844 milhões de escudos, em 2020, representando um crescimento médio de 1,0% por ano em termos nominais. De igual modo, a poupança teve um aumento de 1,7% no mesmo período.

Tabela 107 - Formação Bruta de Capital fixo em percentagem do PIB (a preços de mercado) (FBCF / PIB) e Despesas de consumo final em percentagem do PIB (CF / PIB), (2016-2020)

	FBCF	CF	PIB	FBCF/PIB (%)	CF /PIB (%)
2016	54 886	133 415	165 782	33,1	80,5
2017	58 526	144 093	173 097	33,8	83,2
2018 ^P	61 181	145 869	183 698	33,3	79,4
2019 ^P	67 115	154 580	195 202	34,4	79,2
2020^P	71 807	138 844	164 911	43,5	84,2

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 108 - Rendimento disponível bruto (RNDB), Rendimento disponível bruto *per capita* e Poupança Nacional (2016-2020)

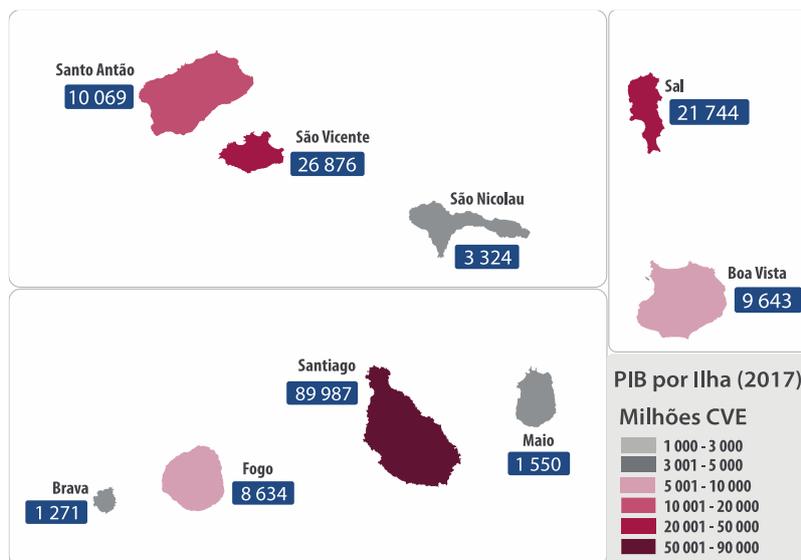
	RNDB (Milhões de ECV)	RNDB <i>per</i> <i>Capita</i> em US\$	Poupança nacional	
			Valor (Milhões de ECV)	(%)
2016	186 172	3 515	52 757	28,3
2017	196 813	3 740	52 720	26,8
2018 ^P	209 100	4 115	63 231	30,2
2019 ^P	223 029	4 113	68 449	30,7
2020^P	195 292	3 623	56 447	28,9

Fonte: INE, Contas nacionais

Produto Interno Bruto por Ilha

De 2013 a 2017, o PIB apresentou uma taxa de variação média anual positiva nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Santiago e Fogo e negativa no Maio. A ilha do Sal apresentou uma taxa de variação média anual de 7,9%. Em termos de participação relativa, nota-se que a ilha de Santiago contribuiu com 52,0% para o PIB de 2017, seguida de São Vicente, com 15,5%, e do Sal com 12,6%, o que corresponde a uma contribuição conjunta dessas três ilhas em cerca de 80,1%.

Figura 08 – PIB a preços correntes (Milhões de ECV), por Ilha (2017)



Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 109 - PIB nominal por Ilha (em milhões de ECV) (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	153 723	154 436	158 699	165 782	173 097
Santo Antão	9 241	9 342	8 963	9 440	10 069
S. Vicente	23 622	24 648	25 308	24 612	26 876
S. Nicolau	3 174	3 305	3 115	2 992	3 324
Sal	16 059	16 057	16 733	24 308	21 744
Boa Vista	7 854	7 693	6 766	7 549	9 643
Maio	1 798	1 621	1 421	1 471	1 550
Santiago	83 238	83 021	87 129	86 312	89 987
Fogo	7 517	7 446	7 961	7 934	8 634
Brava	1 220	1 303	1 303	1 165	1 271

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 110, o PIB *per capita* de Cabo Verde passou de 300.139, em 2013, para 321.945 escudos, em 2017, representando um crescimento médio anual de 1,8%. Nesse período, todas as ilhas apresentaram taxas de variação médias anuais positivas do seu PIB *per capita*, com exceção das ilhas da Boa Vista e do Maio que tiveram taxas negativas de (-2,3%) e (-4,3%) respetivamente. Entre as que tiveram evolução positiva, o destaque vai para Santo Antão com (3,8%) e Fogo (4,2%).

Em 2016, a ilha do Sal detinha o maior PIB *per capita* do país, seguida da Boa Vista, situação que se manteve em 2017. Porém, é de destacar que, em 2017, se verificou um aumento expressivo do PIB *per capita* na Boa Vista de 19,4% e uma redução do PIB *per capita* no Sal de 14,2%.

Efetivamente, são duas ilhas em que o turismo tem maior dinamismo. O PIB *per capita* de 591.369 escudos, obtido no Sal, em 2017, é mais de duas vezes e meia o valor registado no Maio (217.988 escudos) nesse mesmo ano. Esta constatação indica nitidamente a existência de fortes assimetrias regionais, em termos de crescimento económico no país.

Tabela 110 - PIB per capita (em ECV), por ilha (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
Cabo Verde	300 139	297 870	302 381	312 067	321 945
Santo Antão	220 754	226 790	221 060	236 453	256 046
S. Vicente	298 107	307 561	312 391	300 644	325 054
S. Nicolau	251 850	264 177	250 749	242 455	271 167
Sal	523 864	498 558	495 827	689 219	591 369
Boa Vista	637 904	575 090	468 225	485 980	580 162
Maio	259 378	233 294	203 553	209 168	217 988
Santiago	290 601	286 019	296 222	289 619	298 066
Fogo	207 005	206 444	222 146	222 736	243 789
Brava	209 532	226 168	228 598	206 622	227 817

Fonte: INE, Contas nacionais

Empresas

A dinâmica do sector empresarial é um indicador importante na economia. Nota-se na tabela 111 que de 2016 a 2020, o número de empresas aumentou passando de 9.442 para 11.115 representando um crescimento médio anual de 4,2% e no mesmo período, o número de pessoal ao serviço cresceu anualmente 6,3% em média, enquanto o Volume de Negócios diminuiu, em média, 2,5%.

De notar que em 2020, a maior parte das empresas estava localizada nas ilhas de Santiago, São Vicente e Sal representando juntas, 76,3% do total.

Tabela 111 - Número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por ilha (2016 e 2020)

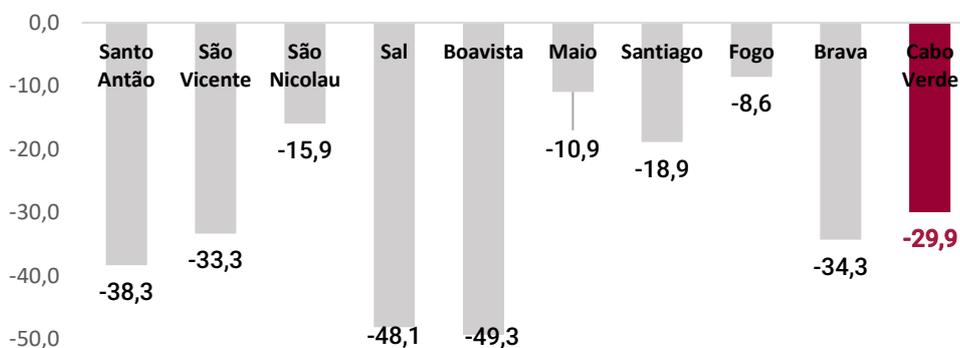
	Empresas		
	Número de Empresas	Número de pessoal ao Serviço	Volume de negócios (Milhões ECV)
2016	9 442	55 892	262 236 350
2017	9 932	71 890	276 254 394
2018	10 390	70 864	297 108 195
2019	11 174	71 874	337 743 616
2020			
Cabo Verde	11 115	71 371	236 894 264
Santo Antão	862	3 021	4 503 973
S. Vicente	2 125	17 344	68 050 247
S. Nicolau	270	822	1 211 290
Sal	1 332	14 174	32 106 249
Boa Vista	601	3 156	5 175 780
Maio	117	325	324 775
Santiago	5 020	30 583	122 400 507
Fogo	595	1 521	2 587 581
Brava	193	425	533 861

Fonte: INE; IAE2016; V°RE2017; IAE2018; IAE2019; IAE2020

Em 2020, existiam em Cabo Verde, 11.115 empresas ativas, menos 0,5% face ao ano de 2019; O Volume de Negócios gerado, foi de 236 894 264 mil escudos, representando um decréscimo de 29,9%, face a 2019.

Registou-se também uma diminuição de 0,7% do Número de pessoas ao serviço, comparativamente ao ano 2019;

Gráfico 47 - Variação do volume de Negócios entre 2019 e 2020 por ilha (%),



Preços

A estrutura atual do consumo para a série do IPC (2018 = 100), assim como os bens e serviços que constituem o cabaz desde indicador (IPC) foram inferidos do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares 2015. Os índices de 2017 e 2016 foram recalculados considerando 2018 igual a 100.

A variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é interpretada como um indicador da inflação e permite aferir sobre a evolução do custo de vida no país. O IPC foi de 101,7 em 2020, e 101,1 em 2019, apresentando uma variação média anual de 0,6%, o que indica que o país teve, em 2020, uma subida nos preços das classes de produtos com maior peso no cabaz do consumidor.

Tabela 112 - Índice de Preços no consumidor, taxa de inflação – Base 2018=100, (2016-2020)

	Índice (IPC)	Taxa de Inflação
2016	98,0	-1,4
2017	98,8	0,8
2018	100,0	1,3
2019	101,1	1,1
2020		
Cabo Verde	101,7	0,6
01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	103,0	1,6
02 - Bebidas alcoólicas e tabaco	110,5	4,7
03 - Vestuário e calçado	97,8	-3,5
04 - Rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	100,3	-0,1
05 - Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	101,4	1,4
06 - Saúde	107,3	5,0
07 - Transportes	100,3	0,2
08 - Comunicações	99,0	-0,8
09 - Lazer, recreação e cultura	101,6	0,8
10 - Ensino	99,8	-0,3
11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares	110,4	3,5
12 - Bens e serviços diversos	102,0	0,2

Fonte: INE, Estatísticas de preços

Setor Monetário e Financeiro

Em 2020, os depósitos bancários registaram um acréscimo de 3,6% face ao ano transato mantendo a tendência de crescimento. Esta evolução resultou dos acréscimos registados nos depósitos à vista (6,2%), nos depósitos de emigrantes (0,1%) assim como nos depósitos de residentes a prazo (4,3%) e de poupança (11,4%)⁵.

⁵ Outros depósitos incluem os depósitos à ordem em moeda nacional, depósitos em divisas de residentes e outros quase depósitos.

Tabela 113 - Depósitos bancários em milhões de ECV (2016-2020)

	Depósitos			
	Total	Depósitos de Emigrantes e a prazo em Moeda Nacional dos quais:		Outros Depósitos
		Emigrantes	a prazo em Moeda Nacional	
2016	154 062	52 160	39 023	62 879
2017	165 460	51 747	37 747	75 965
2018	168 423	51 103	38 178	79 142
2019	184 653	53 930	41 306	89 417
2020	191 235	53 984	43 079	94 172

Fonte: Banco de Cabo Verde

O crédito interno líquido registou um acréscimo de 6,7%, depois de em 2019 ter sofrido uma queda de 2,1%. O comportamento do crédito interno líquido traduziu o aumento do crédito à economia e ao sector público administrativo em 4,8% e 15,1% respetivamente. De referir que o crédito ao sector privado, cresceu 5,3% em 2020.

Tabela 114 - Crédito bancário em milhões de ECV (2016-2020)

	Crédito Interno Líquido		
	Total	Crédito Líquido SPA	Crédito à Economia
2016	131 083	30 685	100 398
2017	139 328	31 431	107 897
2018	143 299	32 342	110 957
2019	140 349	25 097	115 252
2020	149 723	28 898	120 824

SPA – Setor Público Administrativo

Fonte: Banco de Cabo verde

As taxas de juro das operações bancárias apresentaram ligeiras oscilações nos últimos anos. Em 2020, as taxas com maturidades de 181 dias a 1 ano e 1 a 2 anos, das operações de crédito tiveram evolução díspar, tendo aumentado num caso em 1,5 pontos percentuais e noutro reduzido em 1,1 pontos percentuais, em relação ao ano anterior. Por sua vez, as taxas das operações de depósitos com maturidade de 181 dias a 1 ano, 1 a 2 anos e de emigrantes reduziram em 0,4, 0,2 e 0,5 pontos percentuais, respetivamente.

Tabela 115 - Taxas de juro, médias ponderadas em % (2016-2020)

	Taxa de Juros				
	Crédito		Depósitos		
	181 dias - 1 ano	1 - 2 anos	Residentes (181 dias - 1 ano)	Residentes (1 - 2 anos)	Emigrantes (181 dias - 1 ano)
2016	8,7	9,8	3,9	4,2	4
2017	7,4	10,0	3,4	3,7	3,6
2018	8,2	8,7	2,6	3,0	2,8
2019	8,7	9,2	2,2	2,8	2,3
2020	10,3	8,1	1,8	2,6	1,7

Fonte: Banco de Cabo Verde

O aumento do crédito interno líquido determinou a evolução da oferta monetária em 2020 na medida em que, as disponibilidades líquidas sobre o exterior diminuíram de forma acentuada em 2020.

Em 2020, o agregado monetário M2 cresceu 4,1%, o que representa um abrandamento já que em 2019 cresceu 8,1%. A evolução da oferta monetária foi determinada pelo aumento em 6,7% do crédito interno líquido, com destaque para o crédito à economia e fundamentalmente ao setor privado, porquanto as disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX) decresceram 9,9%.

Tabela 116 - Síntese Monetária (2016-2020)

	Ativos Externos Líquidos			Ativo Interno Líquido	Outros Ativos Líquidos	Massa Monetária
	Total	Banco de Cabo Verde	Bancos Comerciais			Total
2016	59 264	59 717	-453	108 245	-22 838	167 510
2017	60 600	56 992	3 608	117 968	-21 361	178 568
2018	56 650	58 242	-1 592	124 945	-18 354	181 594
2019	70 716	72 816	-2 100	125 566	-14 783	196 282
2020	63 698	63 924	-226	140 682	-9 041	204 380

Fonte: Banco de Cabo Verde

Atividade da rede vinte4

A evolução dos meios e instrumentos de pagamentos em Cabo Verde tem sido marcada por uma alteração contínua no comportamento associado a pagamentos, facto evidente na mudança do padrão de utilização destes instrumentos nos últimos 10 anos, com uma clara preferência pelos instrumentos eletrónicos.

O rácio de caixas automáticas por 10.000 habitantes diminuiu ligeiramente em 2020, tendo se situado nos 3,6. O número de cartões de pagamento emitidos diminuiu 5%, passando de 132.868 em 2019 para 126.097 em 2020.

Tabela 117 - Caixas automáticas por 10 000 habitantes e cartões produzidos, (2016-2020)

	Caixas automáticas por 10.000 hab.	Nº de cartões Vint4 emitidos*
2016	3,2	105 754
2017	3,3	124 328
2018	3,5	121 729
2019	3,7	132 868
2020	3,6	126 097

* Vint4 e Internacionais

Fonte: Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Em 2020, o ritmo de crescimento das transações com cartão nacional registou um decréscimo em quantidade (3,1%) e em valor (5,5%) face a 2019. Por sua vez, as transações com cartão internacional (Visa e Mastercard) decresceram 56,8% e 56,3% em quantidade e valor em 2020.

Tabela 118 – Transações com cartão de débito nos terminais de caixa automática (ATM) e dos terminais de pagamento automático (POS) em Milhões de ECV, (2016-2020)

	2016		2017		2018		2019		2020	
	Quantidade	Valor								
Com Cartão Vinti4	17 286 476	64 493	20 313 629	72 845	23 137 455	81 890	25 809 213	90 440	25 015 907	85 495
Levantamentos	5 950 881	30 974	6 390 768	33 135	6 876 073	35 897	7 340 233	38 258	6 546 944	34 867
Transferências	44 931	1 328	55 919	1 609	74 188	2 342	103 437	3 156	151 981	4 291
Carregamento móvel	675 425	259	631 447	278	486 978	276	514 386	314	605 487	356
Pagamentos de serviços	65 190	1 388	78 244	1 731	105 266	1 847	125 242	2 347	132 298	1 340
Pagamento nos POS	10 550 049	30 543	13 157 251	36 092	15 594 950	41 528	17 725 915	46 365	17 576 477	44 587
Com Cartão Internacional	620 521	7 382	770 552	9 086	934 520	11 057	1 216 531	13 234	525 958	5 780
Levantamentos	357 650	4 261	404 793	4 961	442 242	5 511	489 007	6 109	249 713	3 319
Pagamento nos POS	262 871	3 121	365 759	4 125	492 278	5 546	727 524	7 125	276 245	2 461

Fonte: SISP

Em 2020, a rede bancária contou com 7 instituições, 123 agências/balcões (mais 2 agências que em 2019), 199 Caixas Automáticas (ATM - menos 5 que em 2019) e 8.688 Terminais Pagamento Automático (POS - mais 608 que em 2019). Por sua vez as transações com cartão de pagamento nos POS decresceram 13% face a 2019 e as transações nos ATM decresceram 11%.

Tabela 119 - Estatísticas financeiras, (2016-2020)

no	Rede Vinti4					Transações com Cartão de Débito (milhões de ECV) *	
	Instituições de Crédito	Balcões/Agências	Caixa ATM	Terminal POS	POS	ATM	
	Nº	Nº	Nº	Nº			
2016	8	117	171	6 395	30 569	33 413	
2017	7	112	179	8 233	36 352	36 094	
2018	7	118	191	7 121	47 822	45 013	
2019	7	121	204	8 080	55 268	48 327	
2020	7	123	199	8 688	48 089	43 099	

Notas: inclui levantamento (ATM), transferências, pagamentos de serviços, carregamento telemóvel e outras operações.

Fonte: Banco de Cabo Verde

Setor Externo

As contas externas evoluíram desfavoravelmente em 2020. Depois de registar, em 2019, um desempenho mais favorável, a balança de pagamentos registou um défice de 26.176 milhões de escudos (que compara ao excedente de 270 milhões de escudos) em larga medida determinada pelo agravamento da balança corrente. Por seu turno, o aumento do défice da balança comercial

(de bens e serviços) e em 101,1% em 2020 (depois de ter diminuído 19,8% e, 2019) contribuiu grandemente no agravamento da balança corrente.

O desempenho das balanças de rendimento primário e secundário (aumento das remessas de emigrantes, transferências unilaterais de organizações não governamentais e outras individualidades, a par da redução dos fundos expatriados pelos imigrantes), por seu turno, contribuiram para mitigar os efeitos da crise nas contas externas.

O excedente da balança de capital, por seu turno, aumentou de 991 para 1.768 milhões de escudos.

As entradas de fundos para a balança financeira permitiram cobrir 68 por cento das necessidades de financiamento da economia, as restantes foram financiadas pelas reservas oficiais.

Tabela 120 - Balança de Pagamentos, (2016-2020)

	Balança Corrente			Balança de Capital e		Erros e Omissões	Balança Global	
	Total	Bens e Serviços	Rendimento Primário	Rendimento Secundário	Balança de Capital			Balança Financeira
2016	-6 237	-28 157	-5 926	27 845	1 338	-14 377	-335	9 143
2017	-13 577	-37 277	-5 972	29 672	1 576	-9 114	1 695	-1 192
2018	-9 525	-35 056	-4 368	29 899	1 436	-11 230	-2221	921
2019	270	-28 117	-4 231	32 618	991	-15 667	-2424	14 504
2020	-26 176	-56 557	-4 062	34 442	1 768	-13 804	2 251	-8354

Nota: Estatísticas da Balança de Pagamentos, compiladas de acordo com a metodologia da 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional do FMI; Dados sujeitos a revisão.

Fonte: Banco de Cabo Verde

As remessas de emigrantes cresceram a um ritmo menos acelerado, tendo crescido 3,3% em 2020 face aos 10,6% em 2019. A maior parte das remessas recebidas (cerca de 77% do total) foram provenientes de Portugal, França e EUA.

Tabela 121 - Remessa de emigrantes em divisas por país de residência em milhões de ECV (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	18 306	18 599	18 498	20 458	21 138
Alemanha	559	148	141	161	185
Angola	98	134	88	101	61
Espanha	388	411	402	403	393
EUA	3 636	3 638	3 797	4 506	6 115
França	3 843	4 441	4 391	4 932	5 102
Itália	1 226	950	911	892	872
Luxemburgo	652	768	757	759	783
Países Baixos	1 049	1 113	1 089	1 052	1 109
Portugal	5 324	5 441	5 386	6 026	4 957
Reino Unido	200	213	204	241	284
Suíça	512	565	541	525	559
Outros	818	777	791	861	718

Fonte: Banco de Cabo Verde

No período em análise, as remessas provenientes da Área do Euro atingiram uma média de 67% do total, ficando bem abaixo da percentagem dos anos anteriores.

Tabela 122 - Remessa dos emigrantes provenientes dos países Europeus (2016-2020)

	Países Europeus	
	Valor (Milhões ECV)	Peso no total (%)
2016	13 753	75%
2017	14 051	76%
2018	13 822	75%
2019	14 990	73%
2020	14 243	67%

Fonte: Banco de Cabo Verde

Finanças Públicas

A receita total (incluindo a ajuda alimentar e donativos) diminuiu 24,0%, justificado, essencialmente, pela diminuição na arrecadação dos impostos e das outras receitas, como resultado (i) da recessão económica provocada pela pandemia da Covid-19, agravada pelas medidas de contenção da sua disseminação, nomeadamente as interrupções na produção e no comércio, bem como o encerramento de fronteiras e (ii) das medidas adotadas pelo Governo para apoiar a tesouraria das empresas. Em relação ao PIB, a receita total atingiu 27,1% em 2020, tendo atingido os 30,1% registados em 2019.

Tabela 123 - Receitas Públicas - Valores acumulados em milhões de ECV (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Impostos	32 275,0	35 842,2	40 522,8	42 141,2	32 902,4
Impostos sobre o rendimento	10 049,0	11 292,1	12 300,2	12 806,3	9 990,4
Impostos sobre bens e serviços	14 940,5	16 785,5	19 707,7	20 652,0	15 634,7
Impostos sobre transações internacionais	6 813,0	7 223,6	7 733,1	8 011,0	6 593,1
Outros impostos	472,1	541,0	781,9	671,9	684,2
Segurança Social	55,7	60,4	77,8	76,6	78,1
Transferências	4 507,2	6 389,3	2 567,4	6 624,9	5 845,1
Outras Receitas	7 269,7	7 212,7	8 102,4	9 889,1	5 803,6
Rendimentos de propriedade	1 082,7	976,0	1 792,7	2 631,6	1 134,6
Venda de bens e serviços	5 041,6	5 189,2	5 509,4	5 987,0	3 718,9
Multas e outras penalidades	678,8	497,7	369,0	432,9	220,4
Outras transferências	34,9	28,3	24,0	242,4	191,5
Outras receitas diversas e não especificadas	431,8	521,5	407,3	595,2	538,1
Receitas totais	44 107,5	49 504,6	51 270,4	58 731,8	44 629,1

Fonte: Ministério das Finanças

Do lado da despesa (corrente de funcionamento e de investimento), verificou-se um agravamento de 0,5% em 2020, face a 2019. Pese embora o agravamento das despesas orçamentais em resposta à Covid-19 ter sido 2.967,7 milhões de CVE, verifica-se apenas um ligeiro aumento das despesas correntes na ordem de 0,5%, na sequência das medidas de contenção das despesas de funcionamento, adotadas pelo Governo.

Quando comparada em percentagem do PIB, a despesa atingiu 33,4%, contra os 28,1% registados em 2019.

Tabela 124 - Despesas Públicas - Valores acumulados em milhões de ECV (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Despesas com Pessoal	18 364,7	18 890,9	19 580,4	21 176,6	21 842,1
Remunerações Certas e Permanente	17 133,5	17 609,2	18 276,0	19 222,0	19 914,6
Segurança Social	1 231,2	1 281,7	1 304,4	1 954,6	1 927,4
Aquisição de bens e serviços	7 562,7	6 960,6	7 505,0	9 248,3	11 110,1
Juros correntes	4 223,1	4 523,5	4 733,4	4 991,3	4 828,6
Dívida externa	1 747,7	1 789,9	1 827,8	1 866,8	1 613,9
Dívida interna	2 455,4	2 683,6	2 863,3	3 083,3	3 156,3
Outros Encargos	20,0	49,9	42,3	41,1	58,4
Subsídios	167,0	124,1	152,5	160,1	629,9
Transferências correntes	4 895,4	6 001,3	6 344,8	6 041,1	6 482,1
Para Governos estrangeiros	220,5	68,4	163,9	168,9	102,3
Organismos Internacionais	110,3	234,6	206,6	152,7	193,3
Administração pública	4 564,7	5 698,4	5 974,3	5 719,4	6 186,5
Benefícios Sociais	5 165,0	5 541,2	6 237,0	7 272,2	8 268,0
Outras despesas correntes	3 189,1	2 718,2	3 518,7	5 961,0	1 959,4
Despesas	43 566,9	44 759,7	48 071,9	54 850,5	55 120,1
Valor a regularizar					
Pagamento por conta dos Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas totais	43 566,9	44 759,7	48 071,9	54 850,5	55 120,1

Fonte: Ministério das Finanças

A execução orçamental relativa a 2020 apontou para um saldo global negativo de 16.424,5 milhões CVE (cerca de 10%) do PIB, registando um agravamento da situação comparativamente ao ano anterior que assinalou um saldo negativo de 4.679,5 milhões CVE cerca de 2,4% do PIB.

A 31 de dezembro de 2020, os ativos não financeiros registaram uma execução de 5.933,5 milhões de CVE, o que representa cerca de 3,6% do PIB e um decréscimo de 30,7%, comparativamente ao executado em 2019. Este decréscimo é explicado pela paralisação e adiamento de vários projetos de investimentos, em decorrências das medidas de restrição da circulação, adotadas pelo governo, no âmbito do estado de emergência e de calamidade.

Tabela 125 - Resumo das Operações Financeiras do Estado - Valores acumulados em milhões de ECV (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Receitas totais	44 107,5	49 504,6	51 270,4	58 731,8	44 629,1
Receitas Correntes	40 193,6	43 590,1	49 856,0	53 138,2	39 898,9
Receitas De Capital	3 913,9	5 914,5	1 414,5	5 593,6	4 730,2
Despesas totais	43 566,9	44 759,7	48 071,9	54 850,5	55 120,1
Despesas de funcionamento	36 353,8	38 013,9	40 719,8	45 072,1	45 146,5
Despesas correntes de investimento	7 213,1	6 745,8	7 352,1	9 778,4	9 973,7
Resultado Operacional Bruto	540,6	4 744,9	3 198,5	3 881,3	-10 491,0
Ativos não financeiros	5 571,8	9 890,1	8 011,0	8 560,8	5 933,5
Compra de ativos não financeiros	5 610,0	10 058,6	8 065,2	8 900,1	6 033,4
Venda de ativos não financeiros	38,2	168,5	54,1	339,4	99,9
Saldo Global	-5 031,3	-5 145,2	-4 812,5	-4 679,5	-16 424,5
Financiamento	3 530,3	6 582,3	4 423,3	4 179,8	16 381,3
Ativos Financeiros	-5 694,1	-615,1	-4 308,6	-5 747,2	-2 110,8
Passivos Financeiros	9 224,4	7 197,4	8 731,9	9 927,1	18 492,1
Interno líquido	4 770,1	273,4	5 254,1	2 389,8	7 297,8
Externo líquido	4 454,4	6 924,0	3 477,9	7 537,2	11 194,3
Diferencial de financiamento/ discrepância	-1 500,9	1 437,1	-389,2	-499,6	-43,1

Fonte: Ministério das Finanças



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



9 INDÚSTRIA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9) aborda, principalmente, o desenvolvimento da indústria, da inovação e da geração de valor. Para tanto, a infraestrutura é questão básica de suporte. O desenvolvimento tecnológico e a diversificação industrial têm um papel central neste objetivo, uma vez que possibilitam o ganho de eficiência na produção.

Neste tema, para além dos indicadores referentes ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9), são também incorporadas as estatísticas relacionadas com os subtemas indústria e comércio interno, por forma a permitir uma análise mais profunda das características de cada setor e, ao mesmo tempo, conhecer a evolução dos indicadores mais pertinentes.

Indicador 9.1.2. Passageiros e cargas/mercadorias transportados por modalidade de transporte

Transporte Terrestre

Em termos absolutos, em 2020, contabilizaram-se 13.794.316 passageiros transportados nos autocarros em Cabo Verde, portanto, 6.380.793 passageiros transportados a menos do que em 2019, representando um decréscimo de 31,6% face a 2019.

Figura 9 – Movimento de passageiros transportados nos autocarros (2017-2020)



Fonte: Direção-Geral de Viação e Segurança Rodoviária

Transporte Marítimo

O movimento de passageiros nos portos nacionais decresceu em 28,6%, passando de 990.850, em 2019, para 707.187, em 2020. No mesmo período, verificaram-se decréscimos no número de passageiros, tanto no embarque (-29,5%) como no desembarque (-27,7%).

Tabela 126 - Movimento de passageiros nos portos nacionais

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	813 687	839 797	917 305	990 850	707 187
Desembarcados	408 768	420 479	458 058	491 275	355 054
Embarcados	404 919	419 318	459 247	499 575	352 133

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

Em 2020, o movimento de mercadorias nos portos nacionais atingiu 2,156 milhões de toneladas (-19,2% face ao ano anterior). Verificou-se que a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (75,4%), valor coerente com a estrutura da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. As mercadorias embarcadas diminuíram 17,4%, enquanto as desembarcadas decresceram 19,7%.

Tabela 127 - Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	1 802 647	2 015 667	2 595 935	2 667 228	2 155 913
Carregamento	386 312	446 349	545 268	641 531	529 881
Descarregamento	1 416 335	1 569 318	2 050 667	2 025 697	1 626 032

Fonte: Empresa Nacional de Administração dos Portos

Transporte Aéreo

O número de passageiros nos aeroportos e aeródromos nacionais ascendeu a 775.998 em 2020 (-72% face ao ano anterior). O movimento de passageiros, tanto nos voos internacionais como nos domésticos registou um decréscimo na ordem dos 73% e 70%, respetivamente.

Tabela 128 - Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos

	Natureza	2016	2017	2018	2019	2020
Total	Doméstico	764 285	929 595	884 784	821 227	249 679
	Internacional	1 451 607	1 719 636	1 817 448	1 950 704	526 319
	Total	2 215 892	2 649 231	2 702 232	2 771 931	775 998
AIAC - Sal	Doméstico	161 116	181 670	183 405	176 892	46 469
	Internacional	753 580	911 119	1 001 231	1 015 936	261 693
	Total	914 696	1 092 789	1 184 636	1 192 828	308 162
AIPNM - Praia	Doméstico	286 083	370 425	367 897	328 450	106 564
	Internacional	236 501	291 931	269 443	320 520	103 798
	Total	522 584	662 356	637 340	648 970	210 362
AIAP - Boa Vista	Doméstico	65 382	79 084	69 387	63 430	17 325
	Internacional	399 667	433 694	456 393	511 452	124 463
	Total	465 049	512 778	525 780	574 882	141 788
AICE - S. Vicente	Doméstico	157 563	183 329	159 903	150 281	46 758
	Internacional	61 859	82 892	90 381	102 796	36 365
	Total	219 422	266 221	250 284	253 077	83 123
AD - Fogo	Doméstico	55 168	72 949	66 810	66 464	23 372
AD - S. Nicolau	Doméstico	26 476	27 038	23 536	21 977	4 965
AD - Maio	Doméstico	12 497	15 100	13 846	13 733	4 226

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Em 2020, o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal, abrangeu 39,7% do movimento de passageiros (308.162, -74,2% face ao registado em 2019) e 41,2% do movimento de aeronaves. O aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela registou o movimento de 4.047 aeronaves e 210.362 passageiros, correspondendo a variações de -59,6% e -67,6%, respetivamente.

O tráfego aéreo internacional abrangeu 67,8% do movimento de passageiros e 55,6% do movimento de aeronaves, refletindo variações de -61,7% e -73,0%.

Tabela 129 - Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos

	Natureza	2016	2017	2018	2019	2020
Total	Doméstico	15 920	20 483	16 824	16 083	5 844
	Internacional	14 289	15 729	17 253	19 119	7 318
	Total	30 209	36 212	34 077	35 202	13 162
AIAC - Sal	Doméstico	3 655	4 240	3 455	3 523	1 021
	Internacional	7 509	8 239	9 974	11 053	4 407
	Total	11 164	12 479	13 429	14 576	5 428
AIPNM - Praia	Doméstico	5 576	7 926	6 990	6 426	2 467
	Internacional	3 065	3 310	2 959	3 581	1 580
	Total	8 641	11 236	9 949	10 007	4 047
AIAP - Boa Vista	Doméstico	1 508	1 608	1 240	1 185	496
	Internacional	3 092	3 400	3 494	3 550	896
	Total	4 600	5 008	4 734	4 735	1 392
AICE - S. Vicente	Doméstico	3 273	4 366	3 068	2 853	1 017
	Internacional	623	780	826	935	435
	Total	3 896	5 146	3 894	3 788	1 452
AD - Fogo	Doméstico	1 052	1 418	1 269	1 336	564
AD - S. Nicolau	Doméstico	604	574	482	460	155
AD - Maio	Doméstico	252	351	320	300	124

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Foram registados 703.668 kg de cargas movimentadas nos aeroportos e aeródromos nacionais em 2020, refletindo uma variação de -49,4% relativamente a 2019. O Aeroporto Internacional da Praia, Nelson Mandela, assegurou 60,0% do total de cargas movimentadas, enquanto o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral – Sal 22,1%. No tocante ao movimento de correios, registou-se, em 2020, uma diminuição bastante acentuada do volume do tráfego postal. A diminuição foi de -51,5%. Assim, o movimento dos correios nos voos domésticos foi de 122.994 kg (-52,1% face a 2019) e 98.372 kg nos voos internacionais (-50,8% face a 2019).

Tabela 130 - Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos

	Natureza	2016	2017	2018	2019	2020
Total	Doméstico	1 339 505	920 984	445 297	380 341	145 364
	Internacional	1 398 489	1 206 124	865 719	1 009 893	558 304
	Total	2 737 994	2 127 108	1 311 016	1 390 234	703 668
AIAC - Sal	Doméstico	393 360	291 338	139 877	103 815	28 847
	Internacional	422 941	326 387	289 462	339 526	126 619
	Total	816 301	617 725	429 339	443 341	155 466
AIPNM - Praia	Doméstico	486 278	352 007	216 836	169 153	69 062
	Internacional	623 569	606 692	396 538	481 497	353 111
	Total	1 109 847	958 699	613 374	650 650	422 173
AIAP - Boa Vista	Doméstico	153 927	86 329	15 956	20 529	7 261
	Internacional	54 793	45 846	51 995	46 429	12 671
	Total	208 720	132 175	67 951	66 958	19 932
AICE - S. Vicente	Doméstico	242 857	149 777	61 782	71 675	31 834
	Internacional	297 186	227 199	127 724	142 441	65 903
	Total	540 043	376 976	189 506	214 116	97 737
AD - Fogo	Doméstico	25 562	20 595	6 410	5 631	4 809
AD - S. Nicolau	Doméstico	23 570	13 755	2 482	6 504	2 079
AD - Maio	Doméstico	13 951	7 183	1 954	3 034	1 472

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

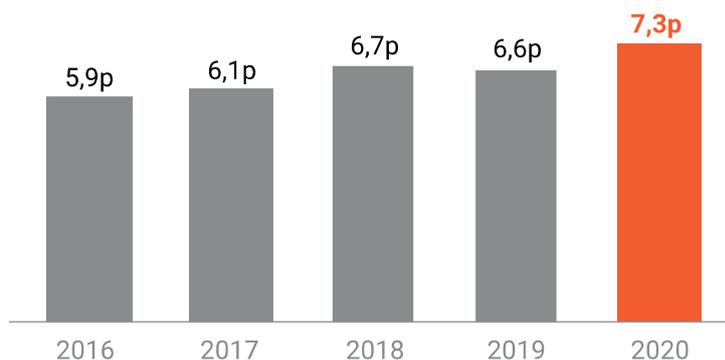
Tabela 131 – Movimento de correios (em Kg), por aeroportos

	Natureza	2016	2017	2018	2019	2020
Total	Doméstico	174 409	231 770	228 731	256 665	122 994
	Internacional	143 055	159 571	176 632	199 947	98 372
	Total	317 464	391 341	405 363	456 612	221 366
AIAC - Sal	Doméstico	35 734	53 521	37 993	47 368	18 885
	Internacional	33 080	48 915	32 754	29 497	19 472
	Total	68 814	102 436	70 747	76 865	38 357
AIPNM - Praia	Doméstico	73 342	100 101	104 466	115 916	59 287
	Internacional	83 498	85 549	110 030	131 065	62 069
	Total	156 840	185 650	214 496	246 981	121 356
AIAP - Boa Vista	Doméstico	9 686	11 481	13 947	13 852	5 577
	Internacional	8	501	105	0	9
	Total	9 694	11 982	14 052	13 852	5 586
AICE - S. Vicente	Doméstico	42 115	48 179	49 742	55 078	26 077
	Internacional	26 469	24 606	33 743	39 385	16 822
	Total	68 584	72 785	83 485	94 463	42 899
AD - S. Filipe	Doméstico	4 876	7 678	9 158	10 174	5 617
AD - S. Nicolau	Doméstico	5 380	7 236	9 815	10 195	5 092
AD - Maio	Doméstico	3 276	3 574	3 610	4 082	2 459

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Indicador 9.2.1. Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

Dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram um crescimento em 0,7 p.p. (pontos percentuais) do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do Produto Interno Bruto, passando de 6,6%, em 2019, para 7,3%, em 2020 (dados provisórios).

Gráfico 48- Valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB

p - Provisórios

Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 9.2.2. Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total

Em 2020, o emprego no setor da indústria transformadora em percentagem do emprego total atingiu a taxa mais baixa dos últimos cinco anos e que representa uma variação de -1,6 p.p. face a 2019.

Gráfico 49 – Emprego da indústria transformadora em percentagem do emprego total (2016-2020)



Fonte: INE, Estatísticas de emprego e mercado de trabalho

Indicador 9.b.1. Peso do valor acrescentado das indústrias de média e alta tecnologia no valor acrescentado total

Dados do Instituto Nacional de Estatística demonstram que o peso do Valor Acrescentado Bruto da indústria transformadora no VAB Bruto Total, tem registado uma evolução crescente entre 2016 e 2018. Em 2019, decresceu 0,1 p.p., situando-se nos 7,8% para no ano 2020 voltar a evoluir positivamente com um crescimento de 0,7 p.p. (dados provisórios).

Gráfico 50 - Peso do Valor Acrescentado da indústria transformadora no Valor Acrescentado Bruto total (%)



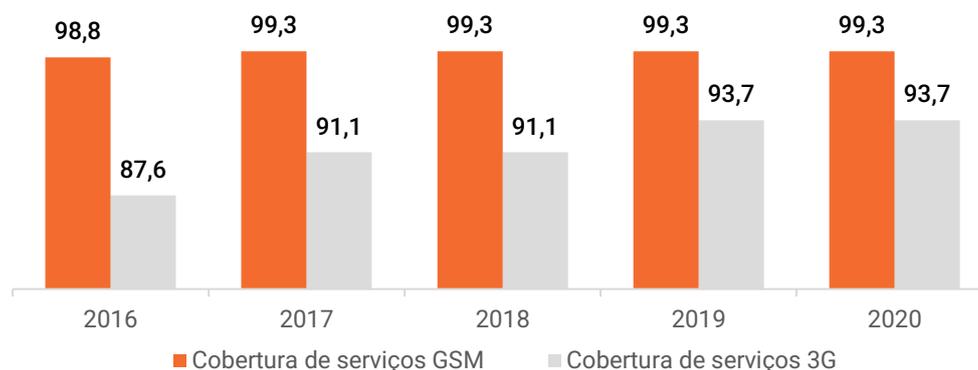
Fonte: INE, Contas Nacionais

Indicador 9.c.1. Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia

Segundo dados da Agência Reguladora Multissetorial da Economia, de 2016 a 2020, o acesso às tecnologias de informação e comunicação, através da cobertura da rede móvel em Cabo Verde, pelo Sistema Global para Comunicações Móveis (GSM), manteve-se constante nos últimos quatro anos. No mesmo período em análise, a cobertura da rede móvel pelos serviços 3G que conheceu um ligeiro aumento em 2017 face a 2016 e, em 2019 face 2017.

De acordo com o gráfico 51, em 2020, 99,3 % da população esteve coberta com serviços GSM, valor idêntico verificado nos anos de 2017 a 2019, enquanto 93,7% com serviços 3G (valor idêntico verificado em 2019 e +2,6 p.p. do que o verificado em 2018).

Gráfico 51 – Proporção da população coberta por rede móvel, por tipo de tecnologia (2016-2020)



Fonte: Agência Reguladora Multissetorial da Economia

OUTROS INDICADORES

Indústria

Em 2019, estavam em atividade 1.022 empresas do setor de indústria em Cabo Verde, representando uma variação de 10,2% face ao ano anterior (um aumento de 95 empresas).

Das 1.022 empresas de indústria, 20,6% trabalhavam no ramo de “indústrias alimentares”, 19,3% na “fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos”, e 12,7% na “fabricação de mobiliários e de colchões”.

O número de pessoal ao serviço nas empresas do setor de indústria atingiu os 9.388, menos 448 do que em 2018. Em termos absolutos, a redução mais expressiva do pessoal ao serviço foi registada nas indústrias das bebidas (- 517 pessoas ao serviço) e na fabricação de mobiliário e de colchões (- 147 pessoas ao serviço). Em sentido contrário, o pessoal ao serviço nos setores de “fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos”, “indústria do vestuário” e “indústria da madeira, exceto mobiliário, da cortiça e obras” cresceu, refletindo variações de +24,8%, +8,4% e +6,8%, respetivamente. Em 2019, as indústrias alimentares empregaram 42,6% do pessoal ao serviço que labora no setor da indústria.

Em 2019, o indicador económico - volume de negócios – continuou a evoluir positivamente. Cresceu 4,6% (+15,7% em 2018). O ramo de indústrias alimentares foi o que mais faturou (44,4% do volume de negócios total do setor de indústria).

Comércio Interno

De acordo com os resultados do Inquérito Anual às Empresas, em 2019 as empresas de comércio mantiveram a tendência de crescimento de alguns dos seus indicadores: o volume de negócios, o número de pessoal ao serviço e o número de efetivos cresceram 26,4%, 6,1% e 6,4% respetivamente.

O volume de negócios, gerado pelas empresas do ramo comércio, situou-se em 160.946 milhões de escudos cabo-verdianos. Por divisão, o destaque vai para o comércio por grosso (CAE 46), que concentrou 51,8% do volume de negócios do ramo, seguindo-se o comércio a retalho (CAE

47) 44,7% e, com menor expressão, o comércio, manutenção e reparação de automóveis e motociclos (CAE 45) 3,5%.

Tabela 132 - Estrutura do tecido empresarial do setor do comércio (2019)

	Efetivo		Pessoal ao serviço		Volume de negócios	
	N.º	%	N.º	%	Valor (Milhões de CVE)	%
Cabo Verde	4 928	100,0	17 100	100,0	160 946	100,0
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	436	8,8	1 380	8,1	5 641	3,5
46 - Comércio por Grosso	325	6,6	3 185	18,6	83 405	51,8
47 - Comércio a Retalho	4167	84,6	12 535	73,3	71 900	44,7

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Em termos de dimensão das unidades comerciais, verificou-se que 70,2% das empresas de comércio foram consideradas microempresas, 8,2%, pequenas empresas e 21,7%, médias e grandes empresas. Verifica-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) representava cerca de 87% das microempresas, 81 % das pequenas empresas e 79% das médias e grandes empresas.

Tabela 133 - Unidades comerciais segundo a dimensão das empresas (2019)

	Dimensão das unidades comerciais		
	Micro	Pequena	Média & Grande
Cabo Verde	3 458	402	1 068
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	332	49	55
Comércio por Grosso, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	131	27	167
Comércio a Retalho, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	2 995	326	846

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Quanto à forma jurídica, 81,5% das empresas do setor do comércio eram Empresas em Nome Individual (ENI) & Sociedade Unipessoal por Quota (SU). Nota-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) albergava 88,7% das ENI & SU, 68,3% das empresas de Sociedade Por Quotas (SPQ) e 46,6% das empresas de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL).

Tabela 134 - Empresas do setor do comércio, segundo a forma jurídica (2019)

	Forma jurídica		
	ENI & SU	SPQ	SARL e Outras
Cabo Verde	4 016	824	88
Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	323	102	11
Comércio por Grosso	130	159	36
Comércio a Retalho	3 563	563	41

ENI – Empresas em Nome Individual
SU – Sociedade Unipessoal por Quotas
SPQ – Sociedade por Quota

SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

O número de pessoal ao serviço nas empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar registou um crescimento de 1,9% face a 2018, situando-se nos 16.427

em 2019. O comércio a retalho empregou a maioria dos trabalhadores (50,7%), o comércio por grosso 8,6% e, as restantes empresas do comércio 40,7%.

Constatou-se, em 2019, que 87,4% das empresas que se dedicam ao comércio têm até 5 pessoas ao serviço. Destas empresas, a maioria (90,6%) pertencia ao ramo de comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos.

Tal como nos anos anteriores, as empresas de comércio a retalho com predominância alimentar mantiveram-se em maioria (62,1%, +3,9 p.p. face a 2018). Foram responsáveis por 47,9% de pessoal ao serviço no ramo comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (+6,9 p.p. face ao ano anterior) e geraram 32,7% do total do volume de negócios do ramo (+17,1 p.p. face a 2018).

Tabela 135 – Empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	4 379	4 389	4 388	4 631	4 674
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	2 743	2 785	2 637	2 696	2 903
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	125	132	142	127	140
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	68	74	107	85	66
Restantes Empresas do Comércio	1 443	1 398	1 502	1 723	1 565

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Tabela 136 – Pessoal ao serviço das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	12 296	13 086	18 406	16 119	16 427
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	5 356	5 467	8 528	6 610	7 863
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	1 168	1 462	1 590	1 495	1 417
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	132	162	849	511	464
Restantes Empresas do Comércio	5 640	5 995	7 439	7 503	6 683

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Tabela 137 - Volume de negócios (em milhões CVE) das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	95 316	96 595	111 557	127 343	160 166
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	17 539	17 700	19 812	19 744	52 297
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	25 896	29 146	33 066	35 076	35 539
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	476	434	2 917	2 795	2 750
Restantes empresas do Comércio	51 405	49 315	55 762	69 729	69 580

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

No período de 2015 a 2019, registou-se um aumento de 6,7% no número de empresas comerciais (+295 empresas), isto é, um crescimento médio anual de 1,6%. Em termos de variação anual, na ilha de S. Nicolau, verificou-se um maior crescimento (+329,0% face a 2018), passando de 62 empresas para 266.

Tabela 138 - Empresas do setor do comércio, por ilhas (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	4 379	4 389	4 388	4 631	4 674
Santo Antão	454	449	445	531	458
S. Vicente	888	900	911	987	1 006
S. Nicolau	200	257	171	62	266
Sal	316	331	365	427	369
Boa Vista	87	67	194	157	148
Maio	167	98	61	20	29
Santiago	1 962	1 949	1 909	1 926	2 029
Fogo	230	287	290	418	268
Brava	75	51	42	103	101

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

O número de pessoal ao serviço nas empresas do setor do comércio, cresceu 1,9% face a 2018. Das 16.427 pessoas ao serviço no setor do comércio em 2019, 47,9% estavam na ilha de Santiago, que também albergava 43,4% das empresas comerciais do país.

Tabela 139 - Pessoal ao serviço nas empresas do setor do comércio, por ilhas (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	12 296	13 086	18 406	16 119	16 427
Santo Antão	842	917	1 159	994	1 134
S. Vicente	3 056	3 352	4 852	4 255	4 170
S. Nicolau	329	397	470	179	490
Sal	998	1 083	1 521	1 428	1 412
Boa Vista	342	209	808	545	518
Maio	245	169	172	48	65
Santiago	5 810	6 255	8 362	7 548	7 871
Fogo	525	579	901	959	546
Brava	148	125	161	164	221

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Quanto ao volume de negócios, cresceu 25,8% face a 2018. As empresas comerciais, situadas na ilha de Santiago, foram as que mais faturaram (45,3% do volume de negócios total), seguidas das de S. Vicente com 36,0% do volume de negócios total.

Tabela 140 - Volume de negócios (em milhões de CVE) das empresas de comércio, por ilhas (2015-2019)

	2015	2016	2017	2018	2019
Cabo Verde	95 316	96 595	111 557	127 343	160 166
Santo Antão	2 103	2 623	2 641	2 978	5 123
S. Vicente	37 018	34 820	43 341	51 603	57 588
S. Nicolau	465	473	619	664	941
Sal	8 663	10 157	13 720	14 777	18 935
Boa Vista	1 086	1 266	2 203	2 538	2 424
Maio	271	357	206	144	190
Santiago	44 013	45 217	46 915	52 675	72 501
Fogo	1 245	1 306	1 583	1 713	1 929
Brava	454	376	328	253	535

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

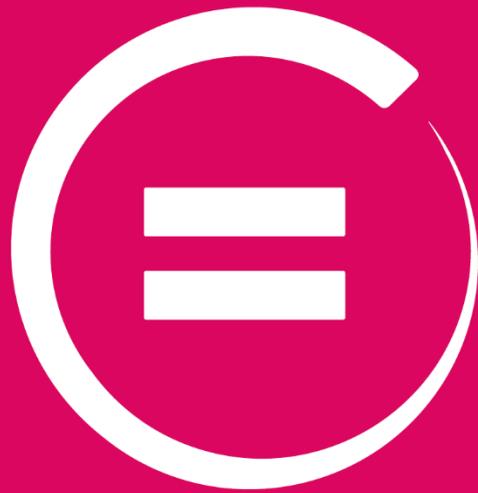
Tabela 141 - Empresas do setor do comércio, por concelhos (2019)

	Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	Comércio por Grosso	Comércio a Retalho
Cabo Verde	182	325	4 167
Ribeira Grande	1	0	268
Paul	0	0	45
Porto Novo	3	3	138
S. Vicente	45	58	903
Ribeira Brava	1	4	206
Tarrafal de S. Nicolau	1	1	53
Sal	9	56	304
Boa Vista	9	14	125
Maio	3	2	24
Tarrafal	0	3	162
Santa Catarina	15	3	282
Santa Cruz	6	1	129
Praia	78	173	903
S. Domingos	4	0	49
S. Miguel	0	2	108
S. Salvador do Mundo	0	0	36
S. Lourenço dos Órgãos	0	0	1
Ribeira Grande de Santiago	0	0	74
Mosteiros	0	0	53
S. Filipe	7	5	106
Santa Catarina do Fogo	0	0	97
Brava	0	0	101

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



10 REDUZIR AS DESIGUALDADES

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Indicador 10.1.1. Taxa de crescimento das despesas das famílias ou rendimento *per capita* dos 40% da população com menores recursos e a população total.

Entre a população mais vulnerável, neste caso entre os 40% da população com menores recursos, ou seja, os dois primeiros quintis com menores recursos, regista-se um aumento das despesas médias anuais *per capita* por pessoa de 3,2% de 2015 para 2020, sendo o maior aumento registado no meio rural (3,9%), comparando com o meio urbano (2,4%), muito provavelmente pelo aumento das necessidades e impacto dos anos sucessivos de seca em Cabo Verde.

Tabela 142 - Evolução da despesa anual média *per capita* no agregado, segundo o quintil das despesas

40% POPULAÇÃO COM MENOS DESPESAS	Despesas totais			Despesas médias anuais por agregado				Despesas médias anuais, por pessoa, no agregado				
	2015	2019	2020	TCA ^[1]			TCA ^[1]					
				2015 - 2020	2015	2019	2020*	2015 - 2020	2015	2019	2020	2015 - 2020
Cabo Verde	13 075 344 594	17 477 069 187	16 634 496 799	4,9	343 701	388 266	406 818	3,4	63 929	79 475	74 965	3,2
Meio de Residência												
Urbano	6 644 985 124	9 223 004 080	9 031 196 049	6,3	370 988	421 480	434 560	3,2	68 514	84 011	77 305	2,4
Rural	6 430 359 470	8 254 065 107	7 603 300 750	3,4	319 423	356 939	367 110	2,8	59 794	74 953	72 363	3,9

* Em 2020 o total do agregado no grupo dos 40% reduziram (39150) em relação a 2019 (44978) e o tamanho médio do agregado foi de 5,4, e em 2019, 4,9.

Fonte: INE - Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) 2001/2002, 2015 e 2019-2020 Estimação da pobreza

Indicador 10.2.1. Proporção de pessoas que vivem em agregados familiares com um rendimento inferior a 50% do rendimento mediano, por sexo, grupo etário e tipo de limitação.

Tendo em conta que em 2015, os dados sobre rendimento não foram tratados, apresenta-se um indicador co-relacionado que diz respeito a despesa de consumo. Em 2015, cerca de 23,8% da população de Cabo Verde (121 897 pessoas) vivia em agregados cuja despesa média anual *per capita* era inferior a 60% da despesa mediana anual *per capita* e, 9,6% (49 134), abaixo dos 40% da despesa mediana anual *per capita*, registada no âmbito do último inquérito às despesas e receitas familiares.

Tabela 143 - Proporção da população que vive em agregados familiares com uma despesa média anual per capita inferior a 60% e a 40% da despesa mediana per capita, por meio de residência, sexo e grupo etário (2015-2020)

População que vive com menos de 50% do consumo mediano			
	2015	2019	2020
Sexo			
Masculino	14,6%	6,4%	5,1%
Feminino	15,3%	6,8%	5,2%
Total	15,0%	6,6%	5,2%
Grupo etário			
0-4 ANOS	20,2%	10,3%	10,4%
5-9 ANOS	19,9%	9,5%	8,1%
10-14 ANOS	19,1%	11,8%	9,2%
15-24 ANOS	15,7%	6,7%	5,4%
25-34 ANOS	11,5%	5,8%	4,0%
35-64 ANOS	11,6%	4,3%	2,9%
65 ANOS OU MAIS	11,4%	3,3%	2,3%
Total	14,9%	6,6%	5,2%

Fonte: INE – Estimação da pobreza

Indicador 10.3.1. Proporção da população que reportou sentir-se pessoalmente discriminada ou assediada, nos últimos 12 meses, por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação internacional dos direitos humanos.

Em 2016, segundo os dados do módulo da Governança, Paz e Segurança, a percentagem da população de 18 anos ou mais que reportou ter sido discriminada foi de 31,7%.

Indicador 10.5.1. Indicadores de solidez financeira

O rácio de solvabilidade do sistema bancário nacional fixou-se em 19,4% em 2020, com uma redução face a 2019 na ordem de 1,7 pontos percentuais.

Tabela 144 - Indicadores de solidez financeira (%)

Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Rácio de Solvabilidade	16,1	15,5	17,3	16,2	17,7	19,4
Imparidade	63,5	63,2	64,7	65,9	52,0	46,8
Ativos Ponderados pelo Risco	14,8	15,5	16,4	16,1	18,2	19,8

Nota: No Relatório 2019, os dados relativos ao ano 2018 são provisórios. Segundo o BCV, os dados do setor externo, principalmente da Balança de Pagamentos estão sujeitas a atualizações. Por norma, os dados são provisórios por até sensivelmente 3 anos.

Indicador 10.b.1 Fluxos de recursos totais para o desenvolvimento, por países receptores e doadores e tipo de fluxo (por exemplo, assistência oficial ao desenvolvimento, investimento estrangeiro direto e outros fluxos) - milhões de CVE - (2015 - 2019)

Os fluxos de Investimento Direto Estrangeiro diminuíram 30,2% em 2020, face ao ano de 2019. Em contrapartida, os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento e os das remessas de emigrantes aumentaram na ordem de 16,5% e 4,4% respetivamente.

Tabela 145 - Ajuda pública ao desenvolvimento, Investimento Direto do Estrangeiro no país e remessas de emigrantes (correntes e capitais) (Fluxos em milhões de CVE) (2015-2019)

Indicadores	2016	2017	2018	2019	2020
Ajuda Pública ao Desenvolvimento	12 002	17 213	13 059	17 411	20 291
Investimento Direto Estrangeiro no País.	12 559	10 867	10 048	10 375	7 244
Remessas de emigrantes (correntes e capitais)	19 717	19 433	20 067	21 562	22 508

Fonte: Banco de Cabo Verde



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), conhecido como ODS das cidades, tem como metas cidades mais inclusivas, seguras, sustentáveis e resilientes a desastres ou a eventos incomuns.

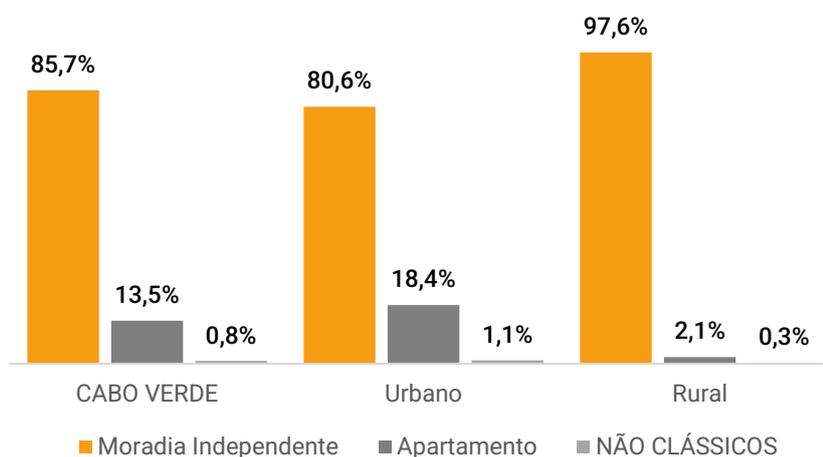
A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier II” (existe metodologia, mas não há disponibilidade de dados) e “Tier III” (indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída). Portanto, para o AECV_2020, apresenta-se o *proxy* para o indicador disponível para Cabo Verde.

OUTROS INDICADORES

As famílias cabo-verdianas habitavam, em 2019, na sua grande maioria, em alojamentos clássicos (99,2%), sendo (86%) do tipo moradias independentes e (13,5%) em apartmanetos. Pode-se notar, que aproximadamente (1%) das famílias viviam em moradias do tipo não clássicos.

Da análise por meio de residência, constatou-se que os agregados familiares do meio rural habitavam, maioritariamente, nas moradias independentes (97,6%). No meio urbano, verificou-se que 80,6% dos agregados familiares habitavam em moradias independentes e 18,4% em apartamentos. Nesta análise pode-se constatar ainda que, em 2019, a percentagem de agregados familiares que habitavam em alojamento do tipo não clássico (barracas, casa de bidão, contentores e outros), foi superior no meio urbano (1,1%) que no meio rural (0,3%).

Gráfico 52 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a tipologia do alojamento que habita por meio residência. (2019)



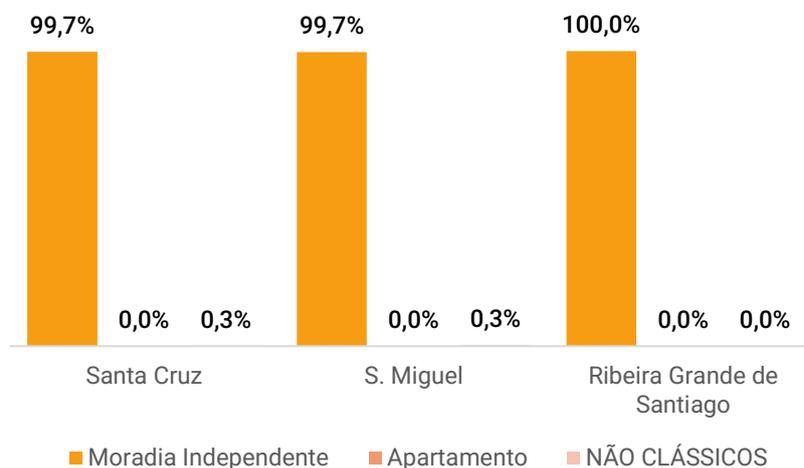
Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Observação: Os alojamentos clássicos compreendem a moradia independente e o apartamento.

Analisando especificamente os dados, optou-se por fazer uma análise isolada dos seguintes concelhos: (I) Santa Cruz, (II) S. Miguel e (III) Ribeira Grande de Santiago, por serem os concelhos com as taxas de moradias independentes mais elevadas, em 2019.

Pode-se constatar que em Ribeira Grande de Santiago, em 2019, 100% dos agregados familiares habitavam em moradia do tipo independente. Os concelhos de Santa Cruz e São Miguel são idênticos.

Gráfico 53 – Distribuição percentual (%) dos Agregados familiares segundo a tipologia do alojamento que habita – Concelhos de Santa Cruz, S. Miguel e Ribeira Grande de Santiago

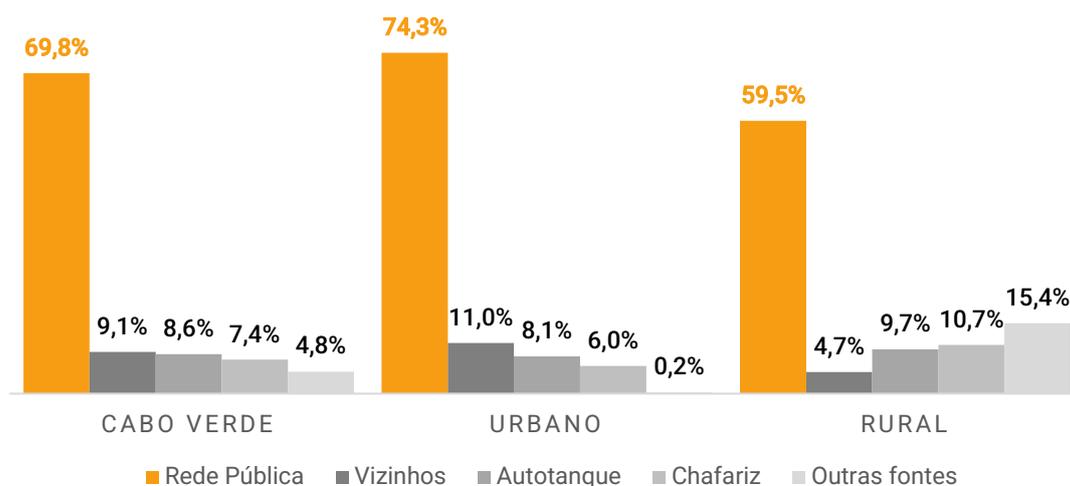


Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Em 2019, a nível nacional, aproximadamente 70% dos agregados familiares residiam em alojamentos com ligação à rede pública de distribuição de água, ou seja, com acesso à água canalizada, 9% abastecem na casa dos vizinhos, 7,4% nos chafrizes, 8,6% recorrem a autotanques e 4,8% a outras fontes (cisternas, nascentes, poços, etc).

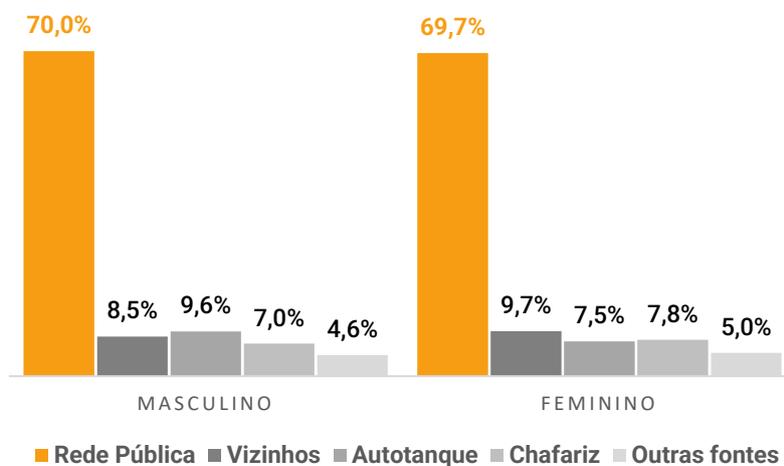
Comparativamente ao meio de residência, Urbano e Rural, pode-se notar uma semelhança no que tange ao meio mais utilizado como fonte de abastecimento de água, que é a rede publica.

Gráfico 54 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água por meio de residência. (2019)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

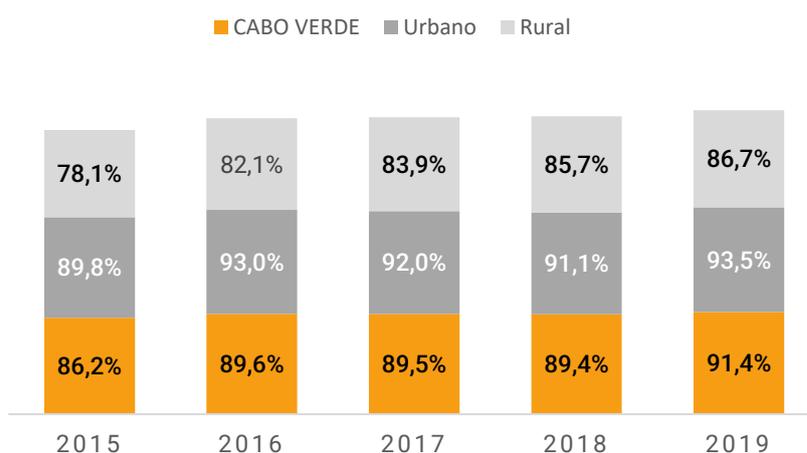
Gráfico 55 – Distribuição percentual (%) dos agregados familiares segundo a principal fonte de abastecimento de água por sexo do representante. (2019)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

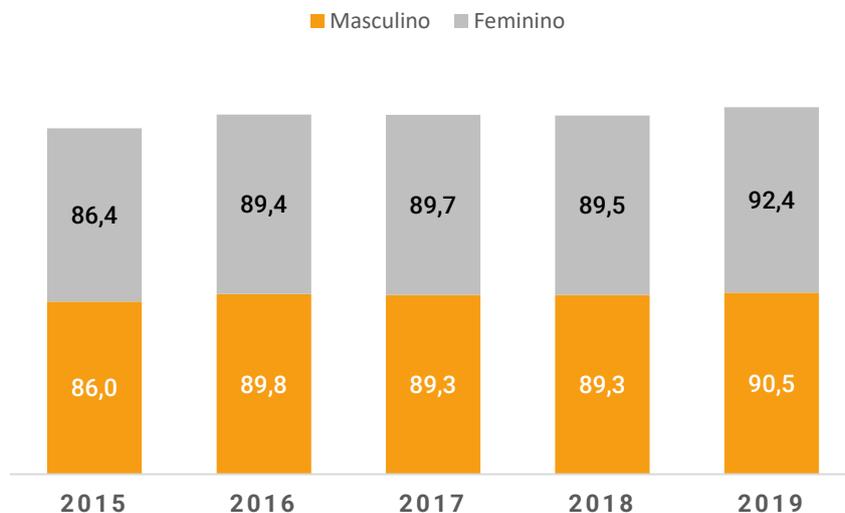
Em 2019, a percentagem de agregados familiares que habitavam em alojamentos com eletricidade fixava-se em 91,4%. O acesso à eletricidade continua ainda a mostrar algumas discrepâncias entre o meio urbano e o rural, sendo que este indicador é mais favorável no meio urbano com 93,5%, contra 86,7% no meio rural. No entanto, vale ressaltar que o meio rural vem reduzindo sistematicamente o “gap” com o meio urbano, se em 2015 essa defasagem era de 12,0%, em 2019 foi 7%. De realçar que em 2018 este “gap” foi o menor entre anos analisados, tendo situado em apenas 5%.

Gráfico 56 – Evolução (%) do acesso dos agregados familiares à eletricidade por meio de residência (2015-2019)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Gráfico 57 – Evolução (%) do acesso dos agregados familiares à eletricidade por sexo do representante. (2015-2019)



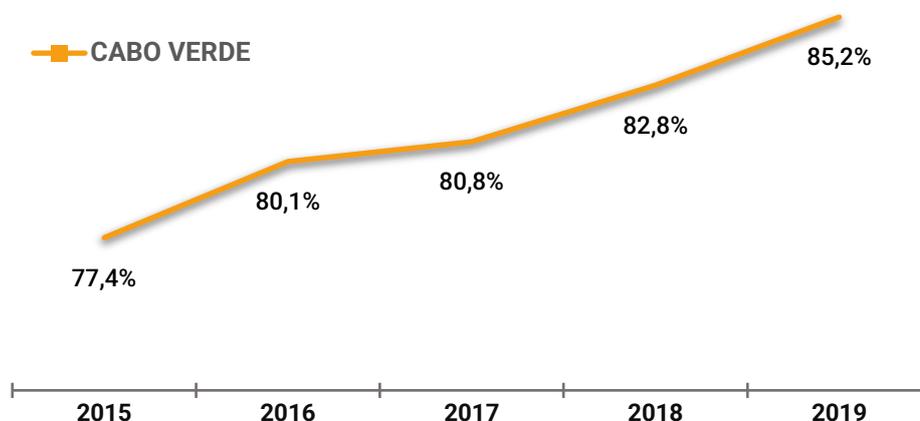
Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

No que se refere ao saneamento, em 2019, constatou-se que 85,2% dos agregados familiares dispunham de sanitas/retretes no alojamento. Comparativamente ao ano de 2018, tivemos um acréscimo de 2,4 p.p. nos agregados familiares com acesso a instalações sanitárias.

Gráfico 11 – Evolução da percentagem dos agregados familiares com acesso a instalações sanitárias (sanita/retrete). (2015-2019).

No que se refere ao saneamento, em 2019, constatou-se que 85,2% dos agregados familiares dispunham de sanitas/retretes no alojamento. Comparativamente ao ano de 2018, tivemos um acréscimo de 2,4 p.p. nos agregados familiares com acesso a instalações sanitárias.

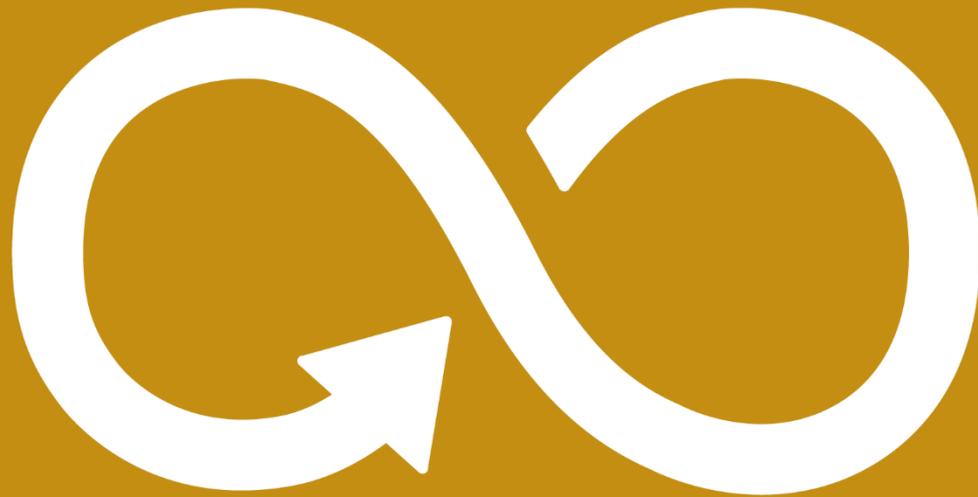
Gráfico 58 – Evolução da percentagem dos agregados familiares com acesso a instalações sanitárias (sanita/retrete). (2015-2019)



Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12) visa a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas-chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

A maioria dos indicadores propostos para este objetivo está classificada como “Tier III”, ou seja, indicadores para os quais ainda não se tem uma metodologia concertada e a base de dados precisa ser construída. Portanto, para o AECV-2020, ainda não se tem indicadores deste objetivo disponíveis para Cabo Verde. Neste tema, apresentam-se dados e informações relevantes ao setor do turismo, uma vez que este se afigura como uma meta em três dos 17 objetivos da Agenda 2030, nomeadamente o ODS 8, o 12 e o 14.

OUTROS INDICADORES

Oferta Turística

Em 2020, havia 124 estabelecimentos em funcionamento, com uma capacidade de 4.094 camas (-80,6% face a 2019).

Tabela 146 - Número de estabelecimentos, quartos, camas, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
N.º Estabelecimentos	233	275	284	284	124
N.º de Quartos	11 435	12 463	13 187	13 092	2 614
N.º de Camas	18 382	20 421	21 046	21 059	4 094
Capacidade de Alojamento	24 376	26 987	27 860	27 911	5 655
Pessoal ao Serviço	7 742	8 825	9 417	9 050	1 577

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimentos Hoteleiros

As pensões, em número de 41, representaram 33,1% do número de estabelecimentos, seguindo-se-lhes as residenciais com 31,5%, os hotéis com 23,4%, os hotéis-apartamentos com 6,5% e, por fim, as pousadas e os aldeamentos turísticos, com 4,0% e 1,6%, respetivamente.. Houve um decréscimo generalizado no número de estabelecimentos turísticos em funcionamento. A redução mais acentuada ocorreu no número dos hotéis-apartamentos (-63,6%), seguindo-se-lhes os hotéis e as residenciais(-60,3% e -60,2%, respetivamente).

Tabela 147 - Número de Estabelecimentos por tipo de estabelecimento de alojamento (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	233	275	284	284	124
Hotéis	64	69	73	73	29
Pensões	59	62	88	77	41
Pousadas	8	9	10	10	5
Hotéis-apartamentos	17	20	21	22	8
Aldeamentos turísticos	8	10	10	4	2
Residenciais	77	105	82	98	39

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimentos Hoteleiros

O setor empregou 1.577 pessoas (-82,6% face a 2019). Os hotéis continuaram a empregar o maior número de pessoas, representando, em 2020, cerca de 71% do total do pessoal ao serviço, seguindo as pensões com 14,1% e as residenciais com 7,7%.

Tabela 148 - Pessoal ao serviço por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	7 742	8 825	9 417	9 050	1 577
Hotéis	6 517	7 443	7 941	7 715	1 118
Pensões	357	354	526	484	222
Pousadas	57	66	67	62	19
Hotéis-apartamentos	183	256	263	363	85
Aldeamentos turísticos	304	300	323	66	11
Residenciais	324	406	297	360	122

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimentos Hoteleiros

Os dados da tabela 149 mostram, em termos gerais, que em todas as ilhas houve uma diminuição do número de estabelecimentos turísticos. Em termos absolutos, essa variação verificou-se mais acentuadamente na ilha de S. Vicente, tendo-se registado uma diminuição de 39 estabelecimentos turísticos seguindo-se Santiago (-29), Fogo (-22), Boa Vista (-21) e Sal (-20).

Tabela 149 - Número de estabelecimentos turísticos por ilha (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Cabo Verde	233	275	284	284	124
Santo Antão	42	68	71	75	61
S. Vicente	41	45	48	49	10
S. Nicolau	9	9	8	10	4
Sal	29	31	30	30	10
Boa Vista	22	22	26	24	3
Maio	9	9	8	8	5
Santiago	50	50	53	49	20
Fogo	22	32	31	30	8
Brava	9	9	9	9	3

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Em 2020, a diminuição mais acentuada, em termos absolutos, do pessoal ao serviço foi registado na ilha do Sal (-4.235) e na ilha da Boa Vista (-2.210) quando comparado com 2019.

Tabela 150 - Pessoal ao serviço nos estabelecimentos de alojamento turístico por ilha (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Cabo Verde	7 742	8 825	9 417	9 050	1 577
Santo Antão	230	396	412	410	219
S. Vicente	515	511	549	549	173
S. Nicolau	37	36	33	34	12
Sal	4 070	4 936	5 068	4 787	552
Boa Vista	1 910	1 918	2 339	2 237	27
Maio	25	28	26	26	13
Santiago	819	844	827	822	525
Fogo	110	132	134	159	49
Brava	26	24	29	26	7

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Procura Turística

Os estabelecimentos de alojamento turístico registaram 207.125 hóspedes que proporcionaram 1.150.641 dormidas, correspondendo a variações de -74,7% e -77,5%, respetivamente, face a 2019.

Em 2020, os hotéis continuaram a ser os estabelecimentos de alojamento turístico mais procurados, representando 87,4% do total das entradas. Seguem-se-lhes as pensões e as residenciais, com 4,9% e 4,3%, respetivamente.

Tabela 151 - Hóspedes por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	644 429	716 775	765 696	819 308	207 125
Hotéis	543 128	618 774	665 659	711 546	181 026
Pensões	20 051	22 950	25 191	36 867	10 066
Pousadas	4 743	4 618	5 179	5 388	1 455
Hotéis-apartamentos	13 482	17 734	17 085	12 532	4 597
Aldeamentos turísticos	35 672	21 821	23 131	21 901	1 109
Residenciais	27 353	30 878	29 451	31 074	8 872

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Do total dos hóspedes, 27.239 são do mercado interno (Cabo Verde), valor que representou uma variação de -55,6%.

Os hóspedes que visitaram Cabo Verde, em 2020, provieram, essencialmente, do Reino Unido (19,4%), França (11,8%), Alemanha (11,0%) e Bélgica + Holanda (9,8%). Nota-se ainda uma certa diversificação dos hóspedes, pelo facto de os “outros países” terem contribuído com 21,3% do total das entradas de turistas.

Tabela 152 - Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual dos hóspedes (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	644 429	716 775	765 696	819 308	207 125
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	44 942	47 383	54 550	57 370	25 758
Estrangeiros	1 455	1 699	1 493	3 956	1 481
Estrangeiros					
África do Sul	611	564	841	820	189
Alemanha	71 448	80 071	90 157	92 320	22 756
Áustria	1 562	1 924	3 234	7 240	2 116
Bélgica + Holanda	62 391	69 680	76 798	80 030	21 309
Espanha	10 732	11 952	13 916	18 301	2 633
Estados Unidos	4 874	5 958	6 886	8 662	2 033
França	64 861	69 717	77 127	85 325	24 438
Reino Unido	131 793	168 896	174 078	196 557	40 265
Itália	48 824	39 557	30 969	25 521	4 705
Portugal	64 899	67 882	70 974	80 012	12 682
Suíça	6 767	11 407	10 292	13 516	2 724
Outros países	129 270	140 085	154 381	149 678	44 036

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 153 - Hóspedes por habitante, proporção de hóspedes estrangeiras/os, e proporção de dormidas nos principais estabelecimentos de alojamento (2016 – 2020)

	Hóspedes por habitante	Hóspedes estrangeiras/os (%)	Dormidas nos hotéis (%)
2016	1,21	92,80	91,09
2017	1,33	93,15	90,71
2018	1,41	92,68	91,05
2019	1,49	92,51	96,18
2020	0,37	86,84	93,34

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

As dormidas apresentaram uma tendência semelhante à do número de hóspedes. Os residentes geraram 76.654 dormidas (-60,84%), correspondendo a 6,7% do total das dormidas. O número de estrangeiros que visitaram Cabo Verde diminuiu de 757.982 para 179.886, o que representa uma variação de -76,3%. e geraram 1,074 milhão de dormidas (decréscimo de 78,2%) correspondendo a 93,3% do total.

O Reino Unido continuou sendo o principal mercado emissor (27,0% do total das dormidas), registando um decréscimo de 80,7% quando comparado com 2019. seguido da Bélgica + Holanda e da Alemanha, com 11,2% e 10,4%, respetivamente.

Tabela 154 - Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por país de residência habitual dos hóspedes (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	4 092 551	4 597 477	4 935 891	5 117 403	1 150 641
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	122 423	130 504	171 564	185 789	70 965
Estrangeiros	5 835	7 655	4 783	9 949	5 689
Estrangeiros					
África do Sul	1 082	1 090	1 494	1 959	418
Alemanha	529 586	526 985	596 115	621 923	119 390
Áustria	7 489	8 618	16 306	42 428	10 730
Bélgica + Holanda	478 660	529 271	551 543	538 035	128 587
Espanha	43 356	47 605	65 393	73 576	10 062
Estados Unidos	14 174	16 782	18 510	23 982	5 515
França	325 497	353 888	401 530	403 394	108 646
Reino Unido	1 225 913	1 440 460	1 492 958	1 617 149	311 163
Itália	259 806	277 231	219 723	162 569	27 473
Portugal	318 095	356 868	364 059	413 932	50 540
Suíça	35 989	59 521	57 943	77 407	14 528
Outros países	724 646	840 999	973 970	945 311	286 935

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Relativamente às dormidas por tipo de estabelecimento, os hotéis continuaram a acolher mais hóspedes (93,7% do total), tendo no entanto, registado um decréscimo de 77,3%. Seguiram-se as residenciais com 2,1% do total das dormidas e as pensões 2,0% do total (Tabela 152). Através

da tabela 153, pode constatar-se que a ilha do Sal continua a ser o principal destino (49,3% das dormidas totais), seguida da Boa Vista, (37,6%) e de Santiago (6,0%).

Tabela 155 - Dormidas por tipo de estabelecimentos de alojamento turístico (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	4 092 551	4 597 477	4 935 891	5 117 403	1 150 641
Hotéis	3 728 012	4 170 355	4 494 250	4 757 203	1 078 682
Pensões	57 767	72 141	83 951	92 141	22 717
Pousadas	12 719	14 484	12 248	11 813	2 887
Hotéis-apartamentos	62 864	95 655	90 009	44 297	18 540
Aldeamentos turísticos	144 159	143 233	156 609	131 135	3 567
Residenciais	87 030	101 609	98 824	80 814	24 248

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 156 - Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por Ilha (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Cabo Verde	4 092 551	4 597 477	4 935 891	5 117 403	1 150 641
S. Vicente	109 526	132 000	132 490	120 836	35 763
Sal	2 062 034	2 519 487	2 765 727	2 656 435	567 573
Boa Vista	1 664 983	1 656 430	1 671 127	1 943 871	433 163
Santiago	150 830	163 061	221 125	243 229	69 485
Restantes Ilhas	105 178	126 499	145 422	153 032	44 657

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 157 - Taxa de variação anual de hóspedes e dormidas (2016 – 2020)

	Hóspedes	Dormidas
2016	13,2	10,3
2017	11,2	12,3
2018	6,8	7,4
2019	7	3,7
2020	-74,7	-77,5
Total		
Hotéis	-74,6	-77,3
Pensões	-72,7	-75,3
Pousadas	-73,0	-75,6
Hotéis-apartamentos	-63,3	-58,1
Aldeamentos turísticos	-94,9	-97,3
Residenciais	-71,4	-70,0

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Em 2020, a estadia média de hóspedes evidenciou um decréscimo, quando comparado com os últimos quatro anos; passou de 6,0 noites em 2019 para 5,3 noites. Os turistas do Reino Unido foram os que tiveram maior permanência média em Cabo Verde no período em análise (7,6 noites).

Tabela 158 - Estadia média de hóspedes por país de residência habitual (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	6,1	6,2	5,9	6,0	5,3
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	2,6	2,6	2,9	3,0	2,6
Estrangeiros	3,7	4,2	2,7	2,4	3,6
Estrangeiros					
África do Sul	1,7	1,9	1,8	2,3	2,2
Alemanha	7,1	6,4	6,3	6,6	5,1
Áustria	4,4	4,2	4,8	5,8	4,9
Bélgica + Holanda	7,4	7,3	6,7	6,5	5,9
Espanha	3,9	3,8	4,5	3,9	3,6
Estados Unidos	2,8	2,7	2,6	2,7	2,6
França	4,8	4,8	4,3	4,5	4,2
Reino Unido	9,1	8,4	8,3	8,1	7,6
Itália	5,2	6,7	6	6,2	5,6
Portugal	4,7	4,9	4,8	4,9	3,6
Suíça	5	4,9	5	5,4	4,8
Outros países	5,4	5,7	5,5	6,0	6,1

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 159 - Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	6,1	6,2	5,9	6,0	5,3
Hotéis	6,6	6,5	6,2	6,5	5,7
Pensões	2,7	2,9	3,0	2,3	2,1
Pousadas	2,5	2,9	2,2	2,0	1,8
Hotéis-apartamentos	4,3	4,7	4,6	3,2	3,6
Aldeamentos turísticos	4,0	6,4	6,5	5,7	2,8
Residenciais	2,9	3,0	3,0	2,4	2,5

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

A taxa de ocupação-cama foi de 15%, a mais baixa verificada desde 2016. Os hotéis-apartamentos e as pousadas evidenciaram um crescimento da taxa ocupação-cama na ordem dos 3 p.p. e 2 p.p., respetivamente, comparativamente ao ano de 2019. Os hotéis foram os estabelecimentos de alojamento turístico com maior taxa de ocupação-cama 44%. Seguem-se as pousadas e os aldeamentos turísticos e com 21% e 17%, respetivamente.

As ilhas da Boa Vista e do Sal tiveram as maiores taxas de ocupação-cama com 64% e 43%, respetivamente.

Tabela 160 - Taxa de ocupação-cama (%) por tipo de estabelecimento de alojamento turístico, (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Total	55	58	55	55	15
Hotéis	64	69	64	65	44
Pensões	14	16	17	16	11
Pousadas	24	25	22	19	21
Hotéis-apartamentos	21	21	20	12	15
Aldeamentos turísticos	36	37	40	35	17
Residenciais	18	19	18	15	15

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 161 - Taxa de ocupação-cama (%) por Ilha (2016 – 2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Cabo Verde	55	58	55	55	15
S. Vicente	23	23	24	20	15
Sal	58	66	61	62	43
Boa Vista	82	85	80	78	64
Santiago	20	19	24	27	18
Restantes Ilhas

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



13 AÇÃO CLIMÁTICA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2020



ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA (ATUALIZADO RELATÓRIO ODS 2019)

Indicador 13.2.1. Número de países que comunicaram o estabelecimento ou a operacionalização de uma política/estratégia/plano integrado que aumente a sua capacidade de adaptação aos impactos adversos das mudanças climáticas e promova a resiliência climática e o desenvolvimento de emissões de gases de efeito estufa baixas de maneira que não ameacem a produção alimentar (incluindo um plano nacional de adaptação, uma contribuição determinada a nível nacional, uma comunicação nacional, um relatório de actualização bienal ou outro)

Em 29 de março de 1995, Cabo Verde ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC). Na condição de Parte da Convenção, assumiu nesta data o compromisso de formular uma Comunicação Nacional à Conferência das Partes (CdP).

As cronologias dos marcos históricos apresentadas na tabela 59, demonstram de forma clara que o país tem vindo, desde a primeira a hora, a engajar esforços internos no sentido de dar respostas exigidas, em tempo oportuno, no plano global e decorrentes da ratificação da CQNUMC.

Tabela 162 -Cumprimento Obrigações no âmbito da Convenção-Quadro sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC) Cronologia dos Marcos Históricos

Documento / Marco Histórico	Ano
Ratificação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)	1995
Primeira Comunicação Nacional à CQNUMC	2000
Primeiro Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa	2000
Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas	2000
Ratificação do Protocolo de Quioto	2005
Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas- NAPA (2008-2012)	2007
Segundo Inventário Nacional de Emissão e Remoção de Gases de Efeito de Estufa	2010
Segunda Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas	2011
Primeira Contribuição Intencional Nacionalmente Determinada (2015-2030)	2015
Ratificação do Acordo de Paris	2017
Terceira Comunicação sobre as Mudanças Climáticas	2018

Fonte: Direção Nacional do Ambiente

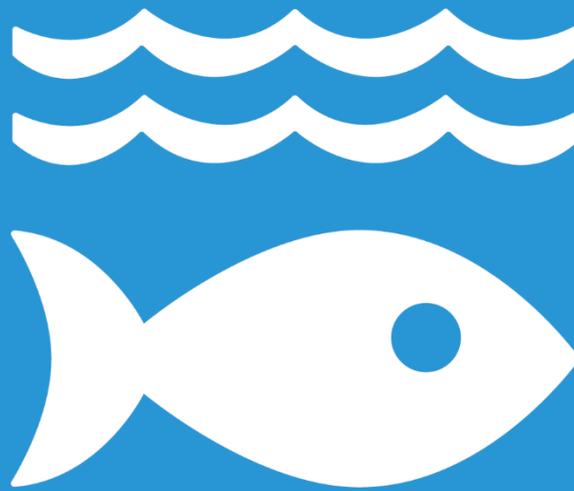
Tabela 163 - Média anual da pluviometria (mm) em Cabo Verde, 2017-2020

	Dados pluviométricos			
	2017	2018	2019	2020
Santiago	139,0	265,8	244,5	351,6
Fogo	265,4	414,1	244,9	493,0
Brava	70,2	231,3	109,1	525,1
Maio	31,8	92,6	53,8	163,0
Santo Antão	203,2	284,9	208,5	699,0
S. Vicente	86,4	68,7	49,0	301,4
Sal	100,4	35,8	56,2	30,3
Boa Vista	73,4	31,1	46,7	64,1
S. Nicolau	89,4	78,8	130,2	390,6
Mdia Anual - Cabo Verde	117,7	167,0	127,0	335,3

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



14 PROTEGER A VIDA MARINHA

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 14 – A VIDA MARÍTIMA

O objetivo de desenvolvimento sustentável 14 (ODS 14), visa a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos. Para os indicadores dos objetivos referentes a este tema, os mesmos constam da edição do anuário estatístico de 2018, podendo assim, serem consultados nesta edição.

OUTROS INDICADORES

Conforme os dados da tabela 164, o número de licenças de botes em Cabo Verde passou de 467 em 2016, para 1.082 em 2020, com uma taxa de variação média anual de 23,4% nesse período. Para o período em análise, as ilhas de Fogo, Santiago e Santo Antão, apresentaram maior peso relativamente ao número de licenças de botes atribuídas. De realçar que esse aumento expressivo se deve ao fato de em 2020, as licenças serem isentas de pagamento devido ao ano pandémico.

Tabela 164 - Número de licença de botes por ilha (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Cabo Verde	467	484	523	518	1 082
Santo Antão	24	20	60	46	132
São Vicente	63	69	64	63	112
São Nicolau	50	36	48	50	96
Sal	74	84	76	83	128
Boa Vista	50	42	50	50	84
Maio	56	54	49	52	102
Santiago	22	17	18	22	154
Fogo	63	90	80	80	178
Brava	65	72	78	72	96

Fonte: Inspeção Geral de Pesca

Relativamente a atribuição de licenças para as pescas artesanal e industrial, no ano de 2020, verifica-se que o número de licenças concedidas, tanto as embarcações nacionais como estrangeiras apresentaram, uma taxa de variação negativa (13,7%), relativamente ao ano anterior, em termos globais. Do total das licenças, 47,6% são das embarcações nacionais e 26,2% das embarcações da União Europeia. De realçar, que para o período em análise, as embarcações do Japão apresentaram uma taxa de variação negativa significativas de (61,8%) face ao ano de 2019. Para as demais embarcações (Senegalesas e Outros Contratos) a proporção de licenças atribuídas foi em média de 8,6% em 2020.

Tabela 165 - Número de licenças da pesca industrial de embarcações nacionais e estrangeiras (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Nacionais	74	65	68	69	69
União europeia	44	45	42	40	38
Japão	20	23	42	34	13
Senegalesas	8	10	11	13	13
Outros Contratos	10	10	12	12	12
Total	156	153	175	168	145

Fonte: Direção Geral dos Recursos Marinhos

Globalmente os desembarques nominais de pescado, apresentaram um aumento de 5,9% entre 2019 e 2020. Analisando as capturas por tipo verifica-se que a pesca artesanal, apresentou uma taxa de variação negativa de (5,7%) enquanto que as pescas semi e industrial e dos navios de bandeira apresentaram taxas de variações positivas de 2,9% e 12,9% respetivamente. Relativamente a aqualcultura, destaca-se no período em análise, com um aumento expressivo de 340% entre 2019 e 2020. De referir que em 2020 as capturas na pesca artesanal, semi e industrial se concentram basicamente nos tunídeos, pequenos pelágicos e demersais. Para os navios de bandeira a pesca continua a ser 100% dos tunídeos.

Tabela 166 - Desembarques nominais de pescado (em toneladas), segundo o tipo de pesca, por principais espécies (2016-2020)

	Artesanal	Semi e Industrial	Navios Embarcados(1)	Aquacultura	Total
2016	4 155,87	5 338,57	16 491,28		25 985,72
2017	3 774,67	6 101,46	8 783,74		18 659,87
2018	4 173,81	9 973,46	12 437,61	3,00	26 584,88
2019	3 812,56	5 179,43	8 337,95	5,00	17 334,93
2020					
Total	3 594,71	5 327,45	9 412,00	22,00	18 356,16
Tunídeos	1 505,20	3 654,97	9 412,00		14 572,18
Pequenos Pelágicos	602,30	1 174,30			1 776,60
Demersais	1 184,96	492,31			1 677,27
Diversos	275,37	4,83			280,20
Crustáceos e Moluscos	23,57	1,04		22,00	46,60
Tubarões	3,31	0,00			3,31

(1) Os desembarques dessa frota são aqui reportados, por força do direito marítimo internacional.

Nota. Foram corrigidas as capturas, com a introdução das informações dos navios de bandeira, para toda a série, pois, os navios sendo estrangeiros, operam sob a bandeira de Cabo Verde dentro e fora da nossa ZEE.

Fonte: Instituto do Mar

De acordo com os indicadores de importação de pescado, no período de 2019 à 2020, houve uma queda do total das importações dos produtos de pescado nesse período, com uma taxa de variação negativa de (62,7 %) e (65,6 %) em peso e em valor, respectivamente. Contrariamente

aos anos anteriores, em 2020, "Os moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados", foram os tipos de pescado, com maior peso no total das importações, tanto em termos de peso (toneladas), como em termos de valor (milhões de ECV).

Tabela 167 - Importação de pescado - peso e valor (2016-2020)

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2016	821,05	469,96
2017	1 079,14	567,7
2018	981,75	641,57
2019	1 039,15	697,53
2020		
Total	387,35	239,99
Peixes vivos	0,18	0,42

Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	7,58	6,53
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	62,65	29,2
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados	79,76	50,1
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	54,24	35,05
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	80,01	62,15
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	102,94	56,55

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Os indicadores da exportação de pescado, referente ao período de 2019 à 2020, apontaram para uma diminuição do total das exportações dos mesmos, num percentual negativo de (6,5%) e (13,3%) em peso e em valor, respetivamente. De destacar que, em 2020, o total das exportações dos produtos de pescado, foram exclusivamente (100%) de peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe.

Tabela 168 - Exportação de pescado - peso e valor (2016-2020)

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2016	17 141,80	2 280,01
2017	7 461,20	973,49
2018	11 837,73	1 275,83
2019	10 607,47	985,08
2020		
Total	9 920,71	854,18
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	0	0
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	9 920,71	854,18
Filetes de peixe e outra carne de peixes (picada), frescos, refrigerados ou congelados	0	0
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	0	0
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	0	0
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	0	0

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 169 - Proporção (%) das importações e exportações dos produtos de pescado no total das importações e exportações (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Peso da importação dos produtos de pescado no total das importações (%)	0,71	0,74	0,84	0,89	0,34
Peso da exportação dos produtos de pescado no total das exportações (%)	38,17	19,90	18,07	16,23	16,74

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Os dados das importações e exportações de pescado mostram que, o peso dos produtos de pescado exportados, no total das exportações, em 2020, foi de aproximadamente 17%, o que indica que até o momento, os produtos do pescado são importantes geradores de divisas para o país.

Gráfico 59 - Valor (milhões de ECV) das importações e exportações dos produtos de pescado (2016-2020)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15) tem como foco a preservação dos ecossistemas terrestres, das florestas e da biodiversidade. A preocupação não se dá só com a preservação e/ou conservação do que já existe, mas também com a reversão de danos já causados ao ambiente.

Este tema compreende os indicadores ligados ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15 (ODS 15) produzidos no país. De um modo geral, o ODS 15 volta-se para a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

Indicador 15.1.1 Proporção do território que é área florestal

A florestação em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva, desde os primórdios da independência nacional, com o forte apoio da cooperação internacional, tem exercido, num primeiro plano, um papel crucial na luta contra a desertificação e, num segundo, tem permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.

Entre os anos de 2012 e 2019, Cabo Verde registou um aumento expressivo em área florestal, evoluindo de 13,6% (percentagem de área florestal nacional) para 22,29%.

Tabela 170 - Área coberta, por vegetação lenhosa e por floresta e respetivas proporções, por ilha (2019)

	Área florestal (ha)	% área florestal/ ilha	% Área florestal nacional
Cabo Verde	89 903,11		22,29
Santo Antão	5 389,27	6,9	1,34
S. Vicente	2 745,38	12,1	0,68
S. Nicolau	5 530,48	16,2	1,37
Sal	1 714,28	8	0,43
Boa Vista	5 485,55	9	1,36
Maio	7 176,88	26,7	1,78
Santiago	50 532,33	51,1	12,53
Fogo	9 929,38	21	2,46
Brava	1 399,58	21,9	0,35

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente – Direção Geral de Agricultura, Sivicultura e Pecuária



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

ANUÁRIO ESTATÍSTICO
CABO VERDE 2020



ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16) aborda temas relacionados com o acesso à justiça, à segurança pública e à promoção de uma sociedade mais pacífica e inclusiva para o desenvolvimento sustentável, e proporciona o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Indicador 16.1.1. Número de vítimas de homicídio voluntário, por 100 000 habitantes por grupo etário

Entre os anos de 2017 e 2020, Cabo Verde registou uma ligeira diminuição no número de homicídios, por 100.000 habitantes, passando de 7,1 para 6,5.

Tabela 171 - Vítimas de homicídio voluntário, por 100.000 habitantes por sexo e grupo etário

	Vítimas de Homicídio por 100.000 habitantes											
	2017			2018			2019			2020		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
CABO VERDE	6	1,1	7,1	4,8	1,8	6,6	5,1	1,1	6,2	4,8	1,6	6,5
IDADE												
Menor 12			0			0,2			0,2			0
[12-16]			0			0			0			0,2
[17-21]			0,9			1,1			1,1			0,9
[22-30]			2,4			1,8			1,3			2,2
[31-45]			2,6			1,8			2,2			1,4
Maior 45			1,1			1,8			1,5			1,8

Fonte: Ministério da Administração Interna

Indicador 16.3.2. Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos

A proporção de reclusos em prisão preventiva oscilou ao longo dos anos, tendo registado os maiores valores entre 2015 e 2017. Em abril de 2018, o Censo Prisional registou 15,3% de reclusos em prisão preventiva.

Gráfico 60 - Proporção de reclusos em prisão preventiva no total de reclusos



Fonte: Ministério da Justiça e Trabalho (2013-2017), INE (Recenseamento Prisional 2018)

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil, por idade.

Com a obrigatoriedade do registo à nascença nos serviços de saúde, a proporção de crianças registadas tem vindo a ser quase que universal. Com base nas projeções demográficas, pode-se aferir que mais de 93% das crianças menores de 5 anos estão registadas.

Tabela 172 - Proporção de crianças registadas com idade inferior a 5 anos por sexo e idade

Sexo	2014	2015	2016	2017	2018
CABO VERDE	101,3	98,4	95,6	94,5	93,0
Sexo					
Masculino	101,6	98,0	94,7	93,5	91,5
Feminino	100,9	98,7	96,5	95,6	94,6
Grupo Etário					
0 anos	95,5	93,0	94,1	93,6	88,2
1 anos	95,7	95,4	92,9	94,1	93,6
2 anos	99,2	95,8	95,5	93,0	94,2
3 anos	108,4	99,3	96,0	95,5	93,1
4 anos	108,0	108,8	99,6	96,3	96,0

Nota: A proporção por vezes é superior a 100 porque nesses anos temos uma subestimação na projeção, tendo assim mais crianças registadas do que na projeção.

Fonte: INE, 2014– 2018



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ANUÁRIO ESTATÍSTICO CABO VERDE 2020



OD S 17 – PARCERIAS E MEIO DE IMPLEMENTAÇÃO

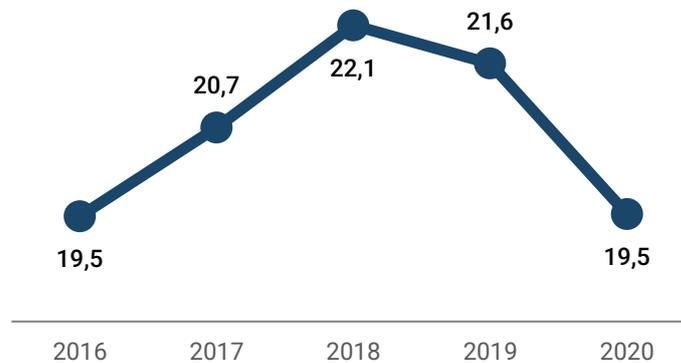
O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 (ODS 17) é o que tem mais metas e aborda diferentes fontes associadas ao desenvolvimento sustentável. Trata de temas ligados à finança, tecnologia, capacitação, comércio, coerência de políticas e de instituições, parcerias multisectoriais, dados, monitoramento e prestações de contas.

Este tema visa apresentar os indicadores disponíveis do ODS 17, tendo como principais fontes de informação o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Cabo Verde e a Agência Nacional de Comunicações. São apresentados ainda os dados do Comércio Externo.

Indicador 17.1.1. Total das receitas fiscais em percentagem do PIB, por fonte.

As receitas fiscais, em 2020, foram de 19,5% do Produto Interno Bruto, tendo sido, em 2019, de cerca de 21,6%. Consta-se que, entre 2016 a 2020, as receitas fiscais em percentagem do PIB têm oscilado entre alta e baixa até atingir em 2020 a percentagem de 2016 ou seja 19,5%.

Gráfico 61 – Total das receitas fiscais em percentagem do PIB (2016-2020)

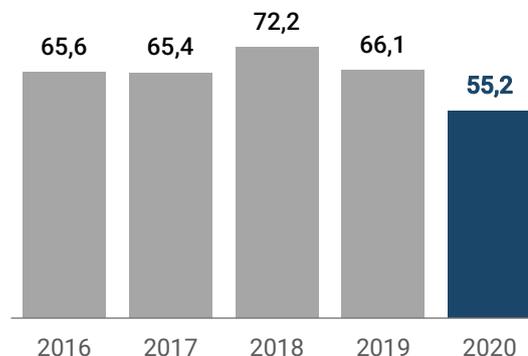


Fonte: INE e Ministério de Finanças

Indicador 17.1.2. Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente.

De acordo com dados do gráfico 62, a percentagem do orçamento do Estado financiado por impostos cobrados internamente foi de 55,2%, em 2020, tendo diminuído 10,9 p.p face a 2019.

Gráfico 62 – Percentagem do orçamento de Estado financiado por impostos cobrados internamente



Fonte: Ministério de Finanças

Indicador 17.3.1. Investimento direto estrangeiro (IDE), ajuda pública ao desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul, como proporção do orçamento nacional total.

A ajuda pública ao desenvolvimento, medida em função do PIB, foi de 11,5% em 2020, tendo aumentado 2,6 p.p face a 2019.

Tabela 173 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento em % do PIB (2016-2020)

Ano	%
2016	7,2
2017	9,9
2018	7,1
2019	8,9
2020	11,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

Por sua vez, o rácio do Investimento Direto do Estrangeiro em função do PIB foi de 4,1%, em 2020, valor inferior ao registado em 2019 (5,3%). Nota-se uma tendência decrescente deste indicador desde 2016.

Tabela 174 - Investimento Direto do Estrangeiro em % do PIB

Ano	%
2016	7,6
2017	6,3
2018	5,5
2019	5,3
2020	4,1

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.3.2. Volume de remessas (em dólares dos Estados Unidos) como proporção do PIB total.

Entre 2017 e 2019, as remessas de emigrantes estabilizaram-se em torno de 11% do PIB. De notar que em 2020 aumentaram 1,8 p.p comparado com o ano 2019.

Tabela 175 - Remessas de Emigrantes em % do PIB

Ano	%
2016	11,9
2017	11,2
2018	10,9
2019	11,0
2020	12,8

Fonte: Banco de Cabo Verde

Indicador 17.4.1. Serviço da dívida em proporção das exportações de bens e serviços

O serviço da dívida externa de Cabo Verde, medido em função das exportações de bens e serviços, oscilou entre 6,1% e 6,4% no período, 2016 a 2020. Entretanto, em 2020 nota-se um aumento significativo (16,8%) relativamente ao ano anterior.

Tabela 176 - Serviço da Dívida Externa Pública em proporção das exportações de bens e serviços

Ano	%
2016	6,1
2017	6,4
2018	6,0
2019	6,1
2020	16,8

Fonte: Ministério das Finanças

Indicador 17.6.2. Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (%).

As informações disponíveis mostram que as subscrições da Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes passaram de 2,7%, em 2015, para 4,5% em 2020, tendo registado um aumento de 1,3 p.p) em 2020 face a 2019.

Tabela 177 - Subscrições de Internet por banda larga de rede fixa por 100 habitantes, por velocidade de ligação (2016-2020)

Ano	%
2016	2,7
2017	2,7
2018	2,9
2019	3,2
2020	4,5

Fonte: Agência Reguladora Multissetorial da Economia

Indicador 17.8.1 Proporção de indivíduos que utilizam a Internet

Mais de metade da população de 10 anos ou mais declarou, em 2019, ter utilizado a internet nos últimos três meses precedentes à entrevista.

Tabela 178 - Proporção de indivíduos de 10 anos ou mais que utilizaram a Internet nos últimos três meses (2019)

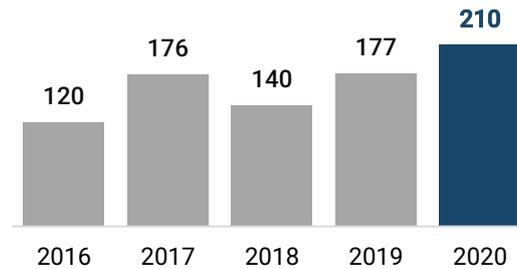
	Grupo etário em análise (em anos)						
	Total	10-14	15-24	25-34	35-64	65-74	75 ou mais
Cabo Verde	61,9	31,5	79,9	83,7	57,0	25,7	7,9
Sexo							
Masculino	62,9	31,8	76,5	81,7	58,9	40,0	13,5
Feminino	61,0	31,1	83,5	86,0	55,2	14,2	4,5

Fonte: INE, Inquérito Multi-objetivo Contínuo

Indicador 17.9.1. Valor, em dólares, da assistência técnica e financeira (incluindo cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular) destinada a países em desenvolvimento.

A ajuda pública ao desenvolvimento passou de 120 milhões de dólares, em 2016, para 210 milhões de dólares, em 2020, traduzindo-se num crescimento médio anual de 15,0%. Nota-se uma tendência crescente deste valor desde 2018.

Gráfico 63– Ajuda Pública ao Desenvolvimento em USD (milhões) (2016-2020)



Fonte: Banco de Cabo Verde (BCV)

Indicador 17.11.1. Quota-parte das exportações globais provenientes dos países em vias de desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Apesar de ser um indicador global para análise comparativa entre os países, apresentam-se, de seguida, os dados relativos às exportações de bens e serviços para o caso de Cabo Verde. Segundo os dados ilustrados na tabela 176, o valor das exportações de mercadorias sofreu uma diminuição de 16,0 %, em 2020, face a 2019.

Tabela 179 - Exportação de Bens e Serviços (em milhões ECV)

	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações de Bens	5973	4892	7060	6071	5101
Exportações de Serviços	55897	59152	64407	72693	28476

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo e do Banco de Cabo Verde

Indicador 17.13.1 Painel de indicadores macroeconómicos
Tabela 180 - Painel de indicadores macroeconómicos

Principais Indicadores Macroeconómicos	Unidades	2016	2017	2018	2019	2020
Contas Nacionais, Preços e Emprego						
Produto Interno Bruto ¹	taxa de crescimento real em %	4,7	3,7	4,5	5,7	-14,8
Inflação Média Anual	Taxa de variação em %	-1,4	0,8	1,3	1,1	0,6
Inflação Homóloga	Taxa de variação de dezembro em %	-0,3	0,3	1,0	1,9	-0,9
Taxa de Desemprego	Em % da população ativa	15,0	12,0	12,2	11,3	14,5
Setor Monetário e Financeiro						
Massa Monetária	taxa variação em %	8,4	6,6	1,7	8,1	4,1
Ativo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	18,6	2,3	-6,5	24,8	-10,1
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,7	6,3	2,9	-2,1	6,7
Crédito à Economia ²	em % do PIB	60,6	62,3	64,1	66,6	69,8
Depósitos de Particulares e Sociedades Não Financeiras ³	em % do PIB	92,9	95,6	97,3	106,7	110,5
Depósitos a Prazo e de Poupança de Emigrantes	em % do PIB	31,5	29,9	29,5	31,2	31,2
Taxas de Câmbio						
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Nominal	valores médios	102,7	103,0	103,5	102,9	103,1
Índice de Taxa de Câmbio Efetiva Real	valores médios	129,7	128,7	128,6	127,4	128,0
Taxa de Câmbio USD/CVE	valores médios	99,7	97,9	93,4	98,5	96,8
Setor Externo						
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-3,0	-6,9	-4,5	0,5	-14,8
Balança Corrente	em % do PIB	-3,8	-7,8	-5,3	0,0	-15,9
Remessas de Emigrantes	em % do PIB	11,9	11,2	10,9	11,0	13,6
Receitas Brutas de Turismo	em % do PIB	20,8	22,8	23,7	24,2	8,9
Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde	em % do PIB	7,6	6,3	5,7	5,4	4,5
Reservas/Impo	meses	7,2	6,0	5,6	6,9	7,9
Finanças Públicas						
Saldo Global ⁴	em % do PIB	-3,5	-3,1	-2,7	-1,8	-9,1
Saldo Global Primário	em % do PIB	-1,0	-0,5	-0,1	0,7	-6,2
Stock da Dívida Externa	em % do PIB	95,7	94,1	91,4	90,6	111,8
Stock da Dívida Interna ⁵	em % do PIB	32,0	32,5	33,7	34,0	44,2

Fontes: Instituto Nacional de Estatística; Banco de Cabo Verde; Ministério das Finanças.

Notas:

¹ Os valores do PIB para 2018, 2019 e 2020 correspondem a estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatísticas.

² Não inclui dívida titulada das Sociedades Não Financeiras.

³ Inclui todos os depósitos de sociedades não financeiras e particulares, incluindo emigrantes.

⁴ Resultado Global, incluindo Donativos

⁵ Exclui os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

OUTROS INDICADORES

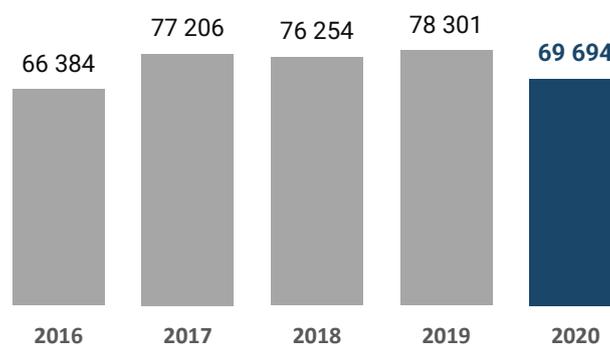
Importações

Importação de bens

No período 2016 a 2020 as importações de bens viram o seu valor flutuar entre um mínimo de 66.384 milhões de escudos, em 2016, e um máximo de 78.301 milhões, em 2019.

Em 2020 verificou-se uma diminuição de 11% em relação a 2019, o que corresponde, em valores absolutos, a redução na ordem dos 8.607 milhões de escudos.

Gráfico 64– Importação de bens em milhões de ECV (2016-2020)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tendo em conta a Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), observou-se que, em 2020, as importações de bens de consumo representaram 44,8% do valor total importado e dos Bens Intermediários (31,8%). Estas categorias acumularam cerca de 76,6% do valor total das importações de bens, em 2020.

Em 2020, o continente europeu foi o principal fornecedor de Cabo Verde, com 77,1% do valor total importado e 79,0% do peso total importado. O continente africano é a zona económica com menor contribuição (1,7%) no valor total das importações.

Os principais países fornecedores de bens a Cabo Verde continuaram a ser Portugal (47,7%), Espanha (9,4%) e China (7,5%) que, juntos, representaram 64,5% dos valores das importações, em 2020. Nota-se, ainda, que Portugal representa 60,3% do peso total importado. Destes dados, pode-se afirmar que Portugal continua a ser o maior fornecedor de bens a Cabo Verde.

Tendo em conta a Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), observou-se que, em 2020, as importações de bens de consumo representaram 44,8% do valor total importado e dos Bens Intermediários (31,8%). Estas categorias acumularam cerca de 76,6% do valor total das importações de bens, em 2020.

Em 2020, o continente europeu foi o principal fornecedor de Cabo Verde, com 77,1% do valor total importado e 79,0% do peso total importado. O continente africano é a zona económica com menor contribuição (1,7%) no valor total das importações.

Os principais países fornecedores de bens a Cabo Verde continuaram a ser Portugal (47,7%), Espanha (9,4%) e China 7,5%) que, juntos, representaram 64,5% dos valores das importações, em

2020. Nota-se, ainda, que Portugal representa 60,3% do peso total importado. Destes dados, pode-se afirmar que Portugal continua a ser o maior fornecedor de bens a Cabo Verde.

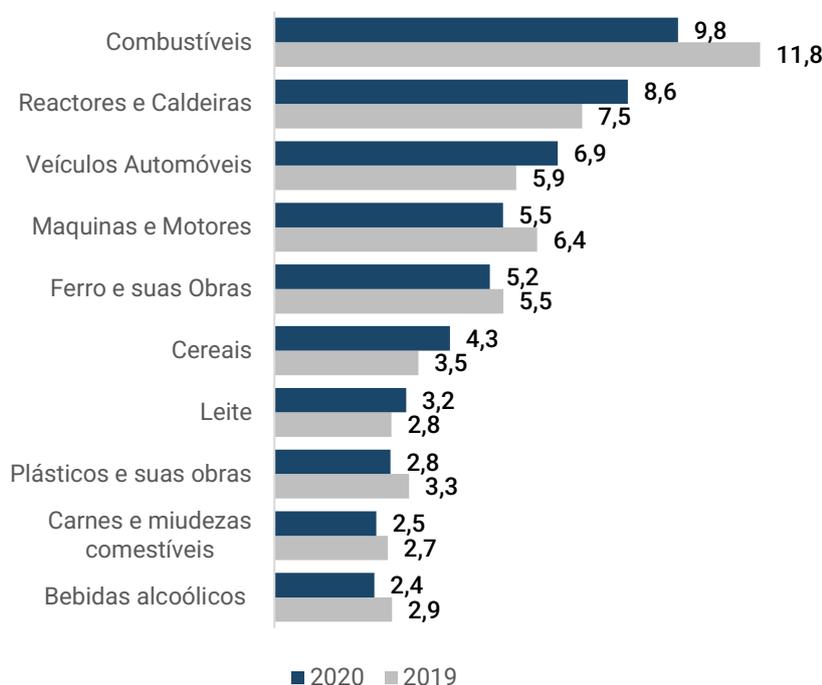
Tabela 181 - Proporção das importações, por categoria de fornecedores (2016-2020)

	Proporção das Importações			
	10 Principais Fornecedores	Principal país de origem	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2016	83,69	46,51	3,24	1,85
2017	85,11	42,93	3,99	2,62
2018	83,51	40,60	2,59	1,68
2019	85,75	42,04	1,99	0,69
2020	85,18	47,66	1,70	0,47

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

A contribuição dos dez maiores produtos importados, em 2020, representa 51,2% do montante total das importações desse ano. A contribuição de cada um desses produtos no total das importações, de 2019 a 2020, está ilustrada no gráfico 65.

Gráfico 65 - Proporção dos 10 principais produtos importados em Cabo Verde (2019-2020)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Importação de Serviços

As importações de serviços reduziram cerca de 40% em 2020. Os serviços que mais contribuíram para a sua redução foram os transportes, outros serviços empresariais e as viagens.

Os principais serviços importados do país, nos últimos anos, foram: transportes, viagens, outros serviços empresariais e serviços informáticos e de informação.

Tabela 182 - Importação (milhões de ECV), por tipo de serviços (2016-2020)

	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
Serviços	31 199	32 191	35 313	35 187	21 201
Transportes	8 411	10 773	14 773	11 212	5 929
Viagens	7 067	7 552	7 982	8 337	4 996
Serviços de comunicações	906	447	386	325	270
Serviços de construção e obras públicas	352	895	506	251	120
Serviços de seguros	284	315	262	312	560
Serviços financeiros (excluindo seguros)	523	706	444	521	472
Serviços de informática e de informação	1 923	1 214	1 317	1 217	1 229
Royalties e licenças	243	556	1 053	987	366
Outros serviços empresariais	9 612	7 529	6 292	9 782	5 287
Serviços pessoais, culturais e de lazer	31	76	82	93	23
Serviços governamentais, n.i. o. p.	1 235	1 144	1 370	1 385	1 338
Outros serviços	611	984	847	765	610

Fonte: Banco de Cabo Verde

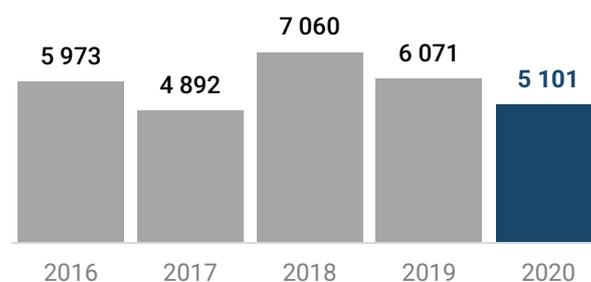
Nota: Estatísticas da Balança de Pagamentos, de 2018 a 2020, compiladas de acordo com a metodologia da 6ª edição do Manual de Balança de Pagamentos e da posição de Investimento Internacional do Fundo Monetário Internacional

Exportações

Exportações de Bens

No período de 2016 a 2020, as exportações de bens diminuíam 14,6% em valor e 24,3% em termos de peso. Em 2020, as exportações de bens atingiram 5.101 milhões de escudos, o que representa uma diminuição de 16,0%, face a 2019, (-969 milhões de escudos). De notar que em 2019 tinha-se registado um decréscimo de 14%.

Gráfico 66 - Exportação de bens (milhões de ECV) (2016-2020)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

As exportações de Cabo Verde estão concentradas nos Bens de Consumo, com um peso de 95,1% do valor exportado, e nos Bens Intermédios (peso de 4,9%). Estas categorias, conjuntamente, representaram as categorias de bens exportados em 2020.

O continente europeu continua a ser o principal cliente de Cabo Verde, com 92,8% do valor total exportado e 66,4%, em termos de peso total exportado. Em 2020 não houve exportação para o continente Asiático.

Em 2020, os principais destinos externos dos bens nacionais continuaram a ser Espanha e Portugal, tendo, no seu conjunto, concentrado 78,1% das exportações. Espanha continua na sua posição como principal cliente (peso de 63,4%) mas Cabo Verde viu as suas exportações para Espanha baixarem de cerca de 31% em relação a 2019. As exportações para Portugal baixaram também 31% (339 milhões de escudos, comparando com 2019)

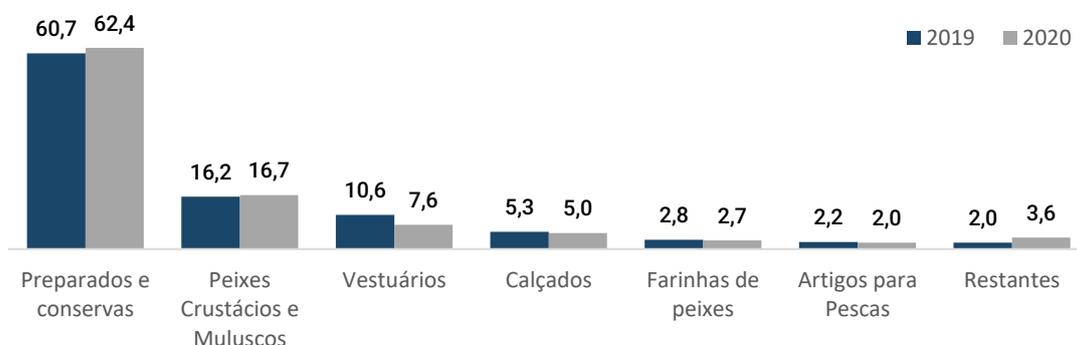
Tabela 183 - Proporção das exportações para os principais tipos/classificação de clientes no total das exportações (2016-2020)

	Proporção das Exportações			
	5 Principais clientes	Principal país de destino	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2016	98,12	72,44	0,61	0,18
2017	98,73	70,79	0,63	0,08
2018	99,03	78,43	0,06	0,01
2019	99,23	77,49	0,36	0,30
2020	97,95	63,36	1,48	0,40

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Em 2020, os preparados e conservas, peixes, crustáceos e moluscos, bem como vestuários, constituem os principais grupos de produtos exportados. Estes grupos representaram, em conjunto, 86,7% do valor total das exportações de bens. Os preparados e conservas permaneceram como o principal grupo de produtos vendidos ao exterior (62,4%), muito embora tendo registado uma redução de 13,6% em termos de valor, em relação a 2019.

Gráfico 67 - Estrutura das exportações (em %), por principais bens (2019-2020)



Exportação de Serviços

As exportações de serviços, depois de terem registado, em 2019, uma das melhores performances dos últimos anos, sofreram uma redução em valor de 44.217 milhões de ECV.

Os serviços que mais contribuíram para essa diminuição foram os serviços de transportes, viagens e os serviços governamentais.

Tabela 184 - Exportação (milhões de ECV), por tipo de Serviços (2016-2020)

	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
Serviços	55 897	59 152	64 407	72 693	28 476
Transportes	9 533	9 024	11 074	15 212	5 218
Viagens	36 405	41 504	45 558	49 428	15 756
Serviços de comunicações	2 690	1 185	973	798	544
Serviços de construção e obras públicas	76	131	273	350	856
Serviços de seguros	200	239	199	179	359
Serviços financeiros (excluindo seguros)	341	223	236	246	82
Serviços de informática e de informação	176	241	236	162	277
Royalties e licenças	3	4	4	4	4
Outros serviços empresariais	4 239	3 928	2 784	3 019	2 693
Serviços pessoais, culturais e de lazer	66	82	87	96	91
Serviços governamentais, n.i. o. p.	1 966	2 349	2 706	2 915	2 469
Outros serviços	203	241	275	284	129

P – Provisório

Fonte: Banco de Cabo Verde

Saldo da balança comercial

Em 2020, o défice das transações comerciais de bens com o exterior fixou-se em 64.592,6 milhões de escudos, evidenciando um melhoramento face ao ano anterior (72.230,4 milhões de escudos)

A taxa de cobertura das importações pela exportação de bens sofreu uma diminuição de 0,5 pontos percentuais, de 2019 a 2020. Comparando a taxa de cobertura de 2016 com a de 2020, constate-se que houve uma redução de 1,7p.p.

As exportações são de longe superiores às importações nos serviços, ainda assim insuficientes para cobrir o défice verificado na parte dos bens.

Tabela 185 - Saldo da balança comercial de bens e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2016-2020)

	2016	2017	2018	2019	2020
Importação	66 383,9	77 211,2	76 254,4	78 300,9	69 694,0
Exportação	5 973,1	4 892,2	7 059,8	6 070,5	5 101,5
Reexportação	11 960,5	20 906,7	23 768,7	28 138,3	14 972,5
Balança Comercial	-60 410,8	-72 319,0	-69 194,6	-72 230,4	-64 592,6
Taxa de Cobertura	9,0	6,3	9,3	7,8	7,3

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 186 - Saldo da balança comercial de serviços (2016-2020)

	2016	2017	2018 ^P	2019 ^P	2020 ^P
Balança Comercial	24 698	26 962	29 094	37 506	7 275
Importação	31 199	32 191	35 313	35 187	21 201
Exportação	55 897	59 152	64 407	72 693	28 476

P – Provisório**Fonte:** Apresentação normalizada de acordo com o 6º Manual do FMI

